



**UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA**

---

**ARMSTRONG MACHADO**

**ALÉM DAS FRONTEIRAS DA AGROINDÚSTRIA:  
PODER E TERRITORIALIZAÇÃO NA  
CONTRAMÃO DA ESPERANÇA**

---

Londrina  
2008

**ARMSTRONG MACHADO**

**ALÉM DAS FRONTEIRAS DA AGROINDÚSTRIA:  
PODER E TERRITORIALIZAÇÃO NA  
CONTRAMÃO DA ESPERANÇA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação, em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial á obtenção do título de Mestre em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Orientadora: Profa. Dra. Ruth Youko Tsukamoto

Londrina  
2008

**ARMSTRONG MACHADO**

**ALÉM DAS FRONTEIRAS DA AGROINDÚSTRIA:  
PODER E TERRITORIALIZAÇÃO NA  
CONTRAMÃO DA ESPERANÇA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação, em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Ruth Youko Tsukamoto  
Universidade Estadual de Londrina

---

Profa. Dra. Rosângela Medeiros Hespanhol  
UNESP- Presidente Prudente

---

Profa. Dra. Alice Yatiyo Asari  
Universidade Estadual de Londrina

Londrina, 16 de dezembro de 2008.

## **DEDICATÓRIA**

Aos meus pais Anesio e Pedrina (*in memoriam*),  
os melhores pais do mundo. Apesar de não  
estarem mais nesta dimensão física, continuam  
proprietários de todo o meu amor, respeito e  
admiração. Saudades eternas.

## AGRADECIMENTOS

*À Prof.a Dra. Ruth Youko Tsukamoto*

Pessoa de singular importância em minha vida acadêmica. Com sutileza e maestria, soube me resgatar do “incerto”; me fez entender o significado do universo da pesquisa. Mostrou caminhos que aparentemente eram invisíveis e intocáveis, mas estavam “ali”... no entanto, inobserváveis para seres comuns.

*Prof.a Dra. Rosangela Aparecida Medeiros Hespanhol e Prof.a Dra. Alice Yatiyo Asari.*

Minha banca de qualificação. Os apontamentos foram riquíssimos e permitiram maior tenacidade e objetividade ao trabalho. Meus agradecimentos sinceros.

*Ao Prof. Dr. Osvaldo, Prof. Zaqueu, Acadêmico Kleyton,*

Grato pelo apoio técnico, num momento de grande sufoco. Vocês foram importantíssimos, pois me auxiliaram na consolidação de uma importante tarefa.

*À Prof.a Dra. Anamaria Silveira*

Amiga, companheira, sábia... pessoa *sui generis*, capaz de mover o mundo em defesa de um amigo. Você é imprescindível. Esteja sempre conosco, pois já cativou um lugar muito especial em meu coração.

*Aos trabalhadores rurais.*

Personagens centrais deste trabalho. Como seria possível engendrar, construir e concluir esta dissertação sem a permissão, a participação e o companheirismo dos mesmos? A “alma” deste trabalho repousa nos olhares, nos gestos e na generosidade de cada trabalhador rural que depositou sua confiança e sua vivência por meio de seus relatos, no decorrer desta pesquisa.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta dissertação: funcionários do IBGE, Casa da Lavoura, funcionários da COSAN, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barra Bonita... Muito obrigado!

*Muitos me chamaram de aventureiro...  
E o sou! Só que de um tipo diferente: dos  
que entregam a pele para provar suas  
verdades. Che Guevara*

MACHADO, Armstrong. **Além das fronteiras da agroindústria: poder e territorialização na contramão da esperança.** 2008. 132f. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2008.

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo mostrar a rotina dos trabalhadores rurais da agroindústria canavieira, na região de Barra Bonita-SP, bem como a forma de exploração decorrente da submissão ao modo de produção capitalista a que estão expostos. O centro-oeste do estado de São Paulo abriga a maior usina de produção de açúcar e etanol do mundo, o *Grupo COSAN - Unidade Barra*, que possui a propriedade de estabelecer sua dinâmica própria, influenciando na construção/reconstrução do tecido social da Microrregião Geográfica onde está inserido. Por meio desta relação, fixos e fluxos se fundem e se confundem e os movimentos migratórios, seguindo o calendário da agroindústria, fazem movimentar a lógica do grande capital na região. A preocupação maior está em caracterizar o trabalhador assalariado rural como personagem central. Em virtude da agroindústria supra mencionada, a região tornou-se um verdadeiro “mar de cana”, cenário *sui generis* para o desenvolvimento desta proposta de estudo. A grande concentração de terras em poder deste grupo capitalista, o uso da terra feito pelos mesmos, as atividades e relações sociais que se desenvolvem entre a COSAN – Unidade Barra e estes aproximadamente 6.000 trabalhadores e os motivos que os levam a migrarem das respectivas terras de origem, conduzem o delinear deste trabalho. Neste contexto, propõe-se refletir a respeito das relações sociais e trabalhistas existentes entre o Grupo COSAN e os trabalhadores assalariados rurais, bem como os reflexos sociais e socioambientais desta relação para a qualidade de vida e para o espaço territorial que ocupam. Considerando este recorte teórico-metodológico, busca-se: analisar a dinâmica que rege o modo capitalista de produzir na atividade canavieira; entender a atual lógica que movimenta o interesse dos usineiros do setor sucroalcooleiro para dinamizar sua produção, frente às políticas de estímulo à produção do biocombustível; verificar as relações de trabalho que envolvem o “trabalhador assalariado rural” e a usina sucroalcooleira; caracterizar o fluxo de migração, decorrente das relações sociais estabelecidas na região, entre o usineiro e o trabalhador rural; investigar o trabalhador assalariado rural nos aspectos de sua subjetividade, para melhor compreender sua *práxis* e suas potencialidades; entender qual a perspectiva de vida do trabalhador rural frente às alterações no campo, fruto das atuais tendências no setor da agroindústria canavieira. Esta dissertação foi resultado de pesquisa teórica e empírica. A pesquisa empírica desenvolvida nos “mares de cana”, em alguns municípios da Microrregião Geográfica de Jaú (Barra Bonita, Igarçu do Tietê, Mineiros do Tietê) foi fundamental, pois possibilitou a coleta de dados, elementos e informações e sua posterior interpretação, engendrando maior entendimento e percepção das características do local de estudo. Os depoimentos dos trabalhadores assalariados rurais tiveram destaque na pesquisa. Em virtude dos relatos obtidos, surgiram relevantes contribuições, que tornaram o quadro sociopolítico e cultural em que vivem os trabalhadores assalariados rurais, lúcido e passível de compreensão.

**Palavras-chave:** Trabalhador rural. Exploração do capital. Monopolização do território. Agroindústria sucroalcooleira. Migração.

MACHADO, Armstrong. **Beyond the agroindustry boundaries: power and territorialization on the opposite way of hope.** 2008. 132p. Dissertation (Master's degree in Geography, Environment and Development) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2008.

### ABSTRACT

The present assignment has for its goal to show the sugar-cane agroindustry rural workers routine, in the region of Barra Bonita-SP, as well as the way of exploration deriving from the submission on the capitalist mean of production that they are exposed to. The Central West of São Paulo state shelters the world largest sugar and ethanol factory, the *Grupo COSAN – Unidade Barra*, that has the properties to establish its own dynamic, influencing on constructing/reconstructing the social layers of the Microregion where it is inserted. By the means of this connection, residents and transients mix-up and confuse themselves, and the migration, following the agroindustry calendar, make the large funds' logic move in the region. The biggest worry is in characterizing the rural employee as a main character. Because of the agroindustry mentioned above, the region has become a real "sugar-cane sea", *sui generis* scenario for the development of this assignment proposal. The large land concentration in possession of this capitalist group, the use of land by the same, the activities and social relations that develops between the COSAN – Unidade Barra and those approximated 6.000 workers and the reasons that takes them to migrate from their homeland, conduce the outlines of this assignment. In this context, it is proposed to reflect about the social and work relations existing between the Grupo COSAN and the rural employees, as well as the social and socioenvironmental reflexes from these relations to the quality of life and to the territorial space that they take. Considering this theoretical-methodological highlight, it is searched: to analyze the dynamic that rules the capitalist way of production in the sugar-cane activities; to understand the present-day logic that moves the factory owners from sugar and ethanol industry interests to boost its production, facing the stimulus policies for biofuel production; to check the work relations that involves the rural employee and the sugar and ethanol factory; to characterize the migration flow, resulting from the social relations established in the region, between the factory owner and the rural worker; to investigate the rural employee in his/her subjective aspects, for comprehending better his/her *praxis* and capabilities; to notice what is the rural worker prospect of life facing the field changes, resulting from the present-day tendency in the sugar-cane agroindustry sector. This composition was a result of theoretical and empirical research. The empirical research developed in the "sugar-cane seas", in some of the cities from the Microregion of Jaú (Barra Bonita, Igarapu do Tietê, Mineiros do Tietê), was fundamental, because it allowed the survey of data, facts and information, and its subsequent interpretation, engendering a bigger understanding and perception of the characteristics of the research place. The rural employees' testimonies were highlighted on the research. Because of the obtained accounts, relevant contributions appeared, that turned the sociopolitical and cultural environment in where the rural employees live lucid and likely of comprehension.

**Keywords:** Rural worker. Capital exploration. Territorial monopolization. Sugar and ethanol agroindustry. Migration.

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Eliminação da queima da palha da cana, por período .....	42
<b>Tabela 2</b> – Produção agrícola de Barra Bonita: 1956 .....	49
<b>Tabela 3</b> – Produção agrícola municipal de Barra Bonita/SP, em 2006 .....	53
<b>Tabela 4</b> – Utilização das terras: Município de Barra Bonita/SP .....	54
<b>Tabela 5</b> – Grupos de área total: Município de Barra Bonita/SP .....	55
<b>Tabela 6</b> – Condição do Produtor: Município de Barra Bonita/SP .....	55
<b>Tabela 7</b> – Valores das quatro últimas safras – COSAN – Unidade Barra .....	59
<b>Tabela 8</b> – Área plantada, produção própria e fornecedores .....	63
<b>Tabela 9</b> – Áreas próprias – Grupo COSAN – Unidade Barra .....	64
<b>Tabela 10</b> – Áreas arrendadas – Grupo COSAN – Unidade Barra .....	65
<b>Tabela 11</b> – Trabalhadores recrutados em MG e BA.....	81

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Fases do PROÁLCOOL.....	37
<b>Quadro 2</b> – Unidades produtoras do Grupo COSAN.....	58
<b>Quadro 3</b> –Produção cana-de-açúcar (ton) – Unidade Barra e Usina São Martinho.....	60
<b>Quadro 4</b> – COSAN – Unidade Barra: safra 2006/2007 .....	61
<b>Quadro 5</b> – COSAN: número de trabalhadores rurais por categoria .....	61
<b>Quadro 6</b> – Origem dos trabalhadores .....	90
<b>Quadro 7</b> – Calendário Agrícola, COSAN – Unidade Barra .....	97

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Trabalhadores rurais entrevistados.....	71
<b>Gráfico 2</b> – Grupo de trabalhadores por faixa etária .....	79
<b>Gráfico 3</b> – Perspectivas dos trabalhadores rurais.....	104

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1</b> – Localização do município de Barra Bonita .....	52
<b>Mapa 2</b> – Áreas próprias e arrendadas – COSAN - % de estabelecimentos .....	66
<b>Mapa 3</b> – Áreas próprias e arrendadas da COSAN - % em hectares .....	67

## LISTA DE FOTOS

<b>Foto 1</b> – Trabalhador “Bom de Facão .....	86
<b>Foto 2</b> – Trabalhador rural, sua primeira experiência .....	89
<b>Foto 3</b> – Trabalhador safrista do Nordeste aguardando ônibus.....	92
<b>Foto 4</b> – Trabalhador safrista do Nordeste conversando sobre rotina .....	92
<b>Foto 5</b> – Demonstrativo de pagamento fornecido pela COSAN.....	93
<b>Foto 6</b> – Trabalhador sem EPI no corte de cana .....	95
<b>Foto 7</b> – Eito da cana – corte manual .....	98
<b>Foto 8</b> – Trabalhador no eito da cana.....	98
<b>Foto 9</b> – Colheitadeira trabalhando nas lavouras de cana em Barra Bonita .....	105
<b>Foto 10</b> – Colheitadeira – corte mecanizado nas lavouras em Barra Bonita .....	106

## SUMÁRIO

<b>À GUIA DE CONSIDERAÇÕES INICIAIS</b> .....	15
<b>1 O PALCO DOS ACONTECIMENTOS: A INDÚSTRIA CANAVIEIRA</b> .....	19
1.1 QUEM É O TRABALHADOR ASSALARIADO RURAL .....	29
1.2 NOS MANANCIAS DO ÁLCOOL – RAÍZES HISTÓRICAS – O PROÁLCOOL.....	33
1.3 O ESTADO DE SÃO PAULO À LUZ DAS LEGISLAÇÕES .....	41
<b>2 BARRA BONITA – CONSIDERAÇÕES SOBRE SEU QUADRO AGRÁRIO</b> ...	46
2.1 BARRA BONITA E O TURISMO NO CONTEXTO REGIONAL .....	50
2.2 UM OLHAR PARA O AGRÁRIO.....	53
2.3 GRUPO COSAN – UNIDADE BARRA – CONTEXTUALIZANDO .....	56
<b>3 O PALCO DA VIDA DE UM BÓIA-FRIA</b> .....	70
3.1 O ESTADO DA ARTE DA PESQUISA BREVE <i>EN PASSANT</i> .....	70
3.2 RELAÇÕES SOCIAIS CAPITALISTAS DE PRODUÇÃO: TRABALHADORES RURAIS x COSAN .....	73
3.2.1 Origem e perfil dos trabalhadores .....	79
3.2.2 O trabalhador rural: do eito da cana ao bagaço dos rendimentos.....	84
3.2.3 Assistência médica e o papel do sindicato.....	99
3.2.4 O trabalhador da cana e as condições de moradia .....	100
3.3 [AUSÊNCIA DE] PERSPECTIVAS.....	103
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	109
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	111
<b>APÊNDICES</b> .....	120
Apêndice 1 – Questionário de Campo.....	121
<b>ANEXOS</b> .....	128
Anexo 1 – <i>Ranking</i> de Produção das Unidades do Centro-Sul, Safra 2004/2005 .....	129

Anexo 2 – <i>Ranking</i> de Produção das Unidades do Centro-Sul, Safra 2005/2006 .....	130
Anexo 3 – <i>Ranking</i> de Produção das Unidades do Centro-Sul, Safra 2006/2007 .....	131
Anexo 4 – <i>Ranking</i> de Produção das Unidades o Centro-Sul, Safra 2007/2008 .....	132

## À GUIA DE CONSIDERAÇÕES INICIAIS

“Mais econômico, o etanol é uma realidade que coloca o Brasil na vanguarda das soluções energéticas não poluentes do mundo.” É com estas palavras que a Folha de São Paulo do dia 11 de Maio de 2008 inicia sua matéria, enaltecendo a matriz energética brasileira como a mais renovável do planeta (O BRASIL..., 2008).

O cenário nacional nunca esteve tão suscetível a novos investimentos no setor e, nesta lógica, a agroindústria sucroalcooleira ganha novos impulsos e vislumbra outros horizontes.

De acordo com dados publicados na Folha de São Paulo acima mencionada, enquanto os países desenvolvidos utilizam 14% de fontes renováveis em suas matrizes, o Brasil utiliza 45%. Se as metas do Plano Nacional de Energia para 2030 forem atingidas, este índice deve subir para 47%.

O Governo Federal lança em 2005, suas metas para quinquênio 2006 – 2011, por meio das Diretrizes de Política de Agroenergia (BRASIL, 2005). Este documento foi elaborado junto aos Ministérios de Minas e Energia, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Ciência e Tecnologia e Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Em seu texto, podemos observar o estímulo e o empenho em desenvolver novas matrizes energéticas, dentre elas o etanol brasileiro. O documento lembra da crescente demanda por combustíveis, da acelerada industrialização, da necessidade de substituição de antigas matrizes energéticas por fontes alternativas, que sejam sucedâneas ao carbono fóssil e apropriadas ao sistema socioambiental.

A MEN (Matriz Energética Nacional), ancorando-se nos pressupostos acima, expõe o álcool como uma das opções de energia limpa, definindo as vantagens de sua utilização, que são basicamente quatro: a) é seguro, não apresentando riscos ao sistema socioambiental; b) é eficiente, à medida que pode ser misturado com outros combustíveis fósseis; c) é fácil de ser produzido em grande escala; d) é altamente competitivo no mercado nacional e internacional.

Em seguida, o documento faz alusão aos ganhos ambientais, expondo as suas vantagens muito superiores aos (não) proporcionados pelos combustíveis fósseis.

Neste contexto, o cenário não poderia ser mais promissor ao usineiro do setor sucroalcooleiro, pois observa chances crescentes de lucros, outrora inimagináveis. No entanto, em seus domínios, antes da cana-de-açúcar, encontra-se o “bóia-fria”, dínamo das relações sociais que se estabelece, vinculando o lucro da terra ao patronato.

Este trabalho possui como preocupação maior caracterizar o trabalhador assalariado rural como personagem central no “mar de canas” do oeste paulista e seu comportamento frente às mudanças impostas pela modernização dos meios de produção nos canaviais da Microrregião Geográfica de Jaú/SP.

O cenário em questão é Barra Bonita/SP, município localizado na Microrregião Geográfica de Jaú e Mesorregião Geográfica de Bauru.

Barra Bonita/SP, palco da vida e dos acontecimentos humanos para aproximadamente 6.000 trabalhadores assalariados rurais<sup>1</sup>, concentra uma das maiores usinas de produção de açúcar e etanol do mundo<sup>2</sup> e a maior do Brasil: Usina da Barra, hoje denominada **Grupo COSAN – Unidade Barra**. Em virtude da agroindústria supra mencionada, a região tornou-se um verdadeiro “mar de cana”, cenário *sui generis* para o desenvolvimento desta proposta de estudo.

A grande concentração de terras em poder deste grupo capitalista, o uso da terra feito pelos mesmos e as atividades e relações sociais que se desenvolvem entre a COSAN – Unidade Barra e estes aproximadamente 6.000 trabalhadores, conduzem o delinear deste trabalho.

Neste contexto, pretende-se entender as relações sociais e trabalhistas existentes entre o Grupo COSAN e os trabalhadores assalariados rurais, bem como os reflexos sociais/socioambientais desta relação para a qualidade de vida e para o espaço territorial que ocupam.

Considerando este recorte teórico-metodológico, pretende-se: analisar a dinâmica que rege o modo capitalista de produzir, na atividade canavieira; entender a atual lógica que rege o interesse dos usineiros para dinamizar sua produção, frente às novas políticas de estímulo à produção do biocombustível; verificar as relações de trabalho que envolvem o “bóia-fria” e a COSAN – Unidade Barra; caracterizar o fluxo de migração, decorrente das relações sociais

---

1 Dados fornecidos pelo setor de Recursos Humanos da COSAN – Unidade Barra.

2 De acordo com dados da UNICA, há disputa entre as usinas Da Barra (COSAN) e São Martinho. As informações da UNICA demonstram que existem variações anuais no ranking das “gigantes” pelo primeiro lugar. Vide tabelas “Ranking de Produção das Unidades do Centro-Sul” em anexo.

estabelecidas na região, entre o usineiro e o trabalhador rural; investigar o bóia-fria com relação às suas expectativas, para melhor compreender sua *praxis* e suas potencialidades; entender quais as perspectivas de vida do “bóia-fria” frente às alterações no campo; verificar, junto aos trabalhadores, as perspectivas de mudança no campo, suscitadas pela nova política de biocombustíveis.

Para tanto, é impossível prescindir de embasamento teórico, haja vista que o “estado da arte” de qualquer trabalho científico, se encontra na possibilidade da união entre o teórico e o empírico. Assim sendo, à luz da teoria de alguns autores, tais como D’Incao, Martins, Novaes, Oliveira, Graziano da Silva, Ianni, Szmrecsányi e Thomaz Jr, foram feitos apontamentos que auxiliarão na compreensão dos fatos e dos questionamentos realizados.

Quanto à pesquisa empírica, consistiu em coletar dados, elementos e informações que, após sistematizados, engendraram maior entendimento e percepção das características do local de estudo. Foram utilizados mapas elaborados a partir dos dados de Barra Bonita (mapas da mesorregião geográfica, microrregião geográfica, localização da COSAN - unidade Barra, mapa de deslocamentos populacionais) e entrevistas com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barra Bonita e advogados do grupo COSAN.

Concomitantemente, um questionário (modelo em anexo) foi elaborado e aplicado junto aos trabalhadores rurais de Barra Bonita e região. Os questionários tiveram a finalidade de levantar informações a respeito da origem dos trabalhadores, sua trajetória de vida, dados da família. Foi pesquisado o histórico de vida na atividade canvieira, as relações de trabalho que o envolve junto à agroindústria onde exerce suas funções, elementos a respeito de seu quadro socioeconômico e, também, opiniões e perspectivas que possui sobre a realidade que vivencia neste contexto. Após a aplicação das entrevistas com base no questionário elaborado, foi feita a tabulação dos dados, com posterior interpretação e geração de gráficos, tabelas e quadros.

Dificuldades foram encontradas com relação à obtenção de informações sobre o quadro agrário do município. Os dados do Censo Agropecuário do IBGE, versão preliminar 2007, se mostraram estranhos e contraditórios, haja vista que não permitiram visão objetiva do quadro agrário, ao serem analisados. Representantes do INCRA não foram localizados na prefeitura de Barra Bonita. Outra tentativa de levantamento de informações ocorreu junto à Casa da Lavoura,

que possui seu agrônomo responsável. O mesmo também não possuía os dados solicitados em mãos, requerendo um período para realizar o levantamento.

Com o intuito de melhor ilustrar o cenário e objeto de estudo, fotos foram anexadas ao corpo do texto, procurando demonstrar e melhor situar os itens trabalhados.

Entrevistamos alguns personagens envolvidos no cenário da pesquisa, como funcionários do setor administrativo e agrícola da empresa. Representantes do comércio e do setor turístico do município também auxiliaram com relatos e opiniões sobre o tema. Todas as entrevistas foram transcritas e contribuíram para a formulação e entendimento do quadro teórico do presente trabalho.

O Capítulo 1 trabalha a evolução da cultura da cana-de-açúcar no Brasil e, em especial, no estado de São Paulo. Os fatores que fizeram deste estado o “mar de canas” e as políticas que engendraram este processo, tiveram ênfase na abordagem realizada. A análise prossegue, na tentativa de caracterizar o trabalhador assalariado rural, foco principal do estudo. A política do PROÁLCOOL e suas implicações no cenário estudado, bem como as legislações que norteiam as ações das indústrias sucroalcooleiras no país, ganham ênfase no final deste capítulo. No capítulo 2, são feitos apontamentos a respeito do município de Barra Bonita no contexto regional: inicia com uma breve historiografia; após, segue contextualizando seu quadro agrário, citando a importância do turismo e a forma como a dinâmica social ocorre, em virtude do calendário agrícola imposto aos trabalhadores rurais que migram para exercerem suas atividades nas lavouras da região. O capítulo 3 mostra as relações capitalistas de produção que envolvem o trabalhador assalariado rural no “mar de canas” da Microrregião Geográfica de Jaú. Apresenta os dados da pesquisa empírica realizada nas lavouras da COSAN – Unidade Barra e tece reflexões a respeito das informações obtidas em campo. Faz considerações sobre “os nós que se formam” em torno destes trabalhadores e a forma como são vistos pelos atores hegemônicos, na figura do grande capital. Finaliza, expondo as perspectivas que esta classe possui para as próximas décadas, frente ao fenômeno da mecanização no campo.

## 1 O PALCO DOS ACONTECIMENTOS: A INDÚSTRIA CANAVIEIRA

É fato que nas últimas décadas, a indústria canavieira tem passado por mudanças drásticas no Brasil, mudanças que foram reflexo das tendências políticas e econômicas que nortearam o país e de diversos acontecimentos em âmbito internacional. Estas alterações trouxeram reflexos diretos, não só para a configuração regional brasileira, mas para o modo de vida das pessoas que compõem o tecido social dos respectivos espaços regionais.

Para que se possa entender o papel de destaque da agroindústria sucroalcooleira no Centro-Sul do Brasil, em especial no oeste paulista, se faz necessário resgatar alguns fatos desta historiografia, a respeito do tema em questão.

A Zona da Mata no Nordeste brasileiro sempre apresentou condições favoráveis para o desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar. Suas terras férteis, excelentes condições climáticas e ecológicas e a maior proximidade com o continente europeu, foram ideais para as lavouras canavieiras, sucedâneas das antigas florestas da costa leste brasileira. Estes fatores foram determinantes para que, durante quatro séculos, o açúcar nordestino fosse o carro-chefe da agroindústria brasileira. Neste cenário, a cultura da cana-de-açúcar constituiu a [...] “primeira atividade agrícola não extrativa do país” (PAIVA; SCHATTAN; FREITAS, 1973, p. 163).

Paiva, Schattan e Freitas (1973) fazem referência ao século XVII, quando a concorrência das Antilhas fez reduzir os preços de exportação do açúcar até meados do século XIX. Neste período, o açúcar de Beterraba era forte concorrente para o açúcar da cana, no mercado internacional. De acordo com os autores, de 1830 a 1880, Cuba conseguiu dinamizar sua produção, aumentando de 74 para 538 mil toneladas. Neste interstício, o Brasil aumentou de 82 para 222 mil toneladas. No final do século XIX, o Brasil era responsável por 11,2% da produção mundial. Cuba respondia por 28%.

De acordo com Ramos e Belik (1987), até meados do século XVIII não se tem registro da produção de açúcar em São Paulo. Afirmam que “[...] por volta dessa época, já começa a tomar contornos uma expressiva produção paulista de açúcar e aguardente para o mercado aberto pela mineração em Minas Gerais e Goiás”. Segundo os autores, no século XIX, o açúcar paulista passou a ter papel de

destaque no cenário nacional. No entanto, não conseguiu concorrer no mercado internacional devido à baixa qualidade perante o açúcar nordestino.

No início do século XX, “[...] São Paulo já era a região de economia mais adiantada no país, mas ainda predominantemente agrícola e sob o domínio avassalador do café” (INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA, 1972). Nas palavras de Ramos e Belik (1987), a cana só retomaria seu importante papel na economia da região sudeste, com a crise do café na década de 20. Os mesmos explicam que a introdução de novas variedades nordestinas nas lavouras do sudeste favoreceu o reerguimento da cana-de-açúcar em São Paulo. Mas, em 1924, a ocorrência de graves doenças nas plantações paulistas impediu o sucesso das lavouras na região. Este problema foi sanado por meio da inserção de variedades não suscetíveis às doenças. Em pouco tempo, a produção paulista já experimentava importantes saltos.

De acordo com o Instituto de Economia Agrícola (1972), a economia do café sofreu forte impacto com a depressão de 1929. Além dos fatores econômicos decorrentes da crise de 1929 (problemas de superprodução, encolhimento do mercado internacional de açúcar, preocupação dos empresários nordestinos, deslocamento da cafeicultura para os sertões – em virtude da própria expansão do cultivo, do depauperamento das lavouras mais antigas, da penetração das estradas de ferro, do atrativo da valorização das terras novas e pela contínua entrada de novos migrantes), transformações políticas (como a revolução de 1930) suscitaram a criação de órgãos permanentes, a exemplo da Comissão de Defesa do Açúcar e do Conselho Nacional do Café, “embriões dos futuros *Instituto do Açúcar e do Alcool* e do *Instituto Brasileiro do Café*” (INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA, 1972). De acordo com o IEA, era o poder de interferência governamental na economia do setor agrícola, por meio do Governo Federal.

Vale destacar que

Em 1.º de Junho de 1933 o governo, através do decreto n.º 22.789, criou o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), autarquia federal destinada a intervir no mercado, face às continuadas crises de superprodução e baixos preços que de há muito vinham caracterizando o mercado açucareiro. Sua finalidade era assegurar o equilíbrio interno entre a produção anual e o consumo de açúcar, mediante a aplicação de uma quantidade de matéria-prima ao fabrico de álcool. Além disso, recebeu poderes especiais para reduzir a produção a limites considerados hábeis para a defesa da produção, por meio de um mercado equilibrado. Deveria regular as transações de compra e venda de cana entre lavradores, fornecedores de cana

e as usinas do país, “determinando as cotas destas e daquelas para a fabricação de açúcar e adotando outras medidas acauteladoras dos respectivos interesses” (PAIVA; SCHATTAN; FREITAS, 1973, p.165).

Ramos e Belik (1987) esclarecem a respeito da formação do IAA, inspirado pelo advento do Convênio de Taubaté (1906): possuía como objetivo barrar a entrada e ampliação de competidores do Centro-Sul que, por terem mercado garantido para o seu produto, não sofriam as vicissitudes do mercado externo. Por meio de suas palavras, entende-se que o surgimento do IAA foi resultado da pressão dos usineiros nordestinos na tentativa de preservar suas posições. De acordo com os mesmos, no Nordeste havia a classe dos usineiros e dos fornecedores de cana. Era evidente a existência de um discurso regionalista, que procurava reger a economia agrária do Brasil na época.

Com a criação do IAA, a produção de açúcar no Brasil passou a ser regulamentada pelos chamados “*planos de defesa de safra*”. Estes eram preparados anualmente, com a finalidade de manter o equilíbrio entre a produção e o consumo do açúcar. Neste sentido,

[...] o plano de safra distribui o volume a ser fabricado pelas regiões produtoras (norte-nordeste e centro-sul) e o total atribuído a cada uma é partilhado pelas diversas unidades federativas que as integram. Em cada Estado [...] a produção é dividida em parcelas, as chamadas cotas, deferidas às usinas existentes (PAIVA; SCHATTAN; FREITAS, 1973, p. 166).

O período de moagem de cada zona produtora bem como o tempo de duração, era determinado pelos planos de safra. Estes estabeleciam, além das normas de fabricação, todos os preceitos reguladores do açúcar obtido, bem como as regras de sua comercialização.

Após a Segunda Guerra Mundial, o mercado nacional e internacional, até então atrofiados devido às imposições da guerra, voltam a se dinamizar. O comércio internacional de gêneros alimentícios, matérias-primas e manufaturados também ganha novo impulso, ao lado do comércio interno que se dinamiza ao mesmo tempo. Neste contexto, o açúcar entra como importante item no comércio de gêneros alimentícios.

De acordo com o Instituto de Economia Agrícola,

[...] o impulso industrial propiciado pela guerra e o conseqüente crescimento das populações urbanas, trouxe a valorização de inúmeros produtos destinados precipuamente ao consumo interno, pelo que, muitas das grandes explorações, como o amendoim, o milho, o arroz e a avicultura expandiram-se e, mais que essas, a horticultura e a fruticultura. [...] [registre-se] o exercício de providências tomadas durante a guerra e destinadas à regularização do abastecimento alimentar e ao atendimento de muitos outros itens, bem como a dominante propensão da época em atender os interesses imediatos do consumidor [...] Registre-se ainda o avanço da lavoura canavieira que manteve-se firme, fazendo com que São Paulo, em 1950, já produzisse quase tanto açúcar como Pernambuco e o superasse na produção do álcool (INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA, 1972).

Em virtude da Segunda Guerra Mundial, “não só as exportações de açúcar brasileiro sofrem um colapso, mas também, todo o comércio de cabotagem inter-regiões no Brasil” (RAMOS; BELIK, 1987).

Neste sentido, Szmrecsányi (1979, p. 204) explica que

O comércio de cabotagem tinha na época uma grande importância para o país. Era por meio dele que então se processava a maior parte do intercâmbio de mercadorias entre suas várias regiões, especialmente entre o Norte e o Sul. A interrupção do comércio de cabotagem pela guerra submarina dificultou o abastecimento de açúcar no Centro-Sul, na época ainda efetuado em grande parte pelos produtores do Nordeste.

Para Ramos e Belik (1987), a Segunda Guerra Mundial favoreceu os capitais paulistas, na medida em que pequenos engenhos se transformaram em usinas de açúcar. Há de se considerar o fato de capitais oriundos de outras fontes, quer sejam da cafeicultura ou da cotonicultura, passarem a figurar na atividade supracitada. Fato interessante, na época, foi a forma contraditória pela qual o IAA passou a proteger a economia nordestina: ao Nordeste foi reservado o mercado internacional, que continuava com preços oscilantes. O mercado interno, por sua vez, era abastecido com a produção paulista, estimulada pela política desenvolvimentista de Vargas, que consistia na implementação de um projeto desenvolvimentista baseado na forte presença do Estado em áreas consideradas

cruciais para o desenvolvimento do país. Atuando como reguladora ou empreendedora de certas atividades econômicas, a intervenção estatal tinha por objetivo estimular a industrialização e modernização da nação.

Fica evidente, então, uma

[...] contradição fundamental na história da agroindústria canavieira. Pretendia-se que ela fosse competitiva: para aquela situada no Nordeste, este era um objetivo quase que impossível de ser perseguido, quer frente à produção externa [...], quer frente à produção paulista – que além da proximidade do mercado contava com outras vantagens, tais como maior integração com a indústria de equipamentos, capitais mais fortes, melhores condições edafoclimáticas, mercado de trabalho organizado (colonato – herança do período cafeeiro) entre outras vantagens (RAMOS; BELIK, 1987).

De acordo com Szmrecsányi (1979), foi neste clima que o Governo Federal baixou o Decreto-Lei nº 9827, de 10/09/1946, que determinou uma “revisão geral das quotas de produção do açúcar de usinas atribuídas a cada um dos Estados ou Territórios”. Em decorrência do mesmo, houve uma alteração substancial na distribuição espacial da produção açucareira do país. A participação dos estados do Centro-Sul passou de 39,9% na safra 1944/45 para 46,8%. Deve-se destacar o estado de São Paulo, que passou de 17,6% para 22,2% e o recuo de Pernambuco, cuja participação baixou de 37,7% para 28,9%.

Szmrecsányi afirma que este processo

Marcava o início de um processo irreversível de transferência da hegemonia no subsetor. O Decreto-Lei nº 9827 e as resoluções do IAA que o complementavam<sup>3</sup> criaram todas as condições neste sentido, ao subordinarem a elevação dos limites estaduais de produção às exigências regionais, e não mais nacionais, da evolução do consumo do açúcar. [...] Os efeitos do Decreto-Lei nº 9827 sobre a evolução da agroindústria canavieira apareceram rapidamente e tiveram largo alcance. De um lado, o referido decreto-lei criou condições para intenso crescimento da produção açucareira, e dos excedentes exportáveis. Do outro, ele acelerou o já mencionado deslocamento do eixo da produção canavieira do Nordeste para o Centro-Sul, e mais especificamente para o Estado de São Paulo (SZMRECSÁNYI, 1979, p. 214-216).

<sup>3</sup> Normas complementares foram baixadas pelo IAA através das Resoluções nº 131/46, de 27/11/1946; nº 139/47, de 14/05/1946 (sic!); e nº 159/48, de 10/03/1948. As duas últimas reajustaram as quotas dos turbinadores, criando assim as condições necessárias para sua integração horizontal.

Ianni (1976) esclarece que, de 1951 a 1968, a produção brasileira de açúcar passou de 26.595.636 sacas de 60 Kg para 68.530.445 sacas. São Paulo respondia, neste período, por 48,95% da produção nacional. A exportação do açúcar brasileiro começava a se expandir. Em 1960, a produção açucareira ganhou novo impacto. Cuba perdia sua cota no mercado interno norte-americano, fato este que reverberou a favor do mercado brasileiro. Não podemos nos esquecer que entre 1959 – 1960, ocorreu a Revolução Socialista no citado país. Este fato veio ao encontro dos interesses nacionais, favorecendo a exportação do açúcar brasileiro para os Estados Unidos da América. Conforme cita Ramos e Belik (1987), a partir da década de 1950 começam a se firmar os grandes capitais usineiros paulistas que comandam a produção nacional do açúcar até hoje. A Família Ometto faz parte deste contexto.

De acordo com Gordinho (1993), em 1887 Antonio Ometto e Catterina Biasio Ometto migram da Itália para o Brasil, com o propósito de encontrarem melhores oportunidades na América. No Brasil, constituem seus descendentes. Os filhos do casal supracitado contribuíram muito para o progresso da família, trabalhando como colonos nas fazendas de café.

Os descendentes dos primeiros Ometto a chegarem ao Brasil foram (GORDINHO, 1993):

- Constante Ometto, casado com Zaira Paggiaro Ometto
- Carolina Ometto Pavan, casada com Felício Pavan
- José Ometto, casado com Romana Melloni Ometto
- Pedro Ometto, casado com Narcisa Chesini Ometto
- João Ometto, casado com Julieta Zulzke Ometto
- Jerônimo Ometto, casado com Tereza Colette Ometto e
- Luiz Ometto, casado com Cecília Cera Ometto

Gordinho (1993) esclarece que aos poucos, conseguiram economizar e adquiriram a primeira propriedade onde inauguraram uma Olaria. Porém, com a morte de Antonio Ometto em 1901, a propriedade foi vendida e voltaram ao trabalho na colônia de café. Novamente conseguiram adquirir terras próprias depois de anos de trabalho e a partir daí foram progredindo e fundando as primeiras usinas. Graças a visão empreendedora de Pedro Ometto, foram se expandindo pelo Estado de São Paulo (GORDINHO, 1993). Uma delas foi fundada

em Barra Bonita, hoje denominada COSAN – Unidade Barra.

Na década de 1960, com o desenvolvimento do “parque açucareiro” de São Paulo, a família Ometto já se fazia presente em Barra Bonita. Nesta década, houve expansão do mercado externo e redistribuição de cotas pelas regiões, áreas e usinas do país (IANNI, 1976). O país caminhava rumo à modernização das usinas. Destaque-se o Centro-Sul, neste período, respondendo por 66% da produção nacional de açúcar. A partir do final da década de 1960, nas palavras de Ramos e Belik (1987), “um conjunto de documentos legais emanados do IAA passa a beneficiar diretamente o grande capital do setor”. Estes benefícios, segundo os autores, em nome da maior competitividade no mercado internacional, estimularam fusões e incorporações de fábricas e fazendas com o objetivo explícito de concentrar/centralizar capital. Desta maneira, “os grandes capitais beneficiam-se sobremaneira das condições favoráveis do mercado externo [...]” (RAMOS; BELIK, 1987).

Ianni (1976) tece algumas considerações para o tema e alerta para o fato de que:

O crescimento da produção açucareira foi também o resultado do desenvolvimento das forças produtivas e das **relações de produção na agroindústria açucareira**. Progressivamente cresceu a importância relativa e absoluta da máquina, fertilizante, defensivo, energia elétrica, derivados de petróleo e da ação governamental. Ao mesmo tempo, alterou-se a composição e a participação da força de trabalho no processo produtivo, tanto nos canaviais como nas usinas. (IANNI, 1976, p. 33, grifo nosso).

Embora escrito em 1976, o texto possui a propriedade de transcender à cronologia da história. Este quadro ainda é observado hodiernamente no cenário agrário de Barra Bonita, onde se constata, em meio a um “mar de cana”, personagens sujeitos ao tipo de relação social que traduz os interesses do grande capitalista.

As relações de produção, por meio da COSAN – Unidade Barra, colocam em destaque o trabalhador assalariado rural, que é a personificação do assalariamento no campo.

Trata-se de uma classe desprovida de grandes escolhas e que, além das mazelas que sofre no campo, está sujeita a outros fenômenos ou impasses

causados pela própria sofisticação dos meios e modos de produção: a modernidade e a inserção de novas tecnologias no ambiente de trabalho.

Ianni discorre a este respeito, reiterando que

Nas usinas e nos canaviais, o processo produtivo tem provocado a **expulsão de trabalhadores**, bem como a **redefinição das condições de trabalho** dos trabalhadores que continuam a ser necessários. Mas essa mudança na composição das forças produtivas envolvidas na agroindústria açucareira não tem ocorrido apenas devido ao interesse dos empresários em aumentar e aperfeiçoar a produção. Também a progressiva extensão da legislação trabalhista ao mundo agrário tem sido uma condição básica da mecanização do processo produtivo (IANNI, 1976, p. 33-34, grifo nosso).

A expulsão dos trabalhadores e a redefinição das condições de trabalho citadas por Ianni foram acontecimentos que marcaram não somente o avanço tecnológico, mas a forma como o capital conseguiu se territorializar no campo. Antes, estes personagens eram donos e proprietários dos meios de produção. Com a inserção das novas tecnologias do campo, em consequência do avanço do próprio capital, tornaram-se “excluídos” e passaram a ter como bem único, apenas a força de trabalho. A legislação trabalhista, contraditoriamente, tem contribuído para a mecanização, à medida que as obrigações trabalhistas e as reivindicações dos operários estimulam os empresários a dinamizarem suas produções.

O “mar de canas” em Barra Bonita e região, há tempos reflete e explicita esta problemática. Trata-se de um grande complexo agroindustrial, com traços evidentes de modernidade e alto nível de tecnificação. A legislação trabalhista insere-se neste contexto. Por meio dos textos da lei, torna-se evidente perceber como o aparato legal vai ao encontro dos interesses do grande capital, criando e legitimando todas as condições necessárias para que a monopolização do território ocorra, sem obstáculos ou contratempos. Esta relação de poder e territorialização faz lembrar Raffestin (1993) apud Saquet (2007, p. 34), quando afirma que “o campo da relação é um campo de poder que organiza os elementos e as configurações”. Continua elucidando que são estas relações que fazem cristalizar o território e as territorialidades.

Para o autor, “o território é um lugar de relações a partir da

apropriação e produção do espaço geográfico, com o uso de energia e informação, assumindo, desta maneira, um novo significado, mas sempre ligado ao controle e à dominação social” (RAFFESTIN apud SAQUET, 2007, p. 34).

Dematteis (1969) apud Saquet (2007, p. 50) também teoriza a respeito desta categoria de análise. Explica que o território

[...] é compreendido como área e, sobretudo, como relação social, econômica e política. Sua concepção privilegia a dominação do Estado, as redes de comunicação e circulação, o fluxo de trabalhadores, enfim, tramas na construção histórica do território, com complementaridade entre campo e a cidade. Essa complementaridade acontece através das redes [...] **efetivadas pela migração de trabalhadores do campo para a cidade, pela expansão do urbano no campo** [...]. O território é organizado pela sociedade, que transforma (humaniza) a natureza, controlando certas áreas e atividades, política e economicamente; significa relações sociais e complementaridade; processualidade histórica e relacional (SAQUET, 2007, p. 50-51, grifo nosso).

Haesbaert (2004) cita o geógrafo Milton Santos, destacando a relevância e consistência de sua contribuição. Neste sentido, Santos (apud HAESBAERT, 2004) afirma que:

Para os atores hegemônicos o território usado é um recurso, garantia de realização de seus interesses particulares; para os atores hegemonzados trata-se de um abrigo, buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares (HAESBAERT, 2004, p. 95).

O autor segue explicando que “o território [...] define-se com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) e ao contexto histórico em que está inserido”. O autor faz alusão às múltiplas escalas que articulam as relações que ocorrem nos domínios do território e que podem se estender do local ao global. Para o mesmo, “não há território sem uma estruturação em rede que conecta diferentes pontos ou áreas” (HAESBAERT, 2004, p. 116). Neste contexto, cita os “territórios-rede”, descontínuos, mas conectados e articulados entre si. A formação dos “territórios-rede” pode ser constatada no universo dos trabalhadores assalariados rurais: os mesmos se articulam,

estabelecendo “nós” ou pontos inter-regionais de comunicação, que favorecem o processo de deslocamento das cidades de origem e fixação nas cidades de destino. Devido à migração, outras estruturas passam a ser criadas: pequenos estabelecimentos comerciais fornecem produtos e gêneros de primeira necessidade nos bairros onde residem os trabalhadores – periferia da cidade, em casas populares ou alojamentos pertencentes às pessoas ligadas aos fiscais, que fazem a arrecimação dos funcionários; o transporte é terceirizado e realizado por pessoas que antes, eram antigos empregados da COSAN; as relações comerciais e serviços essenciais – a conquista de moradia no local, por exemplo – também são feitas por meio de intermediários (pessoas que já residem no local há tempos ou migram primeiro para verificar as condições locais e agirem, facilitando a nova conquista, sempre que necessário. São pontos de uma rede, que se faz conectada e interconectada, mas não apenas nas necessidades primárias dos trabalhadores. Esta rede possui sentido profundo. É criada para atender à lógica do grande capital, à medida que avançam seus mares de cana, criando e recriando relações sociais que possam atender às suas expectativas.

Neste sentido, por meio das contribuições dos autores supracitados, é possível observar o comportamento do Brasil no cenário internacional, que se substancia na atualidade. Existe a demanda por combustíveis alternativos, a necessidade de se tornar competitivo no mercado internacional e, por consequência, de aumentar sua produtividade. Também há a busca por novas tecnologias e a tentativa de desenvolver espécies de cana que sejam cada vez mais produtivas e rentáveis, que possam movimentar e oxigenar os interesses da nação com relação ao agronegócio. Barra Bonita, bem como a Microrregião Geográfica da qual faz parte no estado de São Paulo, possui papel de destaque na pauta dos agronegócios. Esta prática agressiva de expansão do grande capital acaba redundando na manifestação do que se conhece por “territorialização do capital”. A Microrregião Geográfica de Jaú é exemplo deste processo: poucos estabelecimentos ocupando grandes áreas destinadas à lavoura canavieira e inúmeros estabelecimentos menores, de fornecedores e arrendatários, que denotam a territorialização do capital e, ao mesmo tempo, a forma como ocorre a monopolização do território, haja vista a relação de dependência econômica que se estabeleceu entre fornecedores, arrendatários e usineiro na região. Neste sentido, o avanço das relações capitalistas de produção no campo, acabou suscitando o surgimento de uma nova categoria de trabalhadores:

os trabalhadores assalariados rurais que, nas palavras de Oliveira (1995, p. 59) “[...] devem aparecer no mercado como trabalhadores livres de toda a propriedade, exceto de sua própria força de trabalho”.

### **1.1 QUEM É O TRABALHADOR ASSALARIADO RURAL?**

É consenso entre vários teóricos, a exemplo de D’Incao, Oliveira e Graziano da Silva, que o trabalhador assalariado rural é, antes de mais nada, o resultado das relações capitalistas de produção. São estas relações capitalistas de produção, nas palavras de Oliveira (1995, p. 60), baseadas na igualdade e na liberdade, que tornam os trabalhadores livres e autônomos, aptos para realizarem contratos. O autor expõe que somente um trabalhador livre pode assinar contrato de compra e venda da força de trabalho. A venda da força de trabalho do trabalhador assalariado rural é um dos mecanismos principais que suscitam a reprodução do capital.

José de Souza Martins, ao teorizar a respeito do tema, afirma que a expansão do capitalismo no campo propicia liberdade aos trabalhadores. Estes trabalhadores não são proprietários de instrumentos, objetos, matérias-primas ou meios de produção. Apenas vendem sua força de trabalho ao capitalista, ao patrão.

Neste sentido,

Os trabalhadores expropriados são livres para vender o que lhes resta, a sua força de trabalho, a quem precise comprá-la, quem tem as ferramentas e os materiais, mas não tem o trabalho. São iguais ao capitalista, ao patrão, no sentido de que um vende e o outro compra força de trabalho, um trabalha e o outro paga um salário pelo trabalho. A relação de compra e venda só pode existir entre pessoas formalmente iguais. Só pessoas juridicamente iguais podem fazer contratos entre si. E porque são iguais, cada uma delas tem a liberdade de desfazer o contrato quando bem quiser (MARTINS, 1981, p. 152-153).

Por meio de suas palavras, o autor esclarece que os trabalhadores expropriados dos meios e instrumentos de produção, mas incluídos pelo capitalismo, são livres para vender sua força de trabalho. Isto é o que lhes resta. É o único bem

que permite algum tipo de relação social, capaz de lhe garantir a sobrevivência. Esta relação social é definida *pele* e *no* modo capitalista de produção.

Assim, continua afirmando que “a força de trabalho é a única dentre todas as mercadorias que pode criar mais valor do que aquela que ela contém.” (MARTINS, 1981, p. 153-154).

Outras contribuições na tentativa de caracterização do tema proposto, podem ser observadas em Maria Conceição D’Incao, uma das precursoras no estudo e definição desta categoria de trabalhadores, personagens centrais da agroindústria da cana-de-açúcar.

Seus estudos e sistematizações teóricas permitem entender, com maior propriedade, este personagem.

A autora, a este respeito, afirma que:

Por assalariado rural é entendido, tanto na linguagem corrente, como no documento fonte [Estatuto do Trabalhador Rural], o trabalhador rural que percebe o seu pagamento através de uma quantia fixa mensal e em dinheiro, independentemente de qualquer análise dos quesitos legais do Estatuto do Trabalhador Rural (D’INCAO, 1983, p.55).

Continua suas considerações, alertando para o fato de que a:

[...] precariedade das condições de vida do “bóia-fria” **exige que ele se disponha a realizar o trabalho que encontra, numa tentativa de sobreviver.** É nestes termos que **ele se sujeita** ao trabalho de diarista na lavoura. E o faz sobretudo nas épocas de colheita, quando sabe contar com um período maior de trabalho do que nas outras ocupações que costuma desempenhar. Mas **a sua insatisfação é permanente.** O “bóia-fria” vê o seu trabalho sempre como um paliativo e nunca como uma solução definitiva [...]. (D’INCAO, 1983, p. 94, grifo nosso).

D’Incao deixa claro que o único bem que o trabalhador rural possui são seus próprios braços. No entanto, este único bem do qual é possuidor, ainda assim não lhe garante a continuidade da vida, nos moldes do sistema capitalista de produção. É preciso que haja trabalho.

A este respeito, José Graziano da Silva tece alguns comentários, que vão ao encontro da autora supra mencionada:

A separação do produtor direto da terra obriga-o a vender a única mercadoria de que continua proprietário – a sua força de trabalho – para continuar vivo. Agora ele não mais se assalaria para complementar a renda familiar. Ao contrário, é obrigado a fazê-lo como única forma de garantir a reprodução da família. Ele não é mais somente um assalariado temporário, ele é apenas um assalariado (GRAZIANO DA SILVA, 1977, p. 36).

O autor explica que “o volante é o produto do processo de separação do trabalhador rural dos seus meios de produção, especialmente da terra, que já não é mais o seu laboratório natural de trabalho” (GRAZIANO DA SILVA, 1977, p. 36). É incisivo ao definir esta classe de trabalhadores como pessoas desprovidas de qualquer meio de produção, pessoas que são forçadas a vender sua força de trabalho para assegurar sua própria sobrevivência (GRAZIANO DA SILVA, 1977, p. 37-38). Silva aborda a questão dos trabalhadores migrantes, expondo que:

[...] a **migração de trabalhadores nordestinos** [...] sobretudo para o estado de São Paulo, desde o início do século XX, para as fazendas de café, na condição de formadores de fazenda e, mais tarde, para o trabalho nos laranjais, cafezais e nas usinas de cana-de-açúcar, na condição de cortadores de cana -, **constitui-se como uma constatação histórica da reprodução desses capitais**. Assim, desde a gênese do capitalismo na agricultura dessa região, os trabalhadores nordestinos e também os mineiros fizeram parte da história de sua classe trabalhadora (SILVA, 2007, p. 68, grifo nosso).

A autora continua e lembra que “o caráter temporário do trabalho, sobretudo a partir do surgimento das usinas na década de 1960, na verdade define-se pela permanência do temporário, ou seja, trata-se do temporário que se repete indefinidamente” (SILVA, 2007, p. 68).

Esta reflexão não é tão recente. Alguns teóricos clássicos já se preocupavam com o fenômeno da mercantilização da agricultura e a mecanização do campo. Kautsky (1980) escreve a respeito desta evolução, elucidando que este antagonismo entre explorador e explorado, chefe e patrão, dominante e dominado teve início durante a Idade Média, sendo que o modo capitalista de produção apenas

o acelerou. Mostra que o capital desconhece fronteiras e meios para estender seus tentáculos. Sempre estará em busca de outros horizontes, para criar necessidades, de modo a reproduzir seus valores, por meio de sua ideologia. Reiterou que assim que adquirisse forças o bastante, apoderar-se-ia também da agricultura.

A apropriação da agricultura pelo capital pode ser vista e entendida, ao se lançar os olhares para a agroindústria canavieira. No Brasil, há um viés digno de ser apreciado, principalmente após a década de 1970, com a instituição do Programa Nacional do Álcool. Foi um verdadeiro portal para que o país passasse a mergulhar num verdadeiro “mar de canas”.

Atualmente verifica-se um cenário, por meio do qual os esforços parecem enveredar no sentido do fortalecimento de novas políticas de combustíveis alternativos. Esta política encontra apoio e respaldo nos discursos pronunciados pelo Governo Federal e seus reflexos podem ser percebidos pelo crescente número de usinas e destilarias em construção pelo território nacional. De acordo com as informações do Governo Federal, investimentos da ordem de R\$ 12,1 bilhões do PAC (Plano de Aceleração e Crescimento) devem ser feitos, implantando usinas de etanol pelas regiões Sudeste, Sul e Centro – Oeste (BRASIL, 2008).

No cenário internacional, manifestações contra a política de produção do biocombustível brasileiro ocorreram, a exemplo da manifestação da Chefe do Governo Alemão, Angela Merkel: questionam a forma como as relações de trabalho na agricultura dos países subdesenvolvidos afetam ou interferem na qualidade de vida dos trabalhadores.

Trata-se de um horizonte em que as contradições constituem o dínamo, que faz movimentar as relações sociais. Neste caso, o interesse do usineiro ou grande empresário é alimentado pelo conjunto das novas políticas energéticas. Na esteira deste paradigma surge um panorama, onde o futuro (in)certo dos trabalhadores rurais deve ser melhor analisado não apenas como categoria, mas como seres que compõem o tecido social das comunidades locais.

## 1.2 NOS MANANCIASIS DO ÁLCOOL – RAÍZES HISTÓRICAS – O PROÁLCOOL

O Programa Nacional do Alcool – PROÁLCOOL (2008), foi criado pelo Decreto n.º 76.593, de 14/11/75. Nasceu em 1.975, fruto de um cenário instável suscitado pela crise do petróleo ocorrida em 1973, quando os preços subiram de US\$ 2,91 para US\$ 12,45, em março de 1975.

De acordo com Szmrecsányi,

Essa situação teria que mudar substancialmente nos anos seguintes, [...] quando começaram a se fazer sentir mais a fundo os efeitos da política de preços dos países da OPEP e do endividamento externo do Brasil. [...] [O autor aponta para o horizonte de crise provocado pelos fatores citados, onde] o álcool voltava a apresentar para o país uma essencialidade que não tivera desde o término da II Guerra Mundial, redespertando o interesse tanto do Governo como da iniciativa privada (SZMRECSÁNYI, 1979, p. 310).

Para Szmrecsányi (1979), este decreto foi promulgado quando as exportações brasileiras de açúcar estavam se tornando gravosas, devido à forte baixa dos preços no mercado internacional. Afirmou que ela foi precedida por intensos debates, dentro e fora do Governo Federal.

O objetivo principal do programa era evitar o aumento da dependência externa de divisas, em decorrência do choque de preços do petróleo. Significou, ainda, a “possibilidade de redirecionamento da matéria-prima dos usineiros e suas instalações industriais para a produção de álcool carburante”. (RAMOS; BELIK, 1987).

Ramos e Belik esclarecem a respeito da necessidade de novos investimentos na montagem de destilarias anexas – haja vista ser o álcool um produto secundário, até então –, pois as que existiam eram insuficientes para dar conta de todo o potencial de esmagamento das moedas. Assim sendo, a COPERSUCAR<sup>4</sup> passa a divulgar as vantagens da produção do álcool não-direto,

---

<sup>4</sup> A COPERSUCAR S.A. nasce como a maior empresa brasileira e uma das maiores exportadoras mundiais de açúcar e bioenergia. A empresa foi criada pelos mesmos produtores de açúcar e álcool que integram a Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo e passam a ser acionistas da Produbar, *holding* que detém o controle da Copersucar S.A. Acessar: [www.copersucar.com.br](http://www.copersucar.com.br).

embora defendesse a montagem de destilarias autônomas. Por meio do citado decreto, o governo procurou estimular a produção do álcool, para atender às necessidades do mercado interno e externo e da política de combustíveis automotivos e desta forma, suscitar o aumento da produção agrícola. A modernização e ampliação de destilarias e criação de novas unidades produtoras, também faziam parte da pauta deste projeto.

Neste contexto, produtores de açúcar voltam a contar com recursos subsidiados, agora diretamente do Estado, ou de organismos internacionais.

Luis Augusto Barbosa Cortez (GARDENAL, 2005), Professor da Universidade Estadual de Campinas e Coordenador de Relações Institucionais e Internacionais da mesma instituição, discorre a respeito das fases do Programa Nacional do Álcool (Quadro 1 – Fases do PROÁLCOOL):

#### **a) 1975 – 1979: fase inicial**

Neste primeiro momento, observa-se o esforço para a produção de álcool anidro, que deveria ser misturado à gasolina. O governo investiu, nesta fase, US\$ 7 bilhões em subsídios. O objetivo era diminuir a dependência externa de energia, melhorar o balanço de pagamentos, expandir a produção de bens de capital, gerar empregos e melhorar a distribuição de renda. A produção passa de 600 milhões de litros/ano (1975 – 1976) para 3,4 bilhões de litros/ano (1979 – 1980).

Em artigo publicado na revista com Ciência, André Furtado enfatiza que:

[...] o programa, ao contrário do que muitos historiadores afirmam, não foi um programa de distribuição de renda. Houve intensificação do trabalho no campo e grande concentração no Sul e Nordeste. Não houve desenvolvimento no interior do país. A idéia inicial do Proálcool era ajudar a pequena propriedade, o que também não aconteceu. A monocultura sempre tomou esse espaço, desde os primórdios da história do Brasil (apud BRAGION, 2008).

Em dezembro de 1975, nas palavras de Szmrecsányi (1979, p. 316):

[...] a Comissão Nacional do Álcool aprovou os três primeiros projetos para a instalação de destilarias autônomas, todas baseadas na cana-de-açúcar. Ao mesmo tempo, instituiu roteiros padronizados para os projetos agrícolas e industriais, que deverão constar obrigatoriamente de todas as propostas de ampliação, implantação e modernização de destilarias de álcool.

Para Furtado (apud BRAGION, 2008), as finalidades do projeto não foram atingidas, e a exploração da mão-de-obra no campo cresceu significativamente, beneficiando os grandes empresários rurais do país. É importante citar que neste seguimento de atividade, a agroindústria e os grandes empresários são detentores não só do produto final, mas também da matéria – prima e dos meios de produção.

### **b) 1980 – 1986: fase de afirmação**

A produção de petróleo passa pelo segundo choque, entre 1979 – 1980, em decorrência da paralisação da produção iraniana. O preço do barril triplica.

Em decorrência deste cenário mundial, o governo adota medidas para implantar definitivamente o Proálcool. São criados, para agilizar o programa, o Conselho Nacional do Álcool (CNA) e a Comissão Executiva Nacional do Álcool (BRASIL, 1979). De acordo com o artigo 2.º do Decreto 83.700/79, o Conselho Nacional do Álcool passa a ter as seguintes funções:

I - compatibilizar as participações programáticas dos órgãos, direta ou indiretamente, vinculados ao PROÁLCOOL, objetivando a expansão da produção e da utilização do álcool;

II - apreciar, acompanhar e homologar a ação dos órgãos e entidades da administração pública, relacionada com a execução do PROÁLCOOL;

III - definir a produção anual dos diversos tipos de álcool, especificando o seu uso;

IV - definir os critérios gerais, que deverão ser observados pela Comissão Executiva Nacional do Álcool, para enquadramento dos projetos de modernização, ampliação e implantação de destilarias.

As atribuições da Comissão Executiva Nacional do Álcool estão previstas no artigo 5.º do citado Decreto:

I - propiciar suporte técnico e administrativo ao Conselho Nacional do Álcool;

II - analisar os projetos de modernização, ampliação ou implantação de destilarias de álcool e decidir sobre seu enquadramento no PROÁLCOOL;

III - manifestar-se sobre proposições, de órgãos e entidades públicas e privadas, relacionadas com a execução do PROÁLCOOL, a serem submetidas à decisão do Conselho Nacional do Álcool;

IV - acompanhar as atividades, desenvolvidas pelos órgãos e entidades públicas, relacionadas com o PROÁLCOOL;

V - promover e coordenar a realização de estudos e pesquisas de interesse do PROÁLCOOL;

VI - executar as decisões do Conselho Nacional do Álcool (BRASIL, 1979).

### **c) 1986 – 1995 (fase de estagnação)**

Muda o cenário internacional do petróleo. O preço do barril estabiliza-se entre US\$ 12 e US\$ 20. O período fica conhecido como “contra-choque” do petróleo. Estes acontecimentos colocaram em xeque os programas de substituição de hidrocarbonetos fósseis.

A escassez de recursos públicos para subsidiar programas de combustíveis alternativos, os baixos preços aos produtores de álcool – que fizeram cair a produção interna – e a crise de abastecimento na entressafra de 1989 – 1990, abalaram a credibilidade do Proálcool.

### **d) 1995 – 2000: fase de redefinição.**

Nesta fase, a crise começa a ser superada. A introdução da mistura denominada “MEG”, que consistia em 60% de etanol hidratado, 34% de metanol e 6% de gasolina é posta em prática. Os mercados de álcool combustível são liberados em todas as fases de produção, distribuição e revenda. Os preços passam a ser determinados pelas condições da oferta e da procura.

O Conselho Interministerial do Açúcar e do Álcool é criado em 21 de Agosto de 1997, objetivando direcionar as políticas para o setor sucroalcooleiro. A “frota verde” é criada, instituindo a obrigatoriedade do uso de álcool hidratado em determinadas classes de veículos leves (carros oficiais e táxis), causando discordâncias entre setores da economia e representantes de movimentos ambientais. A crítica é reforçada pelo argumento de que, assim como o efeito estufa, o uso indiscriminado da monocultura pode trazer sérios danos ao meio ambiente. A expansão das monoculturas, em muitos casos, foi acompanhada pelo aumento do desmatamento, da violência no campo e do desperdício de água. Há ainda aqueles que defendem que, ao comparar a energia gasta na produção e no transporte do biocombustível com a energia obtida no final, obtém-se um resultado negativo.

Deve-se considerar que, com o álcool em baixa e os prejuízos dos usineiros chegando a US\$ 5 bilhões, as fases de produção foram liberadas, passando a dar prioridade ao açúcar, que na época tinha alta cotação no mercado internacional. De cerca de 1,1 milhão de toneladas de açúcar que o país exportava em 1990, passa-se à exportação de até 10 milhões de toneladas por ano. Dessa forma, o Brasil passa a dominar o mercado internacional e barateia o preço do produto.

Nesta fase, surge a Medida Provisória 1662, de 28/05/98, que prevê a elevação do percentual da adição de álcool etílico anidro à gasolina em 22%, em todo o território nacional, até o limite de 24%. Esta medida, por certo estimulou a elevação do consumo deste combustível e, conseqüentemente, a expansão das lavouras canavieiras no país.

#### e) 2.000 até ... (fase atual)

Nova onda de crescimento e expansão dos canaviais. O objetivo, neste momento é oferecer em grande escala, o combustível alternativo.

<b>FASE INICIAL</b> (1975 – 1979)	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Esforço para produção de álcool anidro</li> <li>✓ Investimento governamental de US\$ 7 bilhões até 1.985</li> <li>✓ Objetivos:               <ul style="list-style-type: none"> <li>• Diminuir dependência externa de energia</li> <li>• Melhorar o balanço de pagamentos</li> <li>• Expandir produção de bens de capital</li> </ul> </li> <li>Gerar empregos e melhor distribuição de renda</li> </ul>
<b>FASE DE AFIRMAÇÃO</b> (1980 – 1986)	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Crise iraniana provoca segundo choque do petróleo, entre 1979 – 1980</li> <li>✓ Preço do barril triplica</li> <li>Criação da CNA (Conselho Nacional do Álcool) e da Comissão Executiva Nacional do Álcool</li> </ul>
<b>FASE DE ESTAGNAÇÃO</b> (1986 – 1995)	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Preço do barril estabiliza-se entre US\$ 12 e US\$ 20</li> <li>✓ Há o “contra-choque” do petróleo               <ul style="list-style-type: none"> <li>• O PROÁLCOOL é posto em “xeque”</li> </ul> </li> <li>✓ Escassez de recursos públicos</li> <li>✓ Baixos preços aos produtores de álcool</li> <li>Crise de abastecimento na entressafra de 1989 – 1990</li> </ul>
<b>FASE DE REDEFINIÇÃO</b> (1995 – 2000)	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ A crise começa a ser superada</li> <li>✓ Introdução da mistura “MEG”</li> <li>✓ Liberalização do mercado de álcool combustível</li> <li>✓ Preços definidos pelas condições de “oferta x procura”</li> <li>✓ Criação do Conselho Interministerial do Açúcar e do Álcool e da Frota Verde</li> <li>✓ Criação da Medida Provisória 1662, de 28/05/98</li> </ul>
<b>FASE ATUAL</b> (2000 até ...)	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Nova onda de crescimento e expansão dos canaviais</li> <li>✓ Alta do petróleo</li> <li>✓ Busca por fontes alternativas de energia</li> <li>✓ Maior conscientização com relação ao Protocolo de Kyoto</li> <li>✓ Construção e instalação de novas usinas</li> <li>✓ PAC (Plano de Aceleração e Crescimento) propõe uma série de medidas para o setor energético</li> <li>✓ Brasil apresenta condições de competitividade no cenário internacional</li> <li>Preocupações socioambientais ganham ênfase</li> </ul>

#### Quadro 1 – Fases do PROÁLCOOL

Fonte: Armstrong Machado

De acordo com o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio de Janeiro – Crea-RJ (BARROS, 2007), o Governo Federal determinou que o percentual de álcool anidro adicionado à gasolina subisse de 24% para 26%, o que representa um aumento no consumo anual do produto no país de aproximadamente 300 milhões de litros. Esse é mais um fator de impulsão à produção do álcool. O entusiasmo com as possibilidades do álcool combustível já chegou também à aviação. O Centro Tecnológico da Aeronáutica (CTA) retomou, em 2005, pesquisas para um novo sistema de motor a álcool, desta vez para aviões. A intenção é desenvolver um sistema de motor flexfuel, para operar com gasolina de aviação e álcool. Inicialmente, os estudos em parceria com a empresa Magneti Marelli (especializada em sistema flex para automóveis), são para aviões a pistão de quatro cilindros, com capacidade para até quatro passageiros.

Michellon, Santos e Rodrigues (2008), explicam que a nova alta do petróleo pôs em pauta a discussão da dependência do combustível fóssil. Este fato estimulou o debate e a busca por fontes alternativas renováveis de energia. Houve maior conscientização com relação ao Protocolo de Kyoto (1997), tratado cujo objetivo principal é conseguir que as nações desenvolvidas reduzam em 5% a emissão de gases causadores do efeito estufa em relação ao nível de emissão de 1990, entre 2008 e 2012. Contudo, reativou os projetos de substituição de combustíveis fósseis pelos renováveis, que são menos poluentes.

De acordo com a revista eletrônica Biodieselbr.com, o cenário atual pode ser descrito da seguinte forma:

O plantio avança além das áreas tradicionais, do interior paulista e do Nordeste, e espalha-se pelos cerrados. [...]. A corrida para ampliar unidades e construir novas usinas é movida por decisões da iniciativa privada, convicta de que o álcool terá, a partir de agora, um papel cada vez mais importante como combustível, no Brasil e no mundo. A tecnologia dos motores *flex fuel* veio dar novo fôlego ao consumo interno de álcool. O carro que pode ser movido a gasolina, álcool ou uma mistura dos dois combustíveis foi introduzido no país em março de 2003 e conquistou rapidamente o consumidor. Hoje a opção já é oferecida para quase todos os modelos das indústrias, e os automóveis bicompostíveis ultrapassaram pela primeira vez os movidos a gasolina na corrida do mercado interno (PRÓALCOOL, 2008).

Concomitante ao forte interesse observado junto à iniciativa privada – descrito na citação acima –, são perceptíveis os esforços do governo Lula para estimular ações que possam viabilizar políticas no setor de biocombustíveis. Seus discursos e o PAC – *Plano de Aceleração e Crescimento* – prevêem uma série de medidas para o setor energético, como a instalação de 46 novas usinas de produção de biodiesel e de 77 usinas de etanol (BRASIL, 2008).

É inegável que a preferência dos usuários de modelos bicomcombustíveis seja direcionada ao álcool, dada a atual relação de preços álcool - gasolina. De acordo com o citado artigo, os biocombustíveis representaram 49,5% do total de automóveis vendidos em 2006. Já, os veículos movidos à gasolina foram responsáveis por 43,3% das vendas, segundo a *Anfavea* – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores.

Conforme Magalhães (2008), o Brasil passa por um momento favorável. Explica que “o país tem capacidade de produzir álcool e açúcar com preços altamente competitivos. No caso do álcool como combustível, o que faltou por um período foi a confiança na disponibilidade do produto. Nesses 30 anos, a cadeia produtiva amadureceu.”(apud BRAGION, 2008).

Furtado (apud BRAGION, 2008) afirma que, apesar de termos grande potencial, os fatos não deveriam ser analisados de forma tão simplória. Acredita que os países desenvolvidos não aceitarão ficar na posição de nossos reféns. Acredita que farão exigências, como a abertura de nossos mercados protegidos e reitera a necessidade de uma política que encare com realismo esta nova fase no mercado internacional. Algumas nações parecem estar empenhadas em encontrar, no atual momento da historiografia da humanidade, soluções para os problemas energéticos. Preocupação ambiental, redução nos estoques de petróleo, alta nos preços constituem fatores para reflexão e que estimulam a busca por diferentes alternativas para os problemas enfrentados pelo setor energético.

Observa-se uma tentativa do setor energético em desenvolver projetos que levem em conta a vertente socioambiental e o mercado de trabalho, bem como o esforço do governo brasileiro em reativar a política do Programa Nacional do Álcool, desativado oficialmente no início da década de 1990.

Valéria Delgado Bastos, economista do *BNDES*, expõe que:

Por motivos econômicos, geopolíticos e ambientais, as atenções do mundo se voltam para fontes alternativas de energia, em especial para o etanol. O foco de governos, empresas e pesquisadores não está mais restrito ao etanol combustível, mas incorpora o etanol grau químico, fonte de matérias-primas para a fabricação de produtos químicos, e leva à redescoberta da alcoolquímica. O estabelecimento de metas extremamente ambiciosas para aumento do consumo do etanol nos próximos anos, principalmente nos países desenvolvidos, requer um aumento substancial da produção de etanol e, nesse sentido, **estimula a pesquisa e o desenvolvimento de novas matérias-primas para o etanol, como a biomassa lignocelulósica, e a construção de biorrefinarias integradas, um conceito análogo ao das refinarias de petróleo.** Esses dois temas constam dos planos dos governos da União Européia e dos Estados Unidos, em meio a **preocupações de natureza ambiental e de segurança energética.** No Brasil, a partir da trajetória virtuosa de trinta anos do etanol combustível, as atenções também se voltam para o etanol químico e a alcoolquímica, como caminhos para a ampliação da produção química do país frente às limitações de ampliação da oferta doméstica de nafta petroquímica (BASTOS, 2007, grifo nosso).

Um exemplo de busca por novas tecnologias no setor energético é o Bioetanol, que representa a segunda geração de biocombustíveis, cujo processamento significa promissora tecnologia em fase de desenvolvimento.

Os estudos de Bastos (2007) apontam que o setor sucroalcooleiro gera aproximadamente 16 milhões de toneladas de bagaço de cana excedente e 76 milhões de toneladas de palha. Sua utilização decuplicaria a produção brasileira de etanol. O desperdício de material celulósico, segundo a pesquisadora, corresponde a dois terços da área plantada da cana.

De acordo com a mesma,

[...] o bagaço e a palha são hoje usados na geração de energia, queimados ou deixados no campo e, atualmente, apenas um terço da biomassa contida na planta é aproveitada para produção de etanol ou açúcar [...] Consideram, ademais, que o diferencial brasileiro estaria na integração existente dentro da própria usina – integração da produção, facilitando emissão de efluentes, energia e processos, e logística para distribuição interna e externa, como estocagem, transporte e escoamento [...] (BASTOS, 2007).

Há perspectivas de elevação de consumo do álcool e de uma onda de crescimentos sem precedentes para o setor sucroalcooleiro. Estudos da UNICA –

União da Agroindústria Canavieira de São Paulo – (PRÓALCOOL, 2008) apontam que até 2010, teremos uma demanda adicional de 10 bilhões de litros de álcool e uma expansão de 2,5 milhões de hectares dos canaviais. Neste contexto, 360 milhões de empregos diretos serão criados e aproximadamente, 900 mil empregos indiretos. Quarenta usinas estão em projeto e em fase de implantação, por meio de um investimento de US\$ 3 bilhões.

No entanto, novos tempos, novas realidades... Transformações que, muitas vezes, vão de encontro aos anseios destes milhares de trabalhadores, cuja única certeza é a própria incerteza a respeito do dia de amanhã.

Ao encontro desta incerteza, o estado de São Paulo, no Governo Geraldo Alckmin, publica a Lei Estadual n.º 11.241, de 19/09/2002 e o Decreto Estadual n.º 47.700, de 11/03/2003, cujas redações dispõem sobre a eliminação gradativa da queima da palha da cana na respectiva unidade da federação.

Aos olhos dos ambientalistas, boa medida, bastante apropriada na tentativa de minorar os problemas socioambientais. Aos olhos dos trabalhadores assalariados rurais, sinal de temor e desesperança já que, por meio de suas palavras, atenta ainda mais contra a única possibilidade de “ganhar o pão de cada dia”.

### **1.3 O ESTADO DE SÃO PAULO À LUZ DAS LEGISLAÇÕES**

A Lei Estadual n.º 11.241, de 19 de Setembro de 2002, é uma lei estadual válida para o estado de São Paulo, criada durante a gestão do Governador Geraldo Alckmin, publicada na Seção I, página 2 do Diário Oficial do Estado, de 20 de Setembro de 2002 (SÃO PAULO, 2002).

Inicia seu texto da seguinte forma: “Dispõe sobre a eliminação gradativa da queima da palha da cana-de-açúcar e dá providências correlatas” Esta mesma lei é regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 47.700, de 11 de Março de 2003, publicado na seção I, páginas 3, 4 e 5 do Diário Oficial do Estado, de 12 de Março de 2003 (SÃO PAULO, 2003).

A lei estadual e o decreto que a regulamenta, surgiram num cenário de plena expansão da atividade sucroalcooleira, momento em que a produção de álcool é estimulada por medidas governamentais. O governo federal tem

demonstrado estimular o setor por meio do PAC – *Plano de Aceleração e Crescimento*.

De acordo com informações divulgadas a respeito do PAC, são estimados investimentos da ordem de R\$ 17,4 bilhões em biodiesel, etanol e alcoolduto para os próximos anos. Vários pronunciamentos do governo federal, defendendo a produção de etanol brasileiro em âmbito internacional, foram realizados e divulgados nos “*media*”. Os canaviais parecem estar em ritmo de plena expansão e as perspectivas para o biocombustível são bastante razoáveis. Complementando este cenário, movimentos ambientalistas, ONGs e grupos ligados ao terceiro setor engendram discursos políticos inflamados, antenados nas questões socioambientais.

Neste cenário carregado por discussões ideológicas, emergentes nos quatro cantos do planeta, o estado de São Paulo faz surgir, mediante instrumentos legais, a lei estadual e o respectivo decreto impondo novas orientações para o uso controlado e o abandono desta prática, para os períodos que seguem, de acordo com a tabela 1:

**Tabela 1** – Eliminação da Queima da Palha da Cana, por Período

ANO	ÁREA MECANIZÁVEL ONDE NÃO SE PODE EFETUAR A QUEIMA	% DE ELIMINAÇÃO DA QUEIMA
2002	1.º ano	20% da área cortada 20% da queima eliminada
5.º ano (2006)	30% da área cortada	30% da queima eliminada
10.º ano (2011)	50% da área cortada	50% da queima eliminada
15.º ano (2016)	80% da área cortada	80% da queima eliminada
20.º ano (2021)	100% da área cortada	Eliminação total da queima
	<b>Área não mecanizável, com declividade superior a 12% e/ou menor de 150 ha, onde não se pode efetuar a queima</b>	
10.º ano (2011)	10% da área cortada	10% da queima eliminada
15.º ano (2016)	20% da área cortada	20% da queima eliminada
20.º ano (2021)	30% da área cortada	30% da queima eliminada
25.º ano (2026)	50% da área cortada	50% da queima eliminada
30.º ano (2031)	100% da área cortada	100% da queima eliminada

**Fonte:** Decreto Estadual n.º 47.700, de 11/03/2003.

Esta lei, seguida do mencionado Decreto, foi pivô de polêmicas discussões no estado de São Paulo, que concentra e é responsável por uma das maiores produções de açúcar e álcool do mundo (vide Anexos 1 a 4 – *Ranking* de Produção das Unidades do Centro-Sul). Tais discussões foram fomentadas e articuladas por grupos bastante distintos. De um lado, representantes ligados ao terceiro setor e organizações não-governamentais, alertando e apontando problemas socioambientais causados pela queima da palha da cana-de-açúcar: problemas de saúde – há quem alegue problemas respiratórios, carcinogênicos, entre outros; problemas atmosféricos, aumento do índice de CO<sub>2</sub>, diminuição da camada de Ozônio.

Na contramão deste discurso, há outra parcela da sociedade, criada pela contradição do próprio sistema capitalista de produção e igualmente necessário para alimentar as raízes do próprio sistema: os trabalhadores assalariados rurais, os bóias-frias, agora vítimas da evolução do próprio sistema. Questionam, imbuídos de dúvidas e incertezas, a respeito de sua situação futura. Reconhecem as necessidades de manutenção do ecossistema, da preservação ambiental. Compartilham da urgência de ações que possam pôr em prática a reversibilidade de graves problemas socioambientais, mas se assustam com as perspectivas futuras, frente à mecanização favorecida pela própria modernização dos meios de produção, articuladas pelo avanço do modo capitalista de produção na agricultura.

O Artigo 20 do referido Decreto Estadual faz menção a esta situação bastante duvidosa, haja vista a impossibilidade de exequibilidade do que se prevê em seu texto, de acordo com alguns especialistas do próprio setor. Leia-se, em sua redação:

Artigo 20 - Os órgãos e entidades do Estado deverão estabelecer parcerias entre si e com os Municípios onde se localizam agroindústrias canavieiras e sindicatos rurais para o desenvolvimento de programas destinados a:

I - requalificar profissionalmente os trabalhadores envolvidos na produção sucroalcooleira;

II - apresentar alternativas aos impactos sócio-político-econômico-culturais decorrentes da eliminação da queima da palha da cana-de-açúcar;

III - acompanhar o desenvolvimento e a introdução de novos equipamentos que não impliquem dispensa de elevado número de trabalhadores envolvidos na colheita da cana-de-açúcar;

IV - estimular o aproveitamento energético da queima da palha da cana-de-açúcar para possibilitar a venda do excedente ao sistema de distribuição de energia elétrica (SÃO PAULO, 2003).

De acordo com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barra Bonita/SP, a questão é mais delicada do que parece. Sua análise aponta para um cenário pouco otimista, haja vista que a requalificação dos trabalhadores rurais dispensados em prol da mecanização da lavoura pela indústria da própria Usina, é algo irrealizável. É incisivo ao afirmar que, embora o texto do Decreto mencione o termo “*requalificação profissional*” e não “*assimilação*”, será impossível para o setor industrial das usinas assimilar todos os trabalhadores rurais que perderem seus postos na lavoura, em virtude da mecanização. De acordo com suas palavras, alguns terão esta sorte. Aos demais, o desemprego é certo.

Continua o Artigo 21, onde se lê:

Artigo 21 - A Secretaria de Agricultura e Abastecimento, por intermédio dos seus órgãos, com a colaboração dos Conselhos Municipais e das Câmaras Setoriais da Cana-de-Açúcar, e a participação das demais Secretarias envolvidas, acompanhará a modernização das atividades e a avaliação dos impactos da queima sobre a competitividade e ocorrências na cadeia produtiva (SÃO PAULO, 2003.)

Bastante nobre, considerando-se a vertente socioambiental em questão, mas é de natureza iníqua, a partir da ótica econômico-social e os impactos prementes para uma classe bastante desprivilegiada, que são os trabalhadores rurais.

Dados mostram que, nos dias atuais, uma colheitadeira executa, diariamente, o serviço de oitenta trabalhadores assalariados rurais. Neste sentido, quando o Decreto, em seu inciso I, prevê a requalificação profissional dos trabalhadores envolvidos na produção sucroalcooleira, não privilegiou diretamente ou necessariamente, o pessoal da lavoura. Devemos ter a clareza de que o pessoal da produção, nas usinas ou destilarias, é bastante distinto dos funcionários que trabalham no campo. Falha conceitual ou uma simples questão de exegese?

No inciso terceiro do citado Decreto, consta: “acompanhar o desenvolvimento e a introdução de novos equipamentos que não impliquem dispensa de elevado número de trabalhadores envolvidos na colheita da cana-de-açúcar”. As perspectivas apontadas pela modernidade e pela capacidade de tecnificação das atividades agroindustriais nos fazem olhar com certo receio para o

texto legal. De fato, especialmente para as unidades sucroalcooleiras do estado de São Paulo, onde já constam nas respectivas usinas produtoras elevado índice de tecnificação do campo, novamente o texto parece ser contraditório ou nefasto para um futuro não tão distante, reservado aos trabalhadores rurais.

A leitura dos respectivos textos legais (a Lei estadual e o Decreto que a legitima), demonstra que há favorecimento aos patrões, aos grandes empresários, faustos produtores do setor sucroalcooleiro, deixando e tornando reféns de um futuro incerto, a classe menos favorecida na figura do trabalhador rural, que até então conta (ou contava) unicamente com seus braços como instrumentos para sobreviver.

## 2 BARRA BONITA – CONSIDERAÇÕES SOBRE SEU QUADRO AGRÁRIO

O estudo sobre a lavoura canavieira é um tema que, embora já bastante explorado, exige profundas reflexões e amadurecimento, haja vista a natureza sociopolítica e econômica que envolve não só o Brasil, mas a realidade global. Intrigante porque expõe as micro-realidades, onde estão os personagens centrais e nucleares desta análise: os trabalhadores rurais, frutos da lógica do próprio sistema capitalista de produção, personagens para os quais, no final do processo, nas palavras de Oliveira (1984, p. 153), não sobra “[...] nem o bagaço”.

Barra Bonita, neste contexto, se destaca por sua situação *sui generis* no cenário agroindustrial brasileiro. Oferece a possibilidade de analisar, estudar e tentar entender a natureza que engendra e, ao mesmo tempo, emoldura este círculo de relações, composto pelo trabalhador rural, pelo grande produtor agroindustrial e pelo próprio capital, “ente abstrato” que fomenta e desencadeia todas as ações que ocorrem neste cenário.

Com o intuito de caracterizar o município, cuja lavoura canavieira antecede ao PROÁLCOOL e a “era dos biocombustíveis”, três fontes foram utilizadas: a) “Diagnóstico dos Problemas Críticos de Drenagem Urbana na Estância Turística de Barra Bonita”, coordenado por Cordeiro (1999); b) o manual elaborado por um grupo de moradores do próprio município, intitulado “De Salles Leme e Pompeu (1883) a Wady Mucare (1983) – Barra Bonita – 100 anos de história” (os autores – Luiz Saffi, Irio Collor Bombonati, Renato Adamo Bola e Célia Stangherlin – reproduziram o respectivo manual em gráfica local, no mês de Outubro de 1999) e... c) a “Enciclopédia dos Municípios Brasileiros”, planejada e elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Tendo como referencial os citados trabalhos, foi possível constatar que as primeiras pessoas a chegarem no atual município de Barra Bonita foram os monçoneiros. Estes aportavam seus barcos após suas jornadas. Remavam sempre em pé, enfrentando as dificuldades oferecidas pelos acidentes de relevo e pela vegetação local. Após certa altura, o rio se estreitava e suas águas corriam com velocidade, fato este que oferecia risco às embarcações. A tripulação manobrava os remos, desviando os barcos do fio agudo das pedras que afloravam na corredeira do “Matão” – local onde foi construída a represa da Usina Hidrelétrica de Barra Bonita.

Vencida a corredeira, os monçoneiros ancoravam as canoas à foz de um córrego - chamado de Barra Bonita -, para aliviar a fadiga da luta contra a violência das águas.

No ano de 1865, já haviam moradores espalhados ao redor da área onde seria fundado o Município de Barra Bonita – “terraço do lendário Tietê”. Na fase histórica da fundação do município de Barra Bonita, em sua paisagem social, observou-se a abolição da escravidão, tal como se praticava desde os tempos mais remotos de sua formação. A extinção do cativo não acarretou nenhum impacto na área da economia do município que se assentava (CORDEIRO, 1999, p. 3). Conforme Cordeiro, o Coronel José de Salles Leme deixou Campinas/SP, para “plantar vidas” por essas terras.

Desta forma,

O povoado de Barra Bonita foi fundado em 1883, pelo Cel. José de Sales Leme, que em sociedade com o Major João Baptista Pompeu, ali se estabeleceu com casa comercial, no ponto em que é hoje a rua 1.º de Março com a Rua Salvador de Toledo. Esses dois bandeirantes, auxiliados pelos Srs. Salvador de Toledo Piza, Ezequiel Otero e outros, muito fizeram pelo desenvolvimento do povoado. O Presidente Campos Sales, que por muitos anos foi proprietário da fazenda denominada Santa Maria, neste município, também muito trabalhou pelo progresso do povoado (IBGE, 1957, p.116).

O nome do município tem origem no nome do Córrego Barra Bonita, que o atravessa e desemboca no Rio Tietê. Barra Bonita significa “pequeno porto de embarcações” (formando uma barra), muito usada pelos bandeirantes que navegavam pelo Rio Tietê.

O município foi elevado a distrito pela Lei Estadual n.º 459, de 26 de Novembro de 1896. Nessa década, em 1.º de Julho de 1889, foram inauguradas as Estações Campos Salles, Falcão Filho e Iguatemi, da Companhia Paulista de Estrada de Ferro.

Barra Bonita (mapa 1, p. 52) está localizada no centro-oeste do estado de São Paulo, à 22º32' Latitude Sul e 48º34' Longitude Oeste. Situa-se à margem direita do Rio Tietê, distante cerca de 280 Km da capital São Paulo, por via rodoviária. Faz divisa com os municípios de Jaú (ao norte), Igaráçu do Tietê (ao sul), Mineiros do Tietê (a leste) e Macatuba (a oeste). De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o município ocupa área aproximada de 150

km<sup>2</sup> e possui altitude média de 460 metros. Em 2007, de acordo com os dados do instituto, contava com 35.090 habitantes e densidade demográfica de 233 habitantes/Km<sup>2</sup>. Para efeito de planejamento estadual, pertence à Macrorregião Geográfica de Bauru e Microrregião Geográfica de Jaú.

Sua localização geográfica, as terras roxas e os indícios da existência de minerais preciosos atraíram imigrantes espanhóis e italianos, que deram início ao plantio de café, à criação de gado e outros tipos de exploração dos recursos existentes.

A partir do início do século XX, os primeiros marcos significativos foram: a ascensão à Vila, que se deu pela Lei Estadual 1038, de 19 de Dezembro de 1906; a ascensão a Município, em 1912 e a implantação do Município ocorrida em 8 de Março de 1913.

Elevado a município, Barra Bonita já apresentava sinais de desenvolvimento econômico. Entretanto, seu progresso foi prejudicado pela estagnação econômica, em virtude dos reflexos da crise de 1929 e pela falta de acessos e meios de transporte adequados para o escoamento da produção de café e cereais, haja vista que até a travessia do Rio Tietê era feita por balsas.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística,

[...] o município, embora já apresentando alguns aspectos econômicos, em vista do desenvolvimento que se manifestava na agricultura, fundado, respectivamente, na produção de café e cereais, permaneceu até 1930 com o progresso estacionário, quer em razão do período deflacionário que na época combatia o desenvolvimento econômico do país, criando crises, desempregos e mesmo até paralisação de indústrias, quer em face da falta de acesso e meios de transporte indispensáveis que lhe facilitassem a exportação e importação ou a entrega mais rápida da sua produção que, na época, já era suficiente para exportar. Produzia-se já elevada quantidade de café e cereais, mas fatores havia que impediam a continuidade do progresso do Município (IBGE, 1957, p. 117).

A travessia começou a ocorrer por meio de ponte graças à iniciativa de Campos Salles que, durante viagem à Europa, contratou uma firma alemã para construí-la. A ponte "Campos Salles" foi entregue em 1915, e é marco fundamental na historiografia do município.

Outro marco ocorreu na década de 1930, com a inauguração do trecho Campos Salles<sup>5</sup> a Barra Bonita, pela Companhia Paulista de Estrada de Ferro. Na década seguinte – 1940, ocorreram sucessivos melhoramentos públicos, como a abertura de novos loteamentos, a instalação de indústrias ceramistas e, principalmente, o incentivo ao cultivo da cana-de-açúcar, possibilitando a absorção de mão-de-obra remanescente do café e o desenvolvimento da agroindústria na região.

De acordo com o IBGE, em 1956, a cana-de-açúcar já se destacava como o principal produto do município. Os cinco principais produtos eram:

**Tabela 2** – Produção Agrícola de Barra Bonita: 1956.

<b>PRODUTOS</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>VALOR (Cr\$1.000)</b>
Açúcar.....	saco 60 Kg	720.000	320.400
Cana.....	Tonelada	280.000	92.400
Telhas.....	Milheiro	21.500	34.400
Álcool.....	Litro	4.900.000	20.212
Café beneficiado.....	Arroba	18.200	10.920

**Fonte:** Enciclopédia dos Municípios Brasileiros – IBGE, 1957.

Com o incremento que ocorreu no turismo por meio da inauguração da eclusa, o município foi transformado em Estância Turística, conforme a Lei Estadual n.º 2.109, de 14 de Setembro de 1979.

<sup>5</sup> Bairro rural de Barra Bonita

## 2.1 BARRA BONITA E O TURISMO NO CONTEXTO REGIONAL

O turismo em Barra Bonita é prática comum há algumas décadas. Possui como atrativo principal, o Rio Tietê. O Tietê possui 1.100 Km, nasce em Salesópolis/SP e desemboca no Rio Paraná. É importante citar que Barra Bonita, dentre todos os municípios que margeiam o rio – de um total de sessenta e oito – é um dos poucos municípios que nasceu e cresceu voltado para o mesmo. Neste sentido, destacam-se Barra Bonita, Porto Feliz, Tietê, Pirapora do bom Jesus e Salto.

Na década de 1940, o rio Tietê já era navegado pelos barcos a vapor. A partir da década de 1960, houve forte impulso turístico na gestão do Sr. Clodoaldo Antonângelo, prefeito municipal. Era considerado visionário, pois “abriu” a Avenida Pedro Ometto, dando início ao processo de urbanização às margens do Tietê. Até então, em suas margens, haviam barrancos altos e olarias antigas. Iniciava-se o processo de urbanização da orla turística municipal.

Nesta mesma década, o Sr. Raphael Palmesan fabricou o primeiro barco, batizado como “Cidade Simpatia”, que comportava doze passageiros. Na época, fazia o passeio turístico de Barra Bonita até a Praia Maria do Carmo de Abreu Sodré, no município vizinho de Igarapu do Tietê. Nascia o turismo fluvial em Barra Bonita. Não havia a eclusa, considerada o grande chamariz turístico na atualidade. Foi inaugurada no dia 29/11/1973, a primeira da América do Sul e a mais próxima da capital paulista. Por meio da eclusagem, os turistas que vem à Barra Bonita executam operação idêntica à do Canal do Panamá, grande obra de engenharia hidráulica.

Os passeios começaram a aumentar. Devido ao sucesso do empreendimento, o Sr. Raphael Palmesan construiu o segundo barco, denominado “Crepúsculo Romântico”. Em 1973, com a inauguração da eclusa, se fez necessário um barco de maior porte. Entraram em cena o “Navio Tibiriçá” e o “Arca de Noé”. Estes barcos foram os precursores dos passeios com almoço, que eram realizados até as proximidades de Piracicaba/SP.

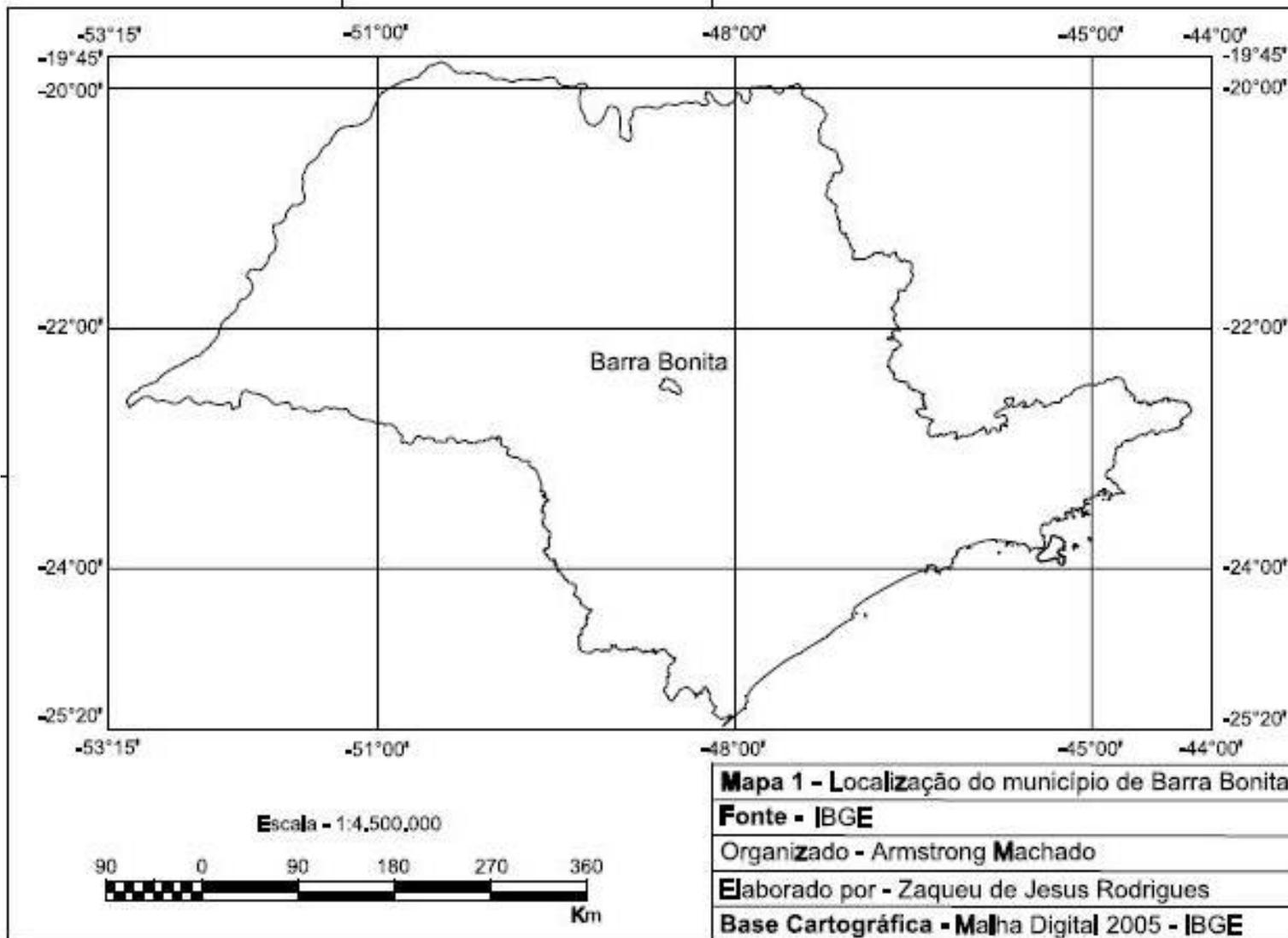
Na atualidade, a Navegação Fluvial Médio Tietê (empresa do Sr. Hélio Palmesan) mantém em operação três navios: San Raphael (capacidade para 500 passageiros), San Diego (400 passageiros) e San Marino (700 passageiros). As

empresas que operam o turismo em Barra Bonita são: Navegação Fluvial Médio Tietê, Primar (navio Cidade da Cuesta) e Novo Oriente, com o Navio Xumbury.

Barra Bonita recebe aproximadamente três mil turistas por semana, durante o ano. Faz parte de um eixo regional que possui evidentes tendências ao turismo. Dentre os municípios com este potencial turístico, possui destaque Brotas (cachoeiras, ecoturismo e esportes radicais), Jaú (capital do calçado feminino), Águas de São Pedro (águas minerais) e São Manuel (tradição na procissão de Corpus Christie).

Palmesan caracterizou Barra Bonita como um “Rio de Janeiro” em miniatura, fazendo menção aos 40 km de orla turística que possui. Citou turistas oriundos de toda a região do estado de SP e externos ao estado. Lembrou que o município é a sétima estância turística de São Paulo, dentre mais de sessenta. Para o mesmo, o Memorial do Tietê (único no estado), as belas paisagens e o povo receptivo são pontos fortes que devem ser destacados. Como “pontos baixos”, citou a falta de investimentos em esportes náuticos, parte do esgoto que ainda cai “*in natura*” nas águas do Tietê, a falta de união dos empresários com relação à política do turismo regional e a fuligem oriunda da queima da palha da cana nos canaviais da COSAN. De acordo com o mesmo, a Usina da Barra alavancou o município. Ofereceu emprego a milhares de pessoas ao longo da historiografia da região. Mas há de se considerar os problemas socioambientais provocados pela agroindústria, na região: nos canaviais, com a queima da palha da cana, muitos animais da fauna local perdem a vida. Lembrou que falta um “corredor verde”, que possibilitaria aos animais a passagem de um local para outro durante a queima, de forma a não sofrerem risco de morte.

Há estreita relação entre os trabalhadores safristas do grupo COSAN e o turismo regional de Barra Bonita. A pesquisa realizada demonstrou que existe certo fascínio dos trabalhadores rurais pelo rio. De acordo com os trabalhadores safristas oriundos de outras regiões, o passeio de barco constitui oportunidade única. Quando retornam para os municípios de origem na região Nordeste, comentam a respeito da experiência que tiveram na orla turística municipal. “Quem não faz o passeio, vende a idéia ao retornar para sua região”, afirmou o capitão Hélio Palmesan.



## 2.2 UM OLHAR PARA O AGRÁRIO

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística permitem verificar que se trata de um município, cuja produção agrícola não é diversificada. De acordo com as informações fornecidas pelo IBGE (2008), Barra Bonita não possui produção agrícola em lavouras permanentes. Das lavouras temporárias, em 2006, constata-se produção em três culturas distintas, a saber: arroz, cana-de-açúcar e milho. A tabela 3 sintetiza as respectivas produções:

**Tabela 3** – Produção Agrícola Municipal de Barra Bonita/SP, em 2006.

<b>Culturas</b>	<b>Área plantada (ha)</b>	<b>Quantidade Produzida (ton)</b>	<b>Rendimento Médio (Kg/ha)</b>	<b>Valor da produção (mil reais)</b>
Arroz	14	25	1.758	13
Cana-de-açúcar	8.500	722.500	85.000	25.288
Milho	130	585	4.500	140

Fonte: IBGE – ano base: 2006

Por meio das informações supra mencionadas, torna-se fácil verificar o domínio da cultura da cana-de-açúcar no citado município. Enquanto a cultura do arroz produziu 25 toneladas, com rendimento médio de 1.758 kg/ha e a cultura do milho produziu 585 toneladas, com rendimento médio de 4.500 kg/ha, a cultura da cana-de-açúcar produziu 722.500 toneladas, com rendimento médio de 85.000 kg/ha. Com relação ao total de área plantada, a cultura da cana ocupa 98,33%, representando 99,91% do total da quantidade produzida na soma das culturas.

Há de se considerar que se trata de quantidade bastante significativa para o município caracterizando, indubitavelmente, sua economia agrícola.

Neste contexto, existe uma forma bastante peculiar de utilizar a terra, consoante as necessidades impostas pela própria política agrária que faz traçar os rumos da produção descrita, tão expressiva aos olhos dos personagens a ela submetidos. De acordo com dados censitários do IBGE representados nas tabela 4, a utilização das terras ocorre da seguinte forma:

**Tabela 4** – Utilização das terras - Município: Barra Bonita/SP

Período	Total		Utilização das Terras			
			Lavouras			
	Estabelecimentos	Área (ha)	Permanentes		Temporárias	
			Informantes	Área (ha)	Informantes	Área (ha)
1970	274	13728	133	441	255	10504
1980	189	13376	90	127	179	11095
1985	202	17654	30	36	195	14527
1995 <sup>6</sup>	---	---		10293		12683

Fonte: IBGE (Censos de 1970, 1980 e 1985, 1995/1996)

O quadro agrário de Barra Bonita apresenta um cenário em que há prevalência de uma cultura dominante – cana-de-açúcar – por meio do domínio territorial da agroindústria canavieira. Pode-se perceber, por meio da análise, que de 1970 até 1995, a área média de cada estabelecimento aumentou: em 1970, cada estabelecimento tinha em média, 50 ha; em 1980, este índice subiu para 70,77 ha; já em 1985, o tamanho médio dos estabelecimentos atingiu 87,39 ha; em 1995, este indicador saltou para 87,39 ha. Assim, conclui-se que:

- a) houve aumento da concentração de terras no decorrer dos anos, na região em estudo, o que deixa evidente a ação do grande capital no sentido de estabelecer e ampliar sua territorialidade, já tão explícita na microrregião;
- b) houve expansão das lavouras temporárias, em detrimento das lavouras permanentes na região em estudo; isto evidencia ainda mais o destaque da e o peso que a microrregião possui, com relação à expansão da lavoura canavieira;
- c) em 1995, considerando que 10.293 ha foram ocupados por lavouras temporárias, a porcentagem utilizada com relação a área total, para o cultivo da cana-de-açúcar foi de 81%.

<sup>6</sup> Consoante informações fornecidas por funcionário do IBGE/Jaú, Barra Bonita não possui lavouras permanentes, devendo-se considerar os dados da coluna como lavouras temporárias, em sua totalidade.

**Tabela 5** – Grupos de Área Total - Município de Barra Bonita/SP

Grupos de Área Total (ha)	1970				1980				1985				1995/1996			
	Estab.	%	Área (ha)	%	Estab.	%	Área (ha)	%	Estab.	%	Área (ha)	%	Estab.	%	Área (ha)	%
1 a menos de 2	9	3,42	13	0,09	4	2,16	5	0,04	14	7,33	19	0,11	6	4,88	9	0,06
2 a menos de 5	23	8,75	97	0,71	20	10,81	84	0,63	15	7,85	53	0,30	9	7,32	40	0,32
5 a menos de 10	75	28,52	543	3,96	43	23,24	306	2,29	42	21,99	303	1,72	30	24,39	227	1,79
10 a menos de 20	90	34,22	1247	9,09	54	29,19	791	5,92	50	26,18	717	4,07	31	25,20	439	3,46
20 a menos de 50	29	11,03	843	6,14	36	19,46	1113	8,33	38	19,90	1168	6,62	17	13,82	535	4,22
50 a menos de 100	13	4,94	979	7,14	12	6,49	811	6,07	14	7,33	1054	5,98	12	9,76	806	6,83
100 a menos de 200	7	2,66	863	6,29	7	3,78	843	6,31	8	4,19	1001	5,68	9	7,32	1273	10,04
200 a menos de 500	11	4,18	3873	28,23	2	1,08	484	3,62	3	1,57	1040	5,90	5	4,07	1223	9,64
500 a menos de 1000	5	1,90	4101	29,89	4	2,16	3002	22,46	4	2,09	3053	17,32	0	0,00	0	0,00
1000 a menos de 2000	1	0,38	1162	8,47	2	1,08	3123	23,36	0	0,00	0	0,00	3	2,44	3727	29,39
2000 a menos de 5000	0	0,00	0	0,00	1	0,54	2806	20,99	3	1,57	9223	52,31	1	0,81	4344	34,25
5000 a menos de 10000	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
10000 a menos de 100000	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
100000 e mais	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total	263	100	13721	100	185	100	13368	100	191	100	17631	100	123	100	12682,00	100

Fonte: IBGE (Censos de 1970, 1980, 1985, 1995/1996)

Elaboração: Armstrong Machado

A tabela 5 corrobora os dados da tabela anterior, haja vista que a lavoura da cana-de-açúcar necessita de grandes áreas para ocorrer. A microrregião de Barra Bonita possui este perfil agrário. Número reduzido de grandes propriedades ocupando enormes áreas. No censo de 1995/1996, um estabelecimento aparece ocupando 34,25% da área total. É a mais evidente expressão da territorialização do capital. As informações da tabela 6 vêm ao encontro da tabela 5, quando demonstra que o número estabelecimentos por proprietários também decresceu, o que evidencia a concentração de terras nas mãos de poucos. Em 1970, cada estabelecimento tinha, em média, 50 ha. No censo de 1995/1996, a área média de cada estabelecimento passou a ser de 99,3 ha.

**Tabela 6** – Condição do produtor - Município de Barra Bonita

Período	Proprietários		Arrendatários		Parceiro		Ocupante	
	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)
1970	249	12696	3	739	22	293	-	-
1980	168	12457	11	763	10	155	-	-
1985	149	14812	22	2392	27	291	4	157
1995/1996	109	10830	7	206	6	1641	1	5

Fonte: IBGE (Censos Agropecuários 1970, 1980, 1985, 1995/1996).

Elaboração: Armstrong Machado

Os arrendamentos das terras são feitos à COSAN – Unidade Barra. Já, há alguns anos, tem havido sobra de cana, o que torna os arrendatários submissos ao baixo preço da cana, ofertado pela agroindústria.

A dinâmica social do município é outro fato que merece ser destacado: no período de safra (de abril a novembro), o comércio e a própria indústria sucro-alcooleira possuem traços completamente diferentes do período da entressafra. O calendário agrícola é determinante para se compreender o “andar da carruagem” e as peculiaridades adjacentes desta dinâmica. De abril a novembro, ocorre outra temporalidade: o espaço social muda, os traços e as relações sociais entre trabalhadores e patronato ganham novos impulsos, os interesses mesclam-se, num misto de domínio e submissão ao sistema preponderante.

No início do calendário agrícola, a região passa a estabelecer contatos incisivos com outros domínios regionais do país, pois precisa suprir suas necessidades mais prementes. Correntes migratórias começam a se estabelecer entre o norte de Minas Gerais e vários estados da região nordeste. São as necessidades do modo de produção capitalista local, estendendo seus tentáculos na busca pelos ingredientes necessários para atingir aos objetivos propostos, envolvendo todos os personagens necessários nesse *frenesi*, cujo produto final é a recriação constante na personificação do lucro.

### **2.3 GRUPO COSAN – UNIDADE BARRA - CONTEXTUALIZANDO**

Barra Bonita tem seu nome projetado em âmbito nacional, principalmente por sua Usina de Açúcar e Álcool, uma das maiores produtoras de açúcar e etanol do mundo<sup>7</sup>. A Usina da Barra S/A – Açúcar e Álcool, encontra-se sob controle acionário do grupo COSAN, cuja sede se localiza no município de Piracicaba/SP. O destaque do município em cenário nacional, ocorre não só pela grande produção de açúcar e etanol, mas pelo contingente de mão-de-obra que contrata. São migrantes de outras regiões do país que vem a procura de trabalho e

---

<sup>7</sup> Verificar tabelas Ranking de produtividade - UNICA.

são contratados pela empresa para desempenhar suas funções nos canaviais da microrregião em estudo.

Devido à expansão dos canaviais na região, a COSAN – Unidade Barra vem apresentando sobra de cana-de-açúcar. Por este motivo, fornece cana para outras usinas da região, haja vista que não consegue cortar toda a produção. De acordo com informações prestadas por funcionários do grupo, os canaviais paulistas passaram por um período de grande expansão após a política do PROÁLCOOL. Agora, há sobra de cana e os equipamentos já obsoletos<sup>8</sup>, não dão conta de moer toda a produção.

Na atualidade, e já há algum tempo, Barra Bonita possui sua economia atrelada diretamente à atividade agroindustrial. O município se destaca mundialmente por meio do Grupo COSAN – Unidade Barra, na produção de açúcar e etanol. A COSAN é responsável pela geração de 39 mil empregos diretos na região (quadro 4). A Usina da Barra foi fundada em 1945 e está instalada no município de Barra Bonita, a 280 quilômetros de São Paulo. A unidade “Barra” é uma das maiores usinas de açúcar e etanol do mundo, em capacidade de moagem de cana. Na atualidade, o Grupo COSAN caracteriza uma empresa de sociedade aberta, possuidor de 18 unidades produtoras (quadro 2), com ações de mercado na Bolsa de Valores.

---

<sup>8</sup> Em tom de esclarecimento: a situação de obsolescência dos equipamentos, foi informada pelo fiscal geral dos trabalhadores assalariados rurais.

<b>Unidades Produtoras</b>	<b>Fundação</b>	<b>Município/SP</b>	<b>Mesorregião Geográfica</b>	<b>Microrregião Geográfica</b>
Costa Pinto	1936	Piracicaba	Piracicaba	Piracicaba
Santa Helena	1951	Rio das Pedras	Piracicaba	Piracicaba
São Francisco	1948	Elias Fausto	Campinas	Campinas
Ipaussu	1982	Ipaussu	Assis	Ourinhos
Diamante	1945	Jaú	Bauru	Jaú
Serra	1953	Ibaté	Araraquara	São Carlos
Rafard	1883	Rafard	Piracicaba	Piracicaba
Univalem	1976	Valparaíso	Araçatuba	Araçatuba
Gasa	1996	Andradina	Araçatuba	Andradina
Junqueira	1910	Igaravapa	Ribeirão Preto	Ituverava
<b>Barra</b>	<b>1945</b>	<b>Barra Bonita</b>	<b>Bauru</b>	<b>Jaú</b>
Dois Córregos	1947	Dois Córregos	Bauru	Jaú
Destivale	1980	Araçatuba	Araçatuba	Araçatuba
Mundial	1979	Mirandópolis	Araçatuba	Andradina
Bonfim	1948	Guariba	Ribeirão Preto	Jaboticabal
Tamoio	1907	Araraquara	Araraquara	Araraquara
Bom Retiro	1913	Capivari	Piracicaba	Piracicaba
Benálcool	1980	Bento de Abreu	Araçatuba	Araçatuba

**Quadro 2** – Unidades produtoras do Grupo COSAN

Fonte: [www.cosan.com.br](http://www.cosan.com.br)

As dezoito usinas se localizam no estado de São Paulo. É interessante observar que já há registros de atividades no setor sucroalcooleiro desde 1883, como é o caso do município de Rafard, Araraquara – 1907. As Usinas Diamante, de 1945 e Dois Córregos, de 1947, são contemporâneas. Estas unidades do Grupo COSAN contribuem no papel de territorializar a região, perfazendo o “mar de canas” que compõem a paisagem da microrregião em estudo.

**Tabela 7** – Volume das quatro últimas safras - COSAN – Unidade Barra.

<b>SAFRA</b>	<b>MOAGEM – Ton.</b>	<b>AÇÚCAR-SC 50 KG</b>	<b>ÁLCOOL – M<sup>3</sup></b>
<b>2005/2006</b>	6.770.042	9.981.809	261.681
<b>2006/2007</b>	7.018.366	9.765.000	260.364
<b>2007/2008</b>	6.815.821	9.639.600	262.296
<b>2008/2009</b>	7.270.388	9.844.460	303.499

Fonte: COSAN - Unidade Barra.

Sua produção é, de acordo com as informações da UNICA – vide Anexos 2 a 5 – uma das mais expressivas do mundo. No ano de 2008, superou a produção de sua maior concorrente, a Usina São Martinho, no município de Martinópolis/SP.<sup>9</sup>

A manchete a seguir ilustra as proporções que o grupo adquiriu:

**Grupo brasileiro lidera na produção de álcool e açúcar**

Maior produtor de açúcar e álcool do país, os números do grupo Cosan causam impacto. **O mercado estima que 5% de todo o açúcar e 4% de todo o álcool combustível consumidos no mundo saiam de unidades da empresa. O faturamento anual gira em torno de R\$ 3,6 bilhões.** [Suas 18 usinas] se estendem por 500 mil hectares, quatro vezes a área do município de São Paulo. A Cosan conta com 35 mil empregados. [...]. Uma das principais polêmicas foi a drástica mudança na organização do grupo, em 2007, realizada justamente para manter o controle com a família dos fundadores. [...] Rubens Ometto Silveira Mello, o principal acionista, abriu uma nova holding, a Cosan Limited, com sede nas Bermudas e ações listadas na Bolsa de Nova York. [...] Nos EUA, as ações de Ometto valem por dez das comuns. [...] Depois da Oferta Pública de Ações, a Cosan Limited passou a deter 62,8% das ações ON da S.A. Antes, eram 56,11%. O grupo entrou no mercado brasileiro de capitais em 2004. Desde então captou cerca de US\$ 3 bilhões. (GRUPO..., 2008).

A tabela 7 e a manchete supracitada tornam evidente o gigantismo da Unidade Barra no setor sucroalcooleiro, fato este corroborado pelos anexos 2, 3,

<sup>9</sup> Observar Anexo 4 - “Ranking” da Produção das Unidades do Centro Sul, safra 2007/2008

4 e 5 da *União da Indústria de Cana-de-Açúcar* – UNICA. Os dados apontam a liderança do grupo nas quatro últimas safras, salvo a safra de 2005/2006, cujo *ranking* foi ocupado pela Usina São Martinho – Martinópolis/SP, considerada a segunda maior produtora de açúcar e etanol do Brasil. O quadro 3 sintetiza esta situação no *ranking*:

<b>SAFRAS</b>	<b>USINA DA BARRA</b>	<b>USINA SÃO MARTINHO</b>
2004 – 2005	6.898.571	6.779.276
2005 – 2006	6.770.042	7.133.312
2006 – 2007	7.018.366	6.735.073
2007 – 2008	6.815.821	6.762.247

**Quadro 3** – Produção de cana-de-açúcar (ton) - Unidade Barra e Usina São Martinho

**Fonte:** Armstrong Machado

É importante esclarecer que a Usina São Martinho possui um índice de mecanização de 95%, devido às condições favoráveis de topografia de suas terras. Já, a Unidade Barra apresenta-se com um índice de mecanização de 30%. Se a Unidade Barra possuísse o mesmo índice de mecanização, dificilmente a São Martinho conseguiria manter esta posição no *ranking* da produção.

Com foco no varejo, é a responsável pela fabricação do açúcar “Da Barra”, dentre outros produtos: açúcar cristal, açúcar demerara, açúcar refinado, açúcar refinado granulado “tipo exportação”, açúcar orgânico bio-doce, mistura para bolo, refresco em pó, gelatina em pó, pudim, amido de milho, além de produtos para indústrias alimentícias.

Trata-se de uma empresa, cujos indicadores são bastante expressivos. Além dos elevados indicadores com relação à moagem de cana, seu faturamento líquido, área cultivada e empregos diretos que oferece são respeitáveis.

O quadro 4 traduz algumas informações referentes à safra 2006/2007:

Faturamento líquido.....	R\$ 3,6 bilhões
Empregos Diretos.....	39 mil
Área cultivada.....	580 mil hectares
Moagem de Cana.....	36,1 milhões toneladas
Produção de Açúcar.....	64 milhões sacas
Produção de Etanol.....	1.322 m <sup>3</sup>

**Quadro 4 – COSAN – Unidade Barra: safra 2006/2007.**

**Fonte:** www.cosan.com.br

Sua intensa atividade agroindustrial (na safra 2006/2007, o volume exportado chegou a 86,7%), faz com que o número de trabalhadores assalariados rurais que contrata durante a safra, como também na entressafra, seja imenso: compõem seu quadro de trabalhadores rurais, cortadores permanentes e cortadores temporários, que podem ser contratados por empreiteiros ou safristas<sup>10</sup>.

<b>CATEGORIA</b>	<b>N.º DE FUNCIONÁRIOS</b>	<b>PRODUTIVIDADE</b>
Cortadores permanentes fixos	2.300 pessoas	8,73 toneladas/dia
Cortadores temporários: Contrato por empreiteiros	2.340 pessoas	7,80 toneladas/dia
Cortadores safristas Contrato pela COSAN	1.355 pessoas	12,74 toneladas/dia

**Quadro 5 – COSAN – Unidade Barra: número de trabalhadores rurais por categoria**

**Fonte –** www.cosan.com.br

Como mostra o quadro 5, este quadro totaliza 5.995 pessoas na COSAN - Unidade Barra.

<sup>10</sup> Categoria de trabalhadores que vem para trabalhar nas lavouras de cana somente nos períodos de safra – são migrantes, que deixam a cidade de origem de abril e novembro (período de safra) para exercerem suas atividades nas lavouras da região. Já, os trabalhadores temporários são recrutados por empreiteiros – são trabalhadores da própria região que, após o término da safra, exercem outras atividades profissionais.

A pesquisa demonstrou que os trabalhadores safristas produzem muito mais que as demais categorias observadas (cortadores permanentes ou cortadores temporários, contratados por empreiteiros – os temporários ocupam o terceiro lugar em produtividade). Esta situação pode ser facilmente entendida, haja vista que são pressionados a produzirem muito. Caso a produção seja expressiva, terão seus postos garantidos para a próxima safra e serão bem vistos pelo fiscal. Se a produção for baixa, podem ser dispensados. Necessitam mostrar excelente produtividade ao patrão que o contrata, para garantir seu “lugar” na safra consecutiva.

Devido ao grande número de trabalhadores assalariados rurais que congrega, a região adquire importância *sui generis* na discussão de temáticas a respeito das condições de vida destes mesmos trabalhadores. Trata-se de uma gama imensa de pessoas: são “atores sociais” que desenvolvem seus papéis de forma clara e específica, orientados por uma lógica que encontra âncora no sistema capitalista de produção, amparada pelos pressupostos do neoliberalismo. Estes “atores sociais”, na maioria das vezes, vêem-se obrigados a desterritorializar-se, única forma que encontram para continuar existindo. Trata-se de:

[...] uma desterritorialização culturalista: percebida a partir de uma leitura do território como fonte de identificação cultural, referência simbólica que perde sentido e se transforma em um “não-lugar”. Estes “não-territórios”, culturalmente falando, perdem o sentido/o valor de espaços aglutinadores de identidades, na medida em que as pessoas não mais se identificam simbólica e afetivamente com os lugares em que vivem, ou se identificam com vários deles ao mesmo tempo e podem mudar de referência espacial-identitária com relativa facilidade (HAESBAERT, 2002, p. 131).

Neste sentido, por meio da ação da agroindústria açucareira, Barra Bonita torna-se exemplo clássico do modelo de economia que traduz um quadro agrário bastante expressivo: grande concentração de terras, atividade predominantemente monocultora, uso da mão-de-obra assalariada, produção destinada à exportação, com alto índice de mecanização.

A este respeito, Ariovaldo Umbelino de Oliveira afirma que: “Estamos, pois, agora, diante de um processo distinto na agricultura: estamos diante

da **sujeição da renda da terra ao capital**. Esse é o mecanismo básico do processo de **expansão do capital no campo [...] (OLIVEIRA, 1995, p. 13 – grifo nosso).**

Por meio do uso destas terras, o capital se expande. A concentração de terras passa a envolver, num movimento frenético, toda a região, desconhecendo fronteiras, limites físicos ou políticos que sejam. Trabalhadores assalariados rurais, num passe de mágica, começam a compor o tecido social, preparados que estão para o início da safra. Eis o evento que marca a trajetória de mais de 6.000 pessoas, que iniciarão a “dança da multiplicação do capital”.

A Tabela 8 tenta demonstrar a exata dimensão das ações do capital, por meio do Grupo COSAN, na realidade agrária de Barra Bonita.

**Tabela 8** – Área plantada - produção própria e fornecedores.

<b>TERRITORIALIZAÇÃO</b>	<b>PROPRIEDADES</b>	<b>%</b>	<b>HECTARES</b>	<b>%</b>	<b>ÁREA MÉDIA/ha</b>
<b>PRÓPRIAS</b>	44	4,08	14.620	14,13	332,3
<b>ARRENDADAS</b>	336	31,11	55.101	53,22	164,0
<b>FORNECEDORES</b>	700	64,81	33.800	32,65	48,3
<b>TOTAL</b>	1080	100	103.521	100	95,85

**Fonte:** COSAN – Unidade Barra, 2008.

É interessante observar que a produção própria do Grupo COSAN – Unidade Barra é bastante expressiva, mas o número de propriedades dos fornecedores é maior. Os fornecedores passaram a manter relações explícitas de dependência junto ao capital hegemônico: a dinâmica regional não apresenta outras possibilidades. O mar de canas institucionalizou as regras e os “pequenos” não observam outras possibilidades, que não seja a submissão ao grupo dominante. Trata-se da apropriação e monopolização do território por aqueles que detêm o poder. Fica evidente a concentração de terras nas mãos do grande capital. A área média cultivada, em ha, de cada propriedade própria é de aproximadamente 332,3 ha. Em seguida, destacam-se as propriedades arrendadas: cada propriedade possui, em média, 164 ha cultivados. São proprietários que se sujeitam ao capital hegemônico, pois recebem a renda da terra paga pela usina. Isto denota a sujeição

da renda da terra, pois os preços pagos são definidos pelo capital industrial. Os fornecedores, que estão em maior número, possuem área média cultivada, por propriedade, menos expressiva: apenas 48,3 ha. Também se encontram submissos à usina na região. É válido esclarecer que as despesas oriundas do corte, transporte, carregamento e preparo do solo são de responsabilidade do Grupo COSAN. Os proprietários de terras arrendadas recebem em média R\$ 40,00 (quarenta reais) por alqueire por tonelada cultivada em terra roxa, e R\$ 30,00 (trinta reais) quando a cultura é feita em solo arenítico.

Os fornecedores estão ilhados, não possuem outras possibilidades e se encontram submissos à política regional estabelecida pelo grande grupo, principalmente em relação aos preços pagos pela matéria-prima. Observa-se, neste momento, a monopolização do território pelo capital.

A forma pela qual o capital se territorializa e monopoliza o território fica evidente ao verificar as tabelas 9 e 10 e os mapas 2 e 3. Observe-se na tabela 9 o grau de territorialização da Unidade Barra, pois além do município sede, contam com mais 24 propriedades em sete municípios.

**Tabela 9** – Áreas próprias – Grupo COSAN – Unidade Barra

<b>MUNICÍPIO</b>	<b>E.D.R.</b>	<b>PROPRIEDADES</b>	<b>ÁREA EM HA</b>	<b>%</b>
Barra Bonita	Jaú	20	3.500	23,94
Dois Córregos	Jaú	03	870	5,95
Igaraçu do Tietê	Jaú	03	2.500	17,10
Jaú	Jaú	02	990	6,77
Macatuba	Jaú	01	80	0,55
Mineiros do Tietê	Jaú	04	440	3,01
São Manuel	Botucatu	10	5.600	38,30
Torrinha	Jaú	01	640	4,38
<b>Total</b>	<b>02</b>	<b>44</b>	<b>14.620</b>	<b>100,00</b>

Fonte: COSAN – Unidade Barra, 2008.

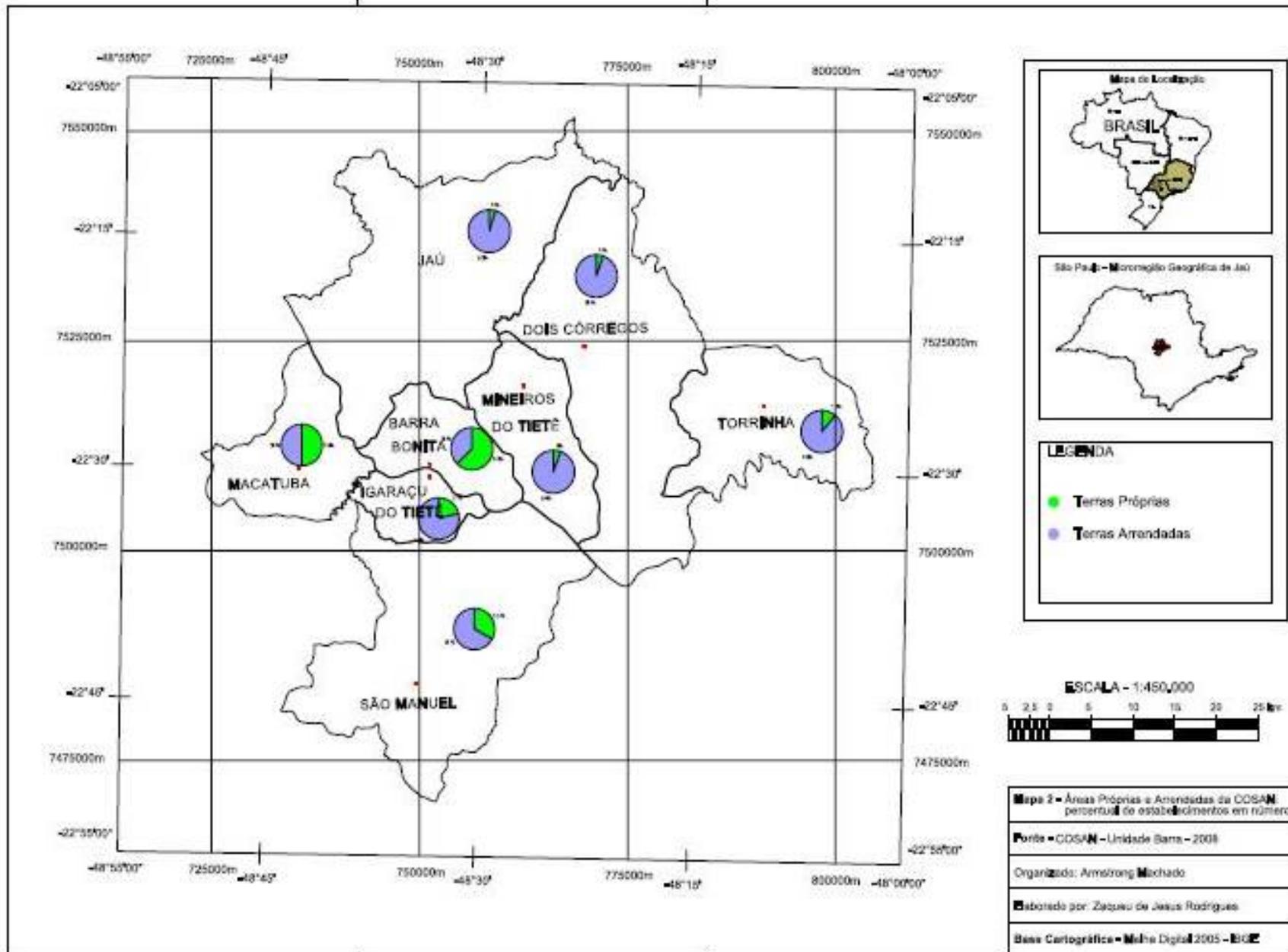
A análise dos mapas 2 e 3 deixam claro que o número de estabelecimentos arrendados bem como o percentual de terras arrendadas em hectares são bem maiores que o número de terras próprias (exceto em Barra Bonita, Igaraçu do Tietê e São Manoel). Novamente, fica corroborado o conceito de territorialização do capital.

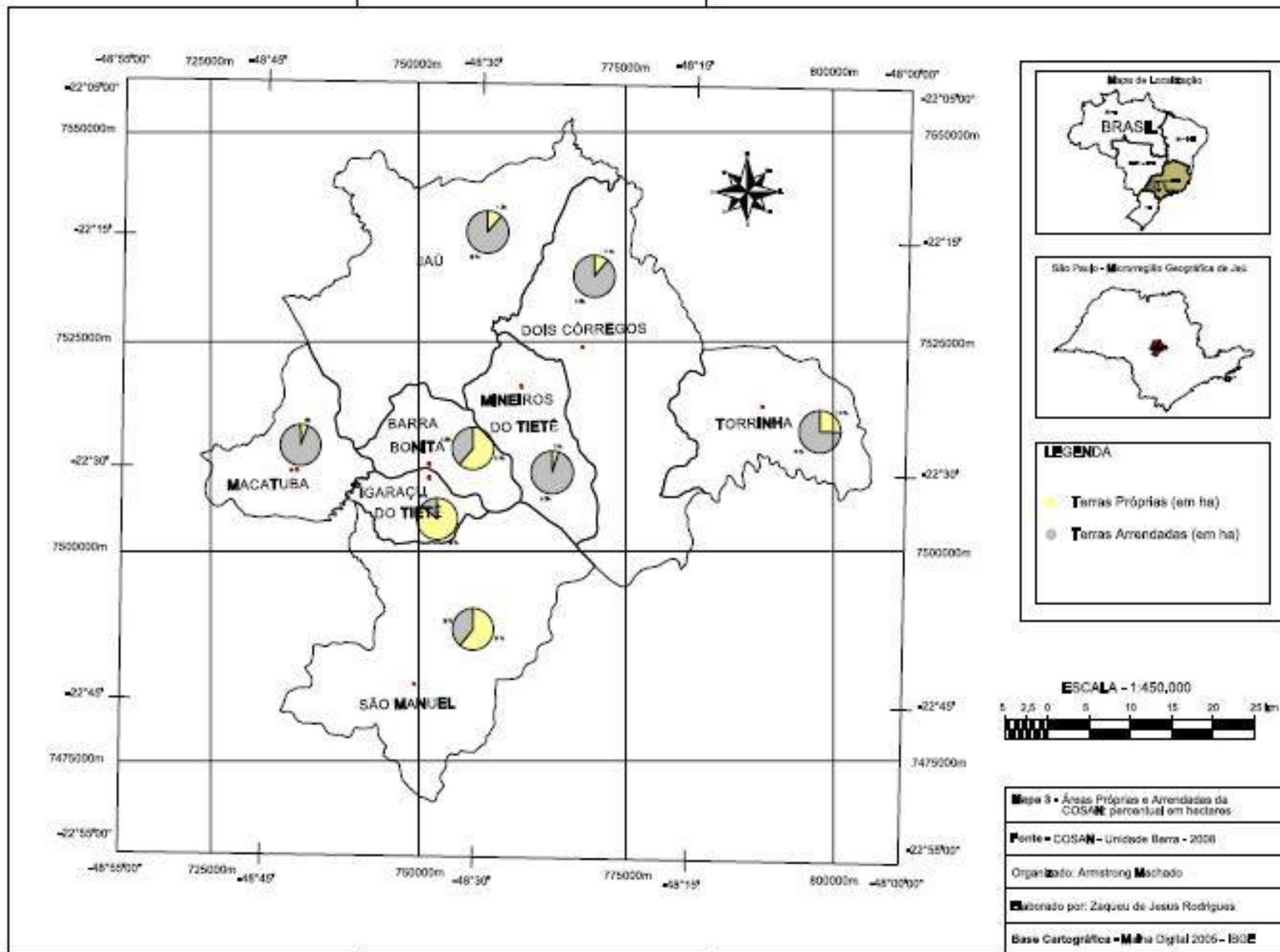
**Tabela 10** – Áreas arrendadas – Grupo COSAN – Unidade Barra

<b>MUNICÍPIO</b>	<b>E.D.R.</b>	<b>PROPRIEDADES</b>	<b>ÁREA EM HA</b>	<b>%</b>
Anhembi	Botucatu	09	4.075	7,40
Areiópolis	Botucatu	04	1.764	3,20
Bariri	Jaú	18	2.726	4,95
Barra Bonita	Jaú	12	2.220	4,03
Bocaina	Jaú	04	1.071	1,94
Botucatu	Botucatu	43	5.108	9,27
Dois Córregos	Jaú	52	6.700	12,16
Igaraçu do Tietê	Jaú	11	413	0,75
Itapuí	Jaú	10	2.953	5,36
Jaú	Jaú	37	7.455	13,53
Lençóis Paulista	Jaú	01	20	0,04
Macatuba	Jaú	01	1.163	2,11
Mineiros do Tietê	Jaú	65	8.090	14,68
Pardinho	Botucatu	01	174	0,32
Pratânia	Botucatu	09	510	0,93
Santa Maria da Serra	Piracicaba	30	5.058	9,18
São Manuel	Botucatu	20	3.618	6,57
São Pedro	Piracicaba	01	133	0,24
Torrinha	Jaú	08	1.850	3,36
<b>Total</b>	<b>03</b>	<b>336</b>	<b>55.101</b>	<b>100,00</b>

Fonte: COSAN – Unidade Barra, 2008.

A tabela 10 mostra o grau de dominância que a Unidade Barra possui no município de São Manuel: entre terras próprias e arrendadas, são 9.218 ha destinados à lavoura canavieira. Igaraçu do Tietê surge em segundo lugar, pois 2500 ha no município são de terras próprias do grupo supracitado. Ainda é possível verificar que é maior tanto a quantidade de terras arrendadas (em ha) como também o número de municípios que possuem terras arrendadas. Para os proprietários dessas terras é uma forma de obtenção da renda da terra, mediante o recebimento do aluguel da mesma. Fica caracterizada a sujeição da renda da terra. Observa-se que três municípios se destacam: Mineiros do Tietê, Jaú e Dois Córregos, com áreas arrendadas acima de 6.000 ha. Observa-se também, que os municípios participantes ultrapassam aos limites das EDRs. São praticamente a metade dos municípios que não pertencem a EDR Jaú, onde a unidade Barra está localizada.





Neste sentido, configurou-se um quadro agrário bastante significativo. Observa-se que, somente no município de Barra Bonita, contam vinte propriedades próprias e doze arrendadas, totalizando 5.720 ha.

Fato interessante a se comentar, diz respeito às propriedades pertencentes à pessoa jurídica. Por meio de conversa informal com funcionário da Casa da Agricultura do município, constatou-se que “pessoa jurídica”, proprietária de terras no município, há somente a COSAN.

O município vizinho, Igarçu do Tietê, também possui “100%”<sup>11</sup> de suas terras agricultáveis entregues à cultura da cana-de-açúcar, fator este que também demonstra a prevalência desta cultura na região.

Estes dados sugerem que Barra Bonita possui seu quadro agrícola marcado pela forma mais expressiva da territorialização do capital onde, nas palavras de Oliveira,

[...] a presença de grandes complexos industriais [passa] a integrar a produção agropecuária. Esse processo contínuo de industrialização do campo traz na sua esteira transformações nas relações de produção na agricultura, e, conseqüentemente, redefine toda a estrutura socioeconômica e política no campo (OLIVEIRA, 1995, p.5).

As transformações citadas por Oliveira são evidentes, à medida que dinamizam a produção, capitalizam a terra, criam relações de dependência ainda mais intensas entre o trabalhador e o grande proprietário. Este grande proprietário faz uso, não somente dos benefícios engendrados pelo *Período Técnico-Científico-Informacional* (SANTOS, 1994), mas do conjunto de relações, em *âmbito legal* (legislações, decretos, normas) e até mesmo *cultural* – trabalhadores conformados com a situação simplória a que estão expostos, reféns do próprio sistema, crenes de que tal situação jamais irá se modificar e que, portanto, devido à sua situação de analfabetos funcionais, jamais irão conquistar melhores postos de trabalho – criadas para legitimar suas ações.

A este respeito, Maria Conceição D’Incao (1983), esclarece a existência deste quadro, ideologicamente imposto e que atende com maestria aos anseios do sistema capitalista de produção.

<sup>11</sup> Esta informação foi transmitida pelo funcionário do Escritório do IBGE do município de Jaú/SP. Explicou que há prevalência da cultura da cana-de-açúcar em toda a região. As demais culturas não possuem expressão econômica para o município.

Observa-se em suas reflexões que,

Os trabalhadores rurais têm consciência de sua condição residual. Pretendem sempre ocupações que não exigem maior qualificação. Alegam, freqüentemente, para justificar isso, o fato de não saberem ler. “Gostaria de ser servente de Grupo (escolar). Não posso desejar mais, porque as pessoas sem estudo não têm ‘chances’”. Os mais velhos, cansados com as numerosas tentativas frustradas de encontrarem uma ocupação mais estável, no campo ou na cidade, conformam-se em ser trabalhadores rurais e alegam também a falta de estudo [...] (D’INCAO, 1983, p. 106).

São estas relações socioeconômicas, políticas e culturais que constituem o interesse nuclear deste trabalho.

Eis o quadro agrário de Barra Bonita. Trata-se apenas de um breve “*en passant*”, por meio do qual tentou-se configurar – à luz de alguns teóricos – complexa realidade, imbuída nas malhas do grande capital.

Urge reflexão mais aprofundada a respeito dos personagens sociais supracitados (os trabalhadores rurais) envolvidos diretamente nesta temática, reflexão que seja capaz de resgatar as raízes históricas, descobrindo as causas e apontando soluções. Tentar entender o papel do trabalhador rural neste cenário – para alguns, cenário de riqueza, abundância, sucesso e esplendor; para outros, cenário de angústia, desespero, desalento, desesperança e sofreguidão – é o desafio deste trabalho.

### 3 O PALCO DA VIDA DE UM “BÓIA – FRIA”

*Para termos um futuro melhor, só por meio da Educação, da escola. É o povo quem muda o país. Quem estuda, não vai cortar cana. É através da educação, que o povo chega lá... Não é o Lula, não é o prefeito, não são os deputados. É o povo... É uma bandeira que tem que ser levantada.  
(Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barra Bonita/SP).*

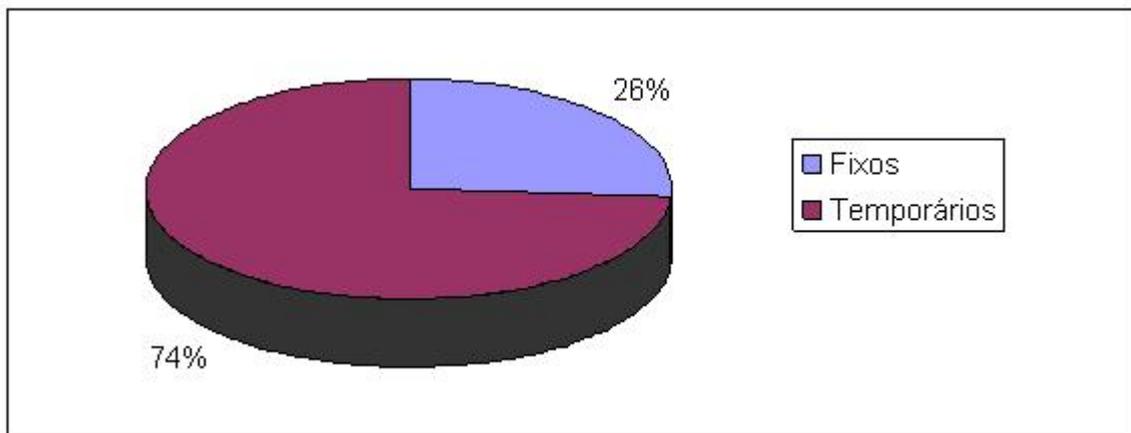
#### 3.1 O ESTADO DA ARTE DA PESQUISA... BREVE *EN PASSANT*

Essa reconstrução foi feita com base em pesquisa de campo, realizada na Microrregião Geográfica de Jaú, circuito permanente dos safristas, trabalhadores temporários que executam migrações pendulares e sazonais – haja vista que “a moderna agricultura paulista também se vale do trabalho sazonal de migrantes nordestinos” (NOVAES, 2007c, p. 90) – entre seus locais de origem e o “mar de canas”, na tentativa de suprirem suas necessidades mais primárias. A pesquisa foi realizada de forma a abordar duas categorias de trabalhadores assalariados rurais que exercem suas funções na lavoura da cana-de-açúcar: *trabalhadores fixos e trabalhadores temporários*, estes contratados por empreiteiros ou safristas contratados direto pela COSAN (gráfico 1). Cincoenta e oito trabalhadores rurais<sup>12</sup> foram questionados a respeito de vários aspectos: trajetória de vida, dados da família, histórico de vida na atividade canavieira, relações de trabalho, quadro socioeconômico e opiniões e perspectivas para o futuro, com relação à atividade que exercem<sup>13</sup>. As entrevistas foram realizadas nos municípios de Igarapu do Tietê, Mineiros do Tietê e Barra Bonita, municípios que congregam a Microrregião Geográfica citada. Em Igarapu do Tietê, os entrevistados ocupam casas

<sup>12</sup>Entendemos como “trabalhadores fixos” os trabalhadores rurais residentes no município e já “efetivos” na empresa. A pesquisa trata como “temporários”, os trabalhadores migrantes, que exercem suas atividades na lavoura canavieira apenas no período de safra, os migrantes.

<sup>13</sup>Observar questionário utilizado para levantamento de dados, no apêndice 1.

alugadas – vários trabalhadores rurais na mesma residência - no bairro Vila Nossa Senhora Aparecida. Em Barra Bonita, a mesma situação foi observada no bairro Jardim Nova Barra. Em Mineiros do Tietê, os trabalhadores assalariados rurais ocupam alojamentos coletivos no bairro Jardim Nova Mineiros. É importante esclarecer que os trabalhadores assalariados rurais de Mineiros do Tietê são safristas.



**Gráfico 1** – Trabalhadores rurais entrevistados

**Fonte:** Dados da pesquisa (2008)

Durante os questionamentos, houveram situações bastante interessantes: pessoas que se negaram a prestar informações, desconfiadas ou inseguras com respeito à natureza da pesquisa. Temores com relação a possíveis retaliações futuras, em virtude das entrevistas, ficaram evidentes.

Outro fator singular ocorreu no momento da entrevista com funcionários do grupo COSAN. O cuidado com o qual manifestaram suas opiniões e a forma como discorreram a respeito dos problemas citados, foi fato explícito. Evitavam fazer comentários comprometedores, quando interrogados a respeito das relações trabalhistas, ou mesmo com relação ao relacionamento estabelecido entre o grupo COSAN e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barra Bonita e região. Esforçavam-se para enaltecer os pontos positivos da empresa e mantinham-se atentos e vigilantes durante as observações e registros realizados em trabalho de campo.

Com relação aos trabalhadores, despertou a atenção o fato de que não se manifestaram, quando questionados a respeito de problemas sociais enfrentados. Alegaram que não enfrentaram problemas na região, de natureza alguma. Nem de ordem trabalhista ou de exploração no trabalho.

Houve auxílio - para levantar dados e informações a respeito dos trabalhadores rurais - do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barra Bonita e de funcionários do Grupo COSAN: advogado trabalhista, funcionários da diretoria do próprio grupo e de ex-funcionários que exerciam funções administrativas no escritório central da Usina. Também auxiliaram nesta empreitada, agrônomos da Casa da Agricultura de Barra Bonita, agrônomo da Associação dos Fornecedores de Cana de Barra Bonita, funcionários do IBGE – agência de Jaú - e fiscais de turmas dos trabalhadores assalariados rurais, em exercício.

É importante salientar que todas as entrevistas foram realizadas em dois locais distintos: no local de trabalho (lavoura) e fora do local de trabalho: no sindicato, na residência ou no alojamento. A aproximação junto aos mesmos na lavoura foi tarefa complexa de se conseguir, em virtude de proibições da diretoria do Grupo COSAN, que não admite “visitas” de pessoas estranhas ao serviço.

No transcorrer da pesquisa, foi possível perceber que a figura do “gato” na região ocorre de maneira sutil. Hoje, não é mais intermediário entre o grupo e os trabalhadores rurais. Foi incorporado pela agroindústria. O gato é o funcionário da própria empresa, que se desloca para outras regiões do país, para arregimentar os trabalhadores para a agroindústria.

O município de Barra Bonita, assim como os circunvizinhos, vive a mercê da economia gerada pela Usina. Foi constatado junto à Casa da Agricultura que praticamente “100%” do total da cultura produzida é de cana-de-açúcar. O mesmo ocorre em Igarçu do Tietê, município vizinho<sup>14</sup>.

---

<sup>14</sup> Observar **Tabela 3** – Produção Agrícola Municipal de Barra Bonita/SP, em 2006.

### 3.2 RELAÇÕES SOCIAIS CAPITALISTAS DE PRODUÇÃO: TRABALHADORES RURAIS X COSAN

A territorialização imposta pela cana-de-açúcar no estado de São Paulo fica evidente, quando se analisa a quantidade de hectares de terras comprometidas com a referida cultura. No governo de Mário Covas, o estado passou a ser dividido em 40 EDRs (*Escritórios de Desenvolvimento Rural*), de acordo com o Decreto n.º 43.919, de 31 de Março de 1999. Antes da implantação dos Escritórios de Desenvolvimento Rural, Antonio Thomaz Júnior, em sua obra “*Por trás dos canaviais, os ‘nós’ da cana*”, mostra uma antiga setorização na forma de DIRAs (Divisão Regional Agrícola). O autor fez importantes apontamentos: na DIRA de Ribeirão Preto, haviam 1.125.000 hectares de terras comprometidos com a cultura da cana-de-açúcar. Isto demonstra a hegemonia dessa porção de território, ou seja, significa 41,3% de toda a área ocupada com cana no estado. A DIRA de Campinas ocupa o segundo lugar no *ranking*, sucedida pela DIRA de Bauru, a terceira colocada, com 360.000 hectares plantados, ou seja, 13,1% do total (THOMAZ JUNIOR, 2002).

A liderança da cultura da cana-de-açúcar passa a ser fato incontestável, continua Thomaz Junior (2002, p. 65): ocupa 15% da área agricultável do estado de São Paulo, mostrando a intensidade de seu domínio por meio da monocultura de *plantation* na região. Isto significa, em quantidade de terras, 18.500.000 hectares, consoante dados do Instituto de Economia Agrícola.

Nas palavras de Oliveira e Thomaz Júnior,

O Oeste Paulista possui atualmente 62 unidades em operação e 40 projetos de implantação de novas usinas até 2010. **A região, que atualmente possui 13% das terras com plantação de cana, cerca 1,5 milhão de hectares, futuramente poderá ter 40% de suas terras ocupadas com plantação de cana, totalizando quatro milhões de hectares.** Já consolidado nas áreas tradicionais de cultivo no estado, o agronegócio canavieiro expande-se para as áreas produtoras de laranja e de pastagens, que estão sendo substituídas pela cana (OLIVEIRA; THOMAZ JÚNIOR, 2007, p. 4, grifo nosso).

O avanço desta cultura no estado de São Paulo foi motivo de manchete publicada no jornal “O Estado de S. Paulo”, no dia 07 de Setembro de 2008. A manchete afirma que:

[...] De acordo com o secretário do Meio Ambiente, Xico Graziano, **os canaviais, que no início da década respondiam por menos de 50% do espaço ocupado por lavouras no território paulista, hoje já se espalham por quase 70% da área plantada** – excluindo as pastagens. Considerando o total de 1,2 milhão de hectares previstos nos 31 empreendimentos aprovados ou em fase de aprovação no governo, **a área com cana deve passar dos atuais 4,9 milhões de hectares para 6 milhões de hectares em 2010**. O estado tem 19 milhões de hectares de terras agricultáveis, dos quais 9 milhões são ocupados por pastagens. Também responde por mais de 60% de toda a cana produzida no país e algumas regiões já se encontram “saturadas” por canaviais (REHDER, 2008, p. B8, grifo nosso).

Pereira e Avelino Júnior trabalham a questão canavieira no estado de São Paulo. Considerando a expansão da agroindústria canavieira no estado, afirmam que:

Líder na produção canavieira, o estado firma-se também como área de atração, sendo apontado como principal polarizador de mão-de-obra para o trabalho temporário. Atualmente, as 199 usinas têm contratado milhares de trabalhadores de outras regiões. Em 2003, estimava-se em 200 mil o total dos migrantes que trabalhavam nos canaviais do estado. Um estudo da UNICA aponta que o nível tecnológico praticado na agricultura determina a necessidade relativa de mão-de-obra nos dois períodos: safra e entressafra. Como boa parte da colheita ainda é manual, temos grande oferta de empregos durante a colheita, geralmente entre abril e novembro, quando é necessário grande número de trabalhadores para realizar o corte da cana (PEREIRA; AVELINO JÚNIOR, 2007, p. 7).

Oliveira e Thomaz Júnior também tecem algumas considerações, refletindo a respeito das novas fronteiras do agronegócio canavieiro no Brasil. Sobre o tema, apontam para uma:

[...] expansão da área plantada, no Brasil, em torno de 45%, o que corresponderia à cerca de nove milhões de hectares. A perspectiva é que nos próximos seis anos a produção de cana-de-açúcar no país sofra um aumento de 55%, o correspondente a cerca de 730 milhões de toneladas. Cogita-se ainda, que mais de oitenta projetos de novas usinas serão implantados até 2013 (OLIVEIRA; THOMAZ JÚNIOR, 2007, p. 4).

A COSAN, uma das maiores produtoras de açúcar e etanol do mundo, se localiza nos antigos domínios da DIRA de Bauru e faz parte deste contexto, coroando sua hegemonia na região de Barra Bonita, com índices de produtividade que alcançam valores em torno de 170 a 180 toneladas/ha, dependendo do talhão, da variedade da cana, do espaçamento entre as linhas da cana, do uso adequado de fertilizantes, entre outros. A média de sua produção gira em torno de 120 a 130 toneladas/ha (THOMAZ JUNIOR, 2002).

Atualmente, o Grupo COSAN – Unidade Barra possui áreas próprias e áreas arrendadas (terras agricultáveis, destinadas à lavoura da cana-de-açúcar) em três EDRs: Jaú, Botucatu e Piracicaba<sup>15</sup>, totalizando 69.721 ha. Isto significa afirmar que, dos 100% das terras destinadas para a lavoura no estado (aproximadamente 10 milhões de hectares), 0,69% são ocupados pela COSAN – Unidade Barra, para o cultivo da cana-de-açúcar.

Explicam as altas produtividades conquistadas por este grupo, um conjunto maciço de investimentos em biotecnologia, treinamento de pessoal por meio do Departamento de Recursos Humanos, a existência da CIPA (Comissão Interna de Previsão de Acidentes) e políticas incisivas e bastante agressivas de busca por mais matérias-primas, tecnologia e terras agricultáveis.

Ariovaldo Umbelino de Oliveira, a este respeito, argumenta que o:

[...] processo de modernização do latifúndio, [ocorreria] via introdução no processo produtivo de máquinas e insumos modernos, o que permitiria a esses latifúndios evoluir para empresas rurais capitalistas. Assim, os latifundiários tornar-se-iam capitalistas do campo. De certo modo, [...] os interesses dos camponeses ricos (pequenos capitalistas) e dos latifundiários (grandes capitalistas) estariam unificados, homogeneizados, e os camponeses pobres seriam transformados em trabalhadores assalariados a serviço do capital (industrial ou agrário). Dessa maneira, o modo capitalista de produção implantar-se-ia de forma plena na agricultura, tal qual se implantou na indústria (OLIVEIRA, 1995, p. 7-8).

O autor aponta para o fato de que “o que estamos assistindo de fato é, pois, o processo de industrialização da agricultura que [...] sujeita a renda da terra aos interesses do capital” (OLIVEIRA, 2002, p. 72) Para o mesmo, a renda da terra produzida se realiza parte na indústria e parte no sistema financeiro.

<sup>15</sup> Consultar “[Tabela 9 – Áreas Próprias](#)” e “[Tabela 10 – Áreas arrendadas](#)”.

Neste sentido, a territorialização imposta pelo grupo COSAN passa a estabelecer um conjunto de relações sociais capitalistas, fato este que engendra e explica o dinamismo territorial local, que se faz por meio da confluência de interesses locais e extra-regionais: *locais*, à medida que existe jogo de interesse pela manutenção do *status quo* hegemônico do próprio grupo, entendido na personificação do “[...] capitalista agrário, enquanto proprietário do capital imobilizado em terras” (MOREIRA, 2007, p. 28) numa teia de relações de conflito e poder, entre os próprios usineiros da região; *extra-regionais*, haja vista que atrai a atenção de trabalhadores migrantes oriundos de outras regiões, que encontram nas atividades sucro-alcooleiras, suscitadas pelas agroindústrias da região, a possibilidade de empregos que, supostamente, lhes oferecerão melhores condições de vida.

Como elucidada Maria Aparecida de Moraes Silva, estes personagens – os trabalhadores assalariados rurais – perfazem a figura de:

[...] pequenos agricultores que deixam suas terras em busca de trabalho assalariado para complementar a renda familiar ou, ainda, para satisfazer outras necessidades, sobretudo quando são jovens, para a aquisição de mercadorias capitalistas (rádios, óculos, roupas, tênis, etc.) (SILVA, 2007, p. 73).

Trata-se da tentativa de encontrar um “fio de esperança” em territórios que se encontram além das experiências já vivenciadas. Neste caso, a “esperança” se traduz no eito da cana, via migração temporária dos trabalhadores rurais.

A autora segue, explicando que:

A migração temporária aparece como uma estratégia, como uma solução material em um duplo sentido: por um lado, o “assalariamento” permite a compra de alimentos, garantindo, assim, um patamar mínimo de sobrevivência; por outro, a saída da terra corresponde à volta, já que o trabalho assalariado é temporário. Cria-se, portanto, um elo de complementaridade bastante estreito entre essas realidades, que, apesar de opostas, servem-se mutuamente (SILVA, 2007, p. 73).

As contradições do modo de produção capitalista ocorrem desta forma: por um lado, o grande capitalista demandando cada vez mais terras, mão-de-obra a baixo custo, necessitando produzir intensamente. Dos braços do trabalhador, “ainda” precisa usufruir. Deste único bem, necessita se apropriar para, por meio dos mesmos, apropriar-se da riqueza da terra. Por outro lado, nas “entrelinhas da contradição”, jaz o trabalhador rural, que se doa integralmente, porque precisa do parco salário que recebe no final de sua jornada mensal para (sub)manter-se.

A COSAN – Unidade Barra, se encaixa no cenário envolto em lutas, reivindicações e constantes contradições. É imperativo entender este “[...] conjunto de fatores que permitem uma leitura e compreensão sociológica dessa particular configuração social” (NOVAES, 2007c, p. 90).

Conforme explica Moreira, no que tange aos interesses locais, devemos entender que a “imobilização do capital dinheiro em terras é um processo de territorialização do capital” (MOREIRA, 2007, p. 28-29). O autor segue explicando que “[...] a mercantilização da terra e a territorialização do capital é um elemento intrínseco ao capitalismo: nem é um resquício feudal nem um entrave à acumulação capitalista”. Elucida, ainda, que “a territorialização do capital é [...] um dos elementos da sujeição da força de trabalho agrícola ao capital: é um campo da exploração do trabalho no capitalismo [...]” (MOREIRA, 2007, p. 32).

Neste sentido, por meio de suas palavras, entende-se que quando se investe capital em terras produtivas ou improdutivas, estimula-se a territorialização do capital, fato bastante característico do sistema capitalista de produção.

Com relação aos fatores extra-regionais, há de se considerar o fator de interesse observado nos trabalhadores temporários, oriundos dos estados de Minas Gerais e do Nordeste. Este interesse pode ser justificado, dentre outros motivos – quer seja resgatar a dignidade da família, “sem eira nem beira” nos confins do Nordeste brasileiro, quer seja a conquista de um sonho ou a simples sobrevivência, por meio do exercício da única atividade que a capacitação e a formação pessoal lhes conferem, em virtude da falta de preparo específico – pela seguinte manchete, publicada em um dos grandes jornais do país:

O setor sucroalcooleiro foi responsável, até abril, por cerca de 80% dos empregos criados pela indústria paulista em 2008, segundo a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). **Dos 127 mil empregos gerados no primeiro quadrimestre, pouco mais de 94 mil foram nas usinas ou nas plantações de cana-de-açúcar.** O nível de emprego da indústria de transformação do Estado de São Paulo subiu 2,75% em abril na comparação com o mês anterior, nos dados sem ajuste sazonal, segundo levantamento da entidade. [...] isso ocorre normalmente em abril, já que é neste mês que ocorrem as contratações para a colheita da cana e para o reforço da atividade das usinas de açúcar e álcool. "Por causa desse efeito, só em abril é criada a mesma quantidade de empregos do que do primeiro trimestre inteiro", disse. **Dos 127 mil empregos gerados até agora, 62 mil foram em abril - sendo 50 mil só de açúcar e álcool. Para Francini, essa expansão do setor sucroalcooleiro se manterá e automaticamente deverá ganhar cada vez mais importância no saldo do emprego industrial paulista.** [...] (SETOR..., 2008, grifo nosso).

Trata-se da dinâmica socioeconômica, imposta pela sazonalidade e pelo calendário da cultura da cana-de-açúcar, que faz redesenhar o esquema das relações sociais, num misto de jogo de interesses, esperanças e perspectivas que muitas vezes se perdem, em virtude das imposições do próprio modo capitalista de produção.

Neste amálgama de situações e encontros/desencontros de interesse, se faz configurar a lógica contraditória do próprio sistema onde, nas palavras de Rosa Luxemburgo (1976) citada por Silva em seu artigo *Trabalho e trabalhadores na região do "mar de cana e do rio de álcool"*, [...] a reprodução ampliada do capital somente pode ocorrer em virtude da exploração da força de trabalho proveniente de regiões pobres. Pobreza e riqueza constituem-se assim, duas faces da mesma moeda (SILVA, 2007, p. 80).

Este pensamento vem ao encontro das asserções de D'Incao, quando afirma que:

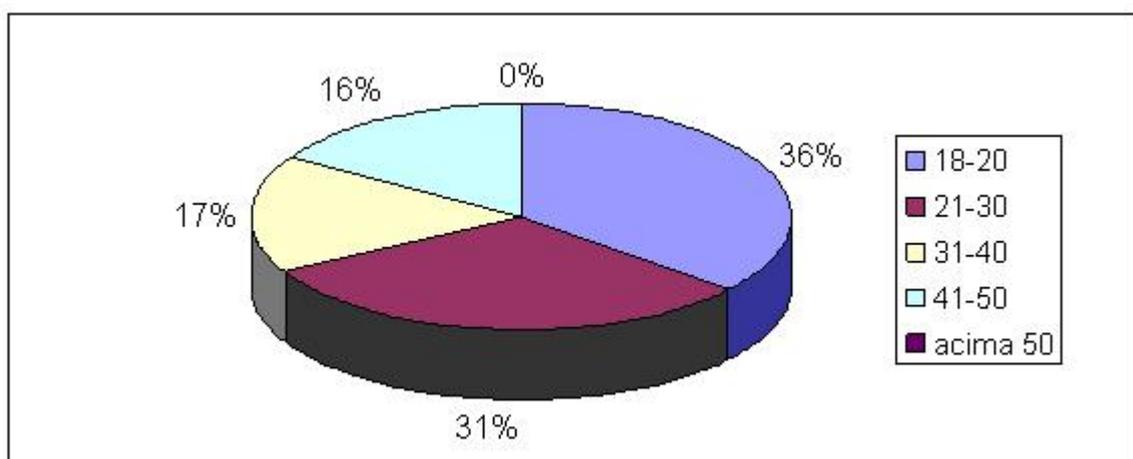
O estudo das diferentes formas de exploração da força de trabalho numa dada realidade inicia-se a partir da compreensão do processo pelo qual a produção econômica se realiza, isto é, do modo de produção, entendido como *"o modo pelo qual os meios de produção são possuídos, e as relações entre os homens, resultantes de suas ligações com o processo de produção"* (D'INCAO, 1983, p. 48).

Em seguida, tentar-se-á redesenhar a natureza das relações existentes entre os trabalhadores assalariados rurais e o grande capitalista, personificado na figura do Grupo COSAN - Unidade Barra, cujos tentáculos se fazem sentir nas necessidades que cria, muitas vezes escamoteadas pelas pressupostas vantagens que oferece a esta classe de trabalhadores.

### 3.2.1 Origem e Perfil dos Trabalhadores

Os trabalhadores rurais que exercem suas atividades nos canaviais da COSAN – Unidade Barra, compõem uma população predominantemente jovem possuindo, desta forma, maior facilidade para deslocamento, conforme o gráfico 2. A maioria dos trabalhadores rurais entrevistados compõem o grupo etário entre 18 e 20 anos de idade, representando 36% dos entrevistados. Em seguida, estão os trabalhadores rurais que possuem faixa etária entre 21 a 30 anos, totalizando 31% dos entrevistados. Configurando um grupo de menor expressão, estão os trabalhadores na faixa etária entre 31 a 40 anos de idade, 17% e os trabalhadores entre 41 a 50 anos de idade, totalizando 16% dos entrevistados.

Dos entrevistados, 57% não possuem filhos e, com relação à escolaridade, todos possuem primeiro grau incompleto, fato este que denota baixo nível de letramento. São os mais jovens, os trabalhadores temporários que ficam entre abril e novembro na região de Barra Bonita.



**Gráfico 2** – Grupos de trabalhadores (por faixa etária)

**Fonte:** Dados de Pesquisa (2008)

O personagem central deste trabalho é o trabalhador assalariado rural. D’Incao segue refletindo a este respeito. É incisiva, ao afirmar que esta designação

[...] decorre das condições mais freqüentes em que se realiza o seu trabalho. Contratado para desempenhar tarefas em pequenos intervalos de tempo, o volante não pode se fixar no local onde trabalha. Via de regra, viaja diariamente para aquele local, levando uma pequena marmita ou caldeirão, com o alimento que lhe servirá de almoço. À falta de instalações para o seu devido aquecimento, a comida é ingerida fria (D’INCAO, 1983, p. 109).

A pesquisa demonstrou que na atualidade, a situação não se faz diferente: a migração continua sendo “uma constante”; terminado o período de safra, grande parte retorna para a região de origem. As refeições continuam sendo da responsabilidade dos mesmos e muitos ingerem o alimento frio. Há apenas um toldo, que é uma extensão do próprio ônibus, com algumas mesas e assentos disponíveis para o almoço das turmas. Não seria errôneo afirmar que, na atualidade, o sofrimento e a exploração foram “maquiados”, para se tornarem menos aparente.

A autora, ao citar em sua fala que o trabalhador “viaja diariamente para aquele local”, aponta outro fator de suma importância: os *movimentos migratórios*. Migrações sazonais, periódicas, às vezes diárias, que seguem o ritmo das safras – nesta região do país, ocorrem de Abril a Outubro, aproximadamente – influenciam não somente a dinâmica do agronegócio, mas contribuem na composição do tecido social, em todos os setores da sociedade.

Martins reflete a respeito do tema, explicando que “migrar temporariamente é mais do que ir e vir – é viver, em espaços geográficos diferentes, temporalidades dilaceradas pelas contradições sociais” (MARTINS, 1988, p. 45).

Para o autor, os trabalhadores assalariados rurais, os chamados “bóias-frias”, constituem um dos tipos mais significativos de migrantes, pois estes são os que:

[...] se afastam de seus lugares de residência por vários dias ou semanas, levados pelo “gato”, para trabalhos temporários. É o caso dos braços que, sem trabalho em suas regiões de residência no interior de São Paulo, vão ao Paraná colher algodão, de fevereiro a maio, antes que comece o corte de cana em Sertãozinho, Marília e

outros lugares. São trabalhadores permanentemente temporários, já expropriados da terra ou despejados das fazendas onde tinham moradia. Vivem, hoje, na periferia das cidades do interior (MARTINS, 1988, p. 48).

Esta modalidade de migrantes – os trabalhadores assalariados rurais – caracterizam as chamadas “migrações cíclicas”, com seu tempo certo de saída e retorno, com ritmo definido e que são, nas palavras de Martins (1988), as migrações temporárias propriamente ditas. Trata-se de migrações que são dominadas pelo tempo cíclico das estações do ano, do plantio, do crescimento e da colheita dos produtos agrícolas, envolvendo desde o camponês até o bóia-fria, esclarece o autor.

A tabela 11 ilustra os migrantes dos estados de Minas Gerais e da Bahia. Os trabalhadores de Minas Gerais, diferentemente dos migrantes oriundos dos estados do Nordeste, são recrutados pelos funcionários da própria empresa, que vai até os locais de origem, em busca dos mesmos. Percebe-se, neste momento, a figura do “novo gato”<sup>16</sup>, agora incorporado pela empresa.

**Tabela 11** – Trabalhadores recrutados nos estados de Minas Gerais e Bahia

MUNICÍPIO	ÁREA TERRITORIAL <sup>1</sup>	NÚMERO DE HABITANTES - 2007 <sup>1</sup>	PESSOAS RECRUTADAS <sup>2</sup>
Araçuaí/MG	2.236 Km <sup>2</sup>	36.083	180
Minas Novas/MG	1.811 Km <sup>2</sup>	30.578	1.130
Ipirá/BA	3.024 Km <sup>2</sup>	60.043	45

**Fonte:** 1: www.ibge.gov.br; 2: Grupo COSAN – Unidade Barra Bonita/SP

O Grupo COSAN recrutou no estado de Minas Gerais, 1.310 trabalhadores rurais e 45 trabalhadores no estado da Bahia (tabela 11), para o corte da cana na Microrregião Geográfica de Jaú. É importante esclarecer que os safristas oriundos das regiões supracitadas já vivenciaram a lavoura da cana-de-açúcar na região Nordeste. O calendário da lavoura das demais regiões permite esta mobilidade e os mesmos já possuem a vivência no corte de cana.

<sup>16</sup> O “novo gato” passa a ser caracterizado pelos próprios funcionários das empresas que contratam o serviço dos trabalhadores assalariados rurais. Por meio desta relação, passa a se configurar uma “teia” de deveres e cumplicidades, que possui como “combustível” a própria necessidade desta classe, que não pode dispor de escolhas e demais possibilidades para suprir suas necessidades.

Analisando os dados da tabela 11, torna-se evidente que estes trabalhadores provêm de municípios pequenos, em busca de atrativos ou referenciais que possam lhes oferecer “melhores” perspectivas de vida. Neste sentido, a região de Barra Bonita acaba se tornando um fator de atração, devido às proporções que possui sua lavoura canavieira. No entanto, uma atração contraditória, excludente e “às avessas”. Uma atração criada pelos próprios laços do capitalismo, que ao mesmo tempo repudia e nega o direito à inclusão social dos respectivos trabalhadores. Por sua vez, ao mesmo tempo em que se encontram excluídos de seus direitos sociais, estão concomitantemente incluídos pela lógica do capital, sendo parte de suas engrenagens e auxiliando na reprodução do mesmo.

Como entender o migrante, neste quadro contraditório e excludente, criado pelo capital hegemônico? Para muitos<sup>17</sup>, os migrantes não passam de intrusos e forasteiros, como se fossem uma ameaça à “ordem social” das respectivas localidades.

Abdelmalek Sayad, sociólogo argelino, escreveu vários trabalhos sobre migrantes. O autor elucida que:

[...] um trabalhador imigrante (sendo que trabalhador e imigrante são, neste caso, quase um pleonasma), mesmo se nasce para a vida (e para a imigração) na imigração, mesmo se é chamado a trabalhar (como imigrante) durante toda a sua vida no país, mesmo se está destinado a morrer (na imigração), como imigrante, continua sendo um trabalhador definido e tratado como provisório, ou seja, revogável a qualquer momento. [...] Foi o trabalho que fez “nascer” o imigrante, que o fez existir; é ele, quando termina, que faz “morrer” o imigrante, que decreta sua negação ou que o empurra para o **não-ser**. (SAYAD, 1998, p. 54-55, grifo nosso).

A respeito do tema, José Roberto Pereira Novaes, Economista da UFRJ, lança sua contribuição, enfatizando que “a migração [...] continua a refletir disparidades regionais que se realimentam em um mesmo processo que pressupõe não só a circulação dos produtos, mas também a circulação da mercadoria trabalho.” (NOVAES, 2007b, p. 89-90).

---

<sup>17</sup> Ao dialogar com pessoas residentes no município de Barra Bonita, “não-migrantes”, é comum ouvir opiniões que expressam preconceito e “fobia” pelo “estrangeiro”. Muitos não aceitam, com “bons olhos”, a figura do migrante no município.

Há de se considerar que, quando o espaço passa a ser propriedade e mercadoria, deixa de cumprir sua finalidade primeira: abrigar seus pares. Deixa de ser “lugar” e torna-se “coisa”. Nestas condições, os imigrantes, assim como os refugiados, “migram” da condição de cidadania para a condição de “coisa”. Abandonam o *status* de “seres” e ocupam o status de “não-seres”. O planeta, sob o prisma da tecnologia e do capitalismo financeiro exacerbado, se moderniza e evolui. O “ser” se banaliza, passa a caminhar cada vez mais para a mediocridade.

Pela pouca idade apresentada, a maioria dos entrevistados entre 18 e 30 anos (67,26%), possui maior disponibilidade de deslocamento. Respondendo aos questionamentos realizados, afirmaram que não existe possibilidade para seguirem carreira nos locais de origem, pois os municípios de onde vieram (Quadro 6) possuem situação precária: seca, ausência de perspectivas, falta de industrialização, predominância do setor primário.

A pouca escolaridade (fator este que, por si só, já indica ausência de investimentos em melhoria de qualidade de vida, pelas respectivas administrações municipais e estaduais), aliada ao baixo índice de desenvolvimento humano dos locais de origem, favorece e estimula o deslocamento e a procura pelo trabalho rural. Neste sentido, São Paulo torna-se o ícone de um sonho,

[...] realidade e irrealidade. A terra do outro, *a que não é da gente*, é representada como trecho, tempo e espaço de passagem. Em geral, muitas das agruras vivenciadas no trecho não são relatadas em cartas, são silenciadas. Esse silêncio existe como um fermento para a produção de outras experiências das gerações futuras. A imagem de *São Paulo* é quase sempre positivada no plano das representações, tal como aparece nos inúmeros depoimentos: “*se precisar de alguma roupa, pagar ao armazém, tem que ir pra São Paulo*”; “*foi São Paulo que deu roupa para nós. Antes nós não comprava roupa porque não tinha dinheiro*” (SILVA, 2007, p. 73).

De acordo com os dados da pesquisa, os trabalhadores assalariados rurais de maior idade (41 a 50 anos) já residem na região há mais de 30 anos<sup>18</sup> e possuem, como perspectivas para o futuro, permanecer na mesma. Estes não sentem tanto saudades da “terra de origem”, haja vista que fizeram daqui, o seu “lugar”. Martins, a este respeito, explica que no modo capitalista de produção, “[...] a

<sup>18</sup> É importante esclarecer que estes trabalhadores que residem na região há mais de 30 anos, vieram como migrantes para trabalhar na lavoura da cana-de-açúcar, na região.

produção e a reprodução do capital estão num lugar e a reprodução da força de trabalho está fundamentalmente em outro lugar” (MARTINS, 1988). Elucida que a mediação da renda fundiária é um dos principais fatores que estimulam a separação entre o lugar da produção dos meios de vida e o lugar da produção e reprodução do capital.

Continua o autor, afirmando que:

É por esse meio que se estabelece o divórcio entre o lugar de materialização de uma parte importante do tempo de trabalho necessário à reprodução de quem trabalha e o tempo de trabalho excedente de que o capital se apropria. Esse é o núcleo das condições, da possibilidade e da necessidade das migrações temporárias, por meio das quais se constitui uma forma singular de unidade desses dois tempos separados (MARTINS, 1988, p. 57).

No entanto, os trabalhadores temporários mais jovens, possuem opinião antagônica à citada acima. Não vem para ficar muito tempo. Quando questionados a respeito do período pós-safra, demonstraram que seguem o ritmo da migração pendular, pois a família e o “lugar” falam “mais alto”. A existência da migração sazonal corrobora a baixa expectativa de vida com relação aos locais de origem. Jovens migrando de seus municípios, são indicadores de que as condições sociopolíticas e econômicas estão abaixo do desejado. Este fato os motiva a buscarem “laços de esperança” em outros locais. De acordo com os mesmos, a saudade é muita... É tarefa complexa estar distante dos amigos e parentes.

### **3.2.2 O Trabalhador Rural: do Eito da Cana ao Bagaço dos Rendimentos**

Constatou-se, por meio das entrevistas realizadas, que 60% dos trabalhadores temporários safristas declararam ter aprendido a “arte do ofício” com os próprios pais ou colegas próximos. Os demais adquiriram as experiências por si sós, em usinas da região. Verificou-se que, salvo os iniciantes, os demais já haviam exercido a profissão de trabalhadores rurais anteriormente. A questão da “herança

do ofício” é evidente, fato este aliado à questão de gênero. Apenas três entrevistadas eram mulheres, trabalhadoras rurais.

Silva discorre a respeito da adoção dos padrões de masculinidade, afirmando que, neste tipo de atividade, os:

[...] papéis devem ser desempenhados pelos homens. A figura do chefe de família, do provedor, está associada aos padrões patriarcais, que atravessam todas as classes sociais. Tais padrões, se, por um lado, conferem poder aos homens, legitimando a dominação masculina sobre as mulheres, por outro, podem ser considerados como verdadeiros fardos. Desse modo, o homem é identificado como viril, destemido, capaz de enfrentar todos os perigos. Esse é mais um dos elos destas amarras invisíveis que prendem muitos dos trabalhadores às redes de trabalho. Não se trata de desconhecimento da realidade a ser vivida, ao contrário, trata-se de um verdadeiro enfrentamento, de uma provação para o próprio indivíduo e para o grupo ao qual pertence, uma espécie de rito de passagem (SILVA, 2007, p. 75).

Trata-se das necessidades reais que a agroindústria canavieira possui (alcançar altos índices de produtividade e lucro elevado), necessidades estas que impõem o perfil adequado, capaz de atender ao paradigma do desenvolvimento no modo capitalista de produção. Neste contexto, descarta-se a mão-de-obra feminina, pressupostamente incapaz de atingir as médias impostas pelo patronato.

Neste quadro não muito promissor aos trabalhadores rurais, salário e produtividade são fatores intrinsecamente relacionados. As maiores produções observadas (cujos responsáveis são denominados “bons de facão”), atingem 18 toneladas por dia. Para estes, os salários percebidos atingem a cifra de R\$ 1.000,00 (foto 1). Observe-se que a média salarial é de R\$ 800,00, para uma produção média em torno de 10 a 14 toneladas. No caso do trabalho exercido pela mão-de-obra feminina, não se constatou média salarial superior a R\$ 580,00, para uma produção média de 7 toneladas/dia.



**Foto 1** – Trabalhador “bom de facão”, considerado de alta produtividade pelo fiscal.

**Autor:** Armstrong Machado Data: 11/11/2008

É uma realidade pouco grata, em que a exploração ganha status de hegemonia. A este respeito, vale observar os relatos de Maria Aparecida de Moraes Silva, publicados na Folha de São Paulo:

[...] Diante desses discursos, proponho-me a trazer ao palco do teatro do etanol os atores até então deixados atrás das cortinas: os trabalhadores rurais, os cortadores de cana dos canaviais paulistas. O que eles querem é só um "dedinho de prosa" com o presidente. Num diálogo imaginário, eles relatariam as "coisinhas simples" do cotidiano, do trabalho, da vida, enfim. Na sua grande maioria, são migrantes provenientes dos Estados do Nordeste e do norte de Minas Gerais (em torno de 200 mil, segundo a Pastoral do Migrante). São homens, jovens entre 16 e 35 anos de idade. Durante oito meses ao ano, permanecem nas cidades-dormitório em pensões (barracos) ou nos alojamentos encravados no meio dos canaviais. Divididos em turmas nos atuais 4,8 milhões de hectares dos canaviais paulistas, são invisíveis aos olhos da grande maioria da população, exceto pelos viajantes das estradas que os vêem enegrecidos pela fuligem da cana queimada, chegando, até mesmo, a ser confundidos com elas. São submetidos a duro controle durante a jornada de trabalho. São obrigados a cortar em torno de dez toneladas de cana por dia. Caso contrário, podem: perder o emprego no final do mês, ser suspensos, ficar de "gancho" por ordem dos feitores (sic) ou, ainda, ser submetidos à coação moral, chamados de "facão de borracha", "borrados", fracos, vagabundos. A resposta a

qualquer tipo de resistência ou greve é a dispensa. Durante o trabalho, são acometidos pela sudorese em virtude das altas temperaturas e do excessivo esforço, pois, para cada tonelada de cana, são obrigados a desferir mil golpes de facão. Muitos sofrem a "birola", as dores provocadas por câimbras. Os salários pagos por produção (R\$ 2,5 por tonelada) são insuficientes para lhes garantir alimentação adequada, pois, além dos gastos com aluguéis e transporte dos locais de origem até o interior de São Paulo, são obrigados a remeter parte do que recebem às famílias. As conseqüências desse sistema de exploração-dominação são: - de 2004 a 2007, ocorreram 21 mortes, supostamente por excesso de esforço durante o trabalho, objeto de investigação do Ministério Público [...] (SILVA, 2007).

Silva (2007) segue afirmando que suas pesquisas na Macrorregião de Ribeirão Preto apontaram que a vida útil de um cortador de cana é inferior a 15 anos. Constatou que os trabalhadores rurais possuem desgaste da coluna vertebral, tendinite nos braços e mãos, em razão dos esforços repetitivos, doenças nas vias respiratórias, deformação nos pés e encurtamento das cordas vocais, em virtude da postura curvada do pescoço durante o trabalho. No caso dos "mares de cana de Barra Bonita e região", constatou-se, por meio da pesquisa, que os trabalhadores rurais apresentam problemas de diarreia, tonturas e luxações. Apesar de receberem gratuitamente saches de soro fisiológico, estados de mal – estar são comuns na lavoura canavieira.

Alves, ao considerar as condições de trabalho dos trabalhadores rurais, comparou esta classe aos atletas corredores fundistas, haja vista que para os mesmos é necessário ter maior resistência física para a realização de atividades repetitivas e exaustivas. O autor, a respeito das condições de trabalho dos personagens em questão, explicou que:

Um trabalhador que corte 6 toneladas de cana, em um eito de 200 metros de comprimento por 6 metros de largura, caminha durante o dia uma distância de aproximadamente 4.400 metros e despense aproximadamente 20 golpes com o podão para cortar um feixe de cana, o que equivale a 66.666 golpes por dia [...]. Além de andar e golpear a cana, o trabalhador tem de, a cada 30 cm, abaixar-se e torcer-se para abraçar e golpear a cana bem rente ao solo e levantar-se para golpeá-la em cima. Além disso, ele ainda amontoa vários feixes de cana cortados em uma linha e os transporta até a linha central. Isso significa que ele não apenas anda 4.400 metros por dia como transporta nos braços 6 toneladas de cana em montes de aproximadamente 15 Kg a uma distância que varia de 1,5 a 3 metros (ALVES, 2006, p. 94-95).

Os “campeões de produtividade” recebem a denominação “bons de facão” entre seus pares. É válido citar que, para as médias salariais descritas, já se encontra incorporada a “súmula”, valor pago referente ao deslocamento entre o local de origem e a lavoura, onde exercem suas atividades. Alves (2006) lembra que, como os trabalhadores rurais trabalham pela subsistência, trabalham cada vez mais para melhorar suas condições de vida. De acordo com o autor, esta situação provoca o aumento do ritmo de trabalho. Desta forma, o pagamento por produção transfere ao trabalhador a responsabilidade pelo ritmo de trabalho.

A pesquisa em campo demonstrou que, embora possuam horário de almoço, grande parte mal digere o pouco alimento que levam. Rapidamente retornam à atividade, pois é necessário produzir. Conforme relatos dos trabalhadores, muitas vezes tomam apenas líquidos, haja vista o calor excessivo e a desidratação decorrente das elevadas temperaturas no campo. De acordo com Alessi e Navarro (1997, p. 117), “ao longo da jornada o trabalhador se preocupa em repor as energias ao seu organismo bebendo muita água, tomando café e também chupando cana. A prática de chupar cana [...] costuma provocar diarréias, devido ao seu alto teor de sacarose.”

É interessante que estes mesmos trabalhadores assalariados rurais não sabem mencionar o valor da tonelada da cana cortada, situação que demonstra alienação, usurpação de seus direitos pelo patronato e a prática evidente e explícita da mais-valia.

A este respeito,

[...] Marx vai argumentar que a propriedade privada, enquanto propriedade e enquanto essência da ordem capitalista, funda as condições político-institucionais da apropriação da mais-valia e um poder de controle e subordinação dos não proprietários dos bens de produção: os trabalhadores. Esta postulação interpretativa associa, em algum nível, os interesses do proprietário de capital e de terra em oposição aos interesses dos trabalhadores. Este é um dos sentidos da noção da mercadoria terra como equivalente de capital (MOREIRA, 2007, p. 38).

Dos entrevistados, 17% nunca trabalharam no corte de cana, sendo esta safra de 2008, a primeira experiência no setor (foto 2). No momento da entrevista, não sabiam informar a média de sua produtividade, pois a safra não havia

iniciado. Este fato vem corroborar a baixa expectativa de vida com relação aos locais de origem. Observa-se um fator de expulsão do município natal e um fator de atração para a região objeto de estudo. O Quadro 6 sintetiza a origem dos trabalhadores pesquisados durante a realização deste trabalho. Não foi possível verificar o número de trabalhadores oriundos de cada município.



**Foto 2** – Trabalhador rural – primeira experiência

**Autor:** Armstrong Machado    **Data:** 11/11/2008

ESTADO	MUNICÍPIOS	IDH- M (renda) <sup>19</sup>
Alagoas	• Matriz de Camaragibe.....	• 0,471
	• Porto Calvo.....	• 0,478
	• São Luís do Quitunde.....	• 0,482
	• União dos Palmares.....	• 0,526
Bahia	• Contendas do Sincorá.....	• 0,537
	• Ipirá.....	• 0,524
	• Ituaçu.....	• 0,565
	• Lençóis.....	• 0,572
Minas Gerais	• Araçuaí.....	• 0,587
	• Minas Novas.....	• 0,508
Paraná	• Curiúva.....	• -----
	• Goioerê.....	• 0,679
	• Siqueira Campos.....	• 0,664
Pernambuco	• Afogados da Ingazeira.....	• 0,598
	• Panelas.....	• 0,487
	• Saloá.....	• 0,495
São Paulo	• Botucatu.....	• 0,783
	• Cotia.....	• 0,786
	• Igarapu do Tietê.....	• 0,695
	• Jaú.....	• 0,774
Sergipe	• Carira.....	• 0,524

**Quadro 6** – Origem dos trabalhadores

**Fonte:** Grupo COSAN – Unidade Barra –  
**IDH dos municípios** – Renda: ano 2000 - **Fonte:** www.pnud.org.br

<sup>19</sup> IDH: 0 a 0,499: IDH baixo; de 0,500 a 0,799: IDH médio; de 0,800 a 1,000: IDH alto.

É fácil constatar, nesse momento, os “porquês” dos fluxos migratórios para a região de Barra Bonita. Nenhum dos municípios de origem - salvo os localizados na região Sudeste - possuem IDH acima de 0,600, o que demonstra sofríveis condições de vida. Já, os municípios localizados na região Sudeste, em especial os municípios do estado de São Paulo, oferecem condições de vida bem mais aceitáveis em termos de prestação de serviços, acesso a rede de infraestrutura urbana, comércio, postos de trabalho, assistência social, em comparação com os municípios de origem dos migrantes. A pesquisa demonstrou que os municípios de origem dos trabalhadores (quadro 6), ao contrário da situação dos municípios localizados na região sudeste, não possuem atividades expressivas no setor secundário e terciário. São áreas que já possuem cana-de-açúcar e podem conciliar o calendário agrícola com o calendário da microrregião de Jaú. Outra característica dos municípios de origem dos trabalhadores assalariados rurais é a forte concentração fundiária dos mesmos. Todos os entrevistados foram enfáticos ao citar, por meio de seus depoimentos, que “lá trabalhavam na roça, plantando milho, arroz e mandioca” (fotos 3 e 4).

Martins (1988, p. 52) lembra que “a necessidade da migração é resultado de que, como camponês, vivem no limite da mera subsistência. Fato que se agrava em conseqüência do cerco que o capital lhe impõe”. Para o autor, a deterioração dos preços dos seus excedentes agrícolas lhe é desastroso, pois minimiza a capacidade de compra dos artigos que favorecem sua subsistência e dos quais depende diretamente.

Assim, conquistar um lugar que lhes ofereça condições mínimas de desenvolvimento, eis a maior de todas as buscas. Buarque discorre a respeito, enfatizando que o desenvolvimento local sustentável deveria resultar “[...] da interação e sinergia entre a qualidade de vida da população local – redução da pobreza, geração de riqueza e distribuição de ativos –, a eficiência econômica – com agregação de valor na cadeia produtiva – e a gestão pública eficiente [...]”. (BUARQUE, 2004, p. 27).

Os trabalhadores assalariados rurais possuem jornada de trabalho de 7h20 min. diária. Utilizam caneleira, sapatão, luva, óculos, mangote e boné, que são fornecidos pela usina. A não utilização dos mesmos, caracteriza punição por justa causa.



**Foto 3** – Trabalhador safrista do Nordeste, aguardando o ônibus às 4 h.

**Autor:** Armstrong Machado    **Data:** 11/11/2008



**Foto 4** –Trabalhador safrista do Nordeste, conversando sobre a rotina de trabalho.

**Autor:** Armstrong Machado    **Data:** 11/11/2008

Consoante pesquisa realizada, 100% dos funcionários da COSAN - Unidade Barra são registrados. Parte destes trabalhadores rurais é recrutada via representantes da própria empresa, de acordo com informações fornecidas por um advogado da empresa. A COSAN – Unidade Barra, esporadicamente libera vagas. O fiscal recolhe os dados e documentos do candidato à vaga. Os futuros funcionários são encaminhados para exame médico e laboratorial, por meio dos quais o estado de saúde é verificado. O resultado pode demorar até quinze dias. Não contratam candidatas grávidas. Antes de iniciarem suas atividades profissionais, são conduzidos ao anfiteatro da COSAN, onde é ministrada uma palestra pelo fiscal geral, a respeito da rotina de trabalho.

Os funcionários recebem por meio de cartão de conta-salário, em agências do Banco Bradesco. Recebem *hollerith* mensalmente, como se pode observar na foto 5.



**Foto 5** – Demonstrativo de pagamento fornecido pela COSAN – Unidade Barra

**Autor:** Armstrong Machado **Data:** 11/11/2008

De acordo com o mesmo, por se tratar de uma empresa de projeção internacional, existe a preocupação e o zelo pela lisura em todas as instâncias que envolvem o relacionamento entre empregador e funcionário. O fiscal de turma, durante a pesquisa de campo, explicou que os trabalhadores rurais executam atividades físicas antes do início das atividades e possuem a liberdade para atividades lúdicas e recreativas durante o período de descanso

O advogado do grupo foi incisivo ao afirmar que a lisura nas relações trabalhistas é ponto nodal para a COSAN – Unidade Barra. Disse que o grupo “zela por sua imagem, procura manter a legalidade nas contratações, não pode manchar sua imagem, pois se manchá-la, pode prejudicar contratos de exportações.” Disse ainda que o lado social, humano e ambiental é fruto de preocupação para o grupo, inclusive normas de segurança no trabalho. No entanto, é possível constatar sem grandes esforços, problemas socioambientais na região, decorrentes das atividades da agroindústria canavieira: a queima da palha da cana gera a fuligem que, além dos dissabores que causa para “as donas de casa” ao provocar a sujeira nos quintais das residências, possui efeito carcinogênico, além de suscitar problemas respiratórios. Outro agravante diz respeito ao uso de insumos agrícolas, adubos químicos, herbicidas (destinados ao controle de ervas daninhas), inseticidas (controle de pragas) e fertilizantes líquidos e sólidos, que contaminam os lençóis freáticos da região.

É fator comum a obrigatoriedade no uso dos equipamentos de proteção individual (EPI) entre os trabalhadores rurais, no corte da cana, em todas as unidades do grupo COSAN. Esta situação de obrigatoriedade no uso dos EPIs está prevista na *Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho, na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura* (NR 31)(BRASIL, 2005), publicada no Diário Oficial da União, de 04/03/2005. Neste sentido, a pesquisa de campo demonstrou que há certa resistência com relação ao uso do óculos protetor: os entrevistados alegaram que, com o decorrer da atividade, estes óculos por não serem de boa qualidade, começam a “embaçar”. Prejudicam a visão e, conseqüentemente, diminuem a produtividade no trabalho (foto 6).

Justificando a recusa mencionada, Alessi e Navarro lembram que:

Os EPIs que são confeccionados, em geral, com material não adequado ou que não apresentam muitas opções de tamanho, acabam se tornando obstáculos para o trabalhador, antes de ser um instrumento de segurança. O equipamento que não se adequa ao corpo acaba atrapalhando os movimentos requeridos na operação de corte da cana, prejudicando a produtividade do trabalho (ALESSI; NAVARRO, 1997, p. 116).

Neste sentido, os fiscais da lavoura concordaram com o fato de que os materiais com os quais são confeccionados os EPIs, muitas vezes atrapalham o trabalhador rural no desempenho de suas funções. No entanto, apesar de reconhecerem a ineficiência de alguns EPIs, não podem deixar de punir o trabalhador, caso seja flagrado ignorando as normas de utilização dos citados equipamentos.



**Foto 6** – Trabalhador sem E.P.I. no corte de cana

**Autor:** Armstrong Machado    **Data:** 11/11/2008

Estudos demonstraram que este rigor e obrigatoriedade não é fator comum em todas as regiões do país; em algumas localidades do Nordeste, são comuns relatos a respeito da negação dos EPIs aos trabalhadores rurais. No caso dos trabalhadores que atuam nos “mares de cana paulista”, pode-se observar o “estado de cômicos que são” – haja vista os cursos e treinamentos que a própria empresa oferece a respeito da utilização dos citados equipamentos. Ressalva feita à rejeição por certos equipamentos, julgados de má qualidade pelos trabalhadores.

Deve-se citar algumas contradições observadas com relação à lisura da empresa em questão, bem como das agroindústrias, em geral: não há prêmios em caso de alta produtividade e nem participação nos lucros. No entanto, há punições em caso de ausências (advertências, ganchos), fato este que denota exploração da mão-de-obra pelo sistema ao qual estão expostos.

Durante a pesquisa realizada, afirmaram que possuem uma parada para o almoço e duas para o café, todas obrigatórias de acordo com o Ministério do Trabalho. A primeira parada ocorre das 9h às 9h10, destinada ao café. Das 12h às 13h, há outra parada para o almoço. Neste momento, os trabalhadores rurais dirigem-se ao ônibus, equipado com toldo, mesas, cadeiras e banheiro químico. A terceira parada ocorre das 14h às 14h10, para o café. As refeições não são fornecidas pela empresa, cabendo ao trabalhador rural providenciá-las. Caso atinjam a meta exigida – em torno de 8 toneladas/dia – não necessitam continuar trabalhando. No entanto, este fato nunca ocorre, por motivos relevantes: podem se tornar mal vistos pelo fiscal e deixam de ganhar, haja vista que recebem por produção. Vale citar que o Ministério Público obriga a empresa a pagar o salário mínimo ao trabalhador, mesmo que não atinjam a meta de produção proposta pelo grupo, fato este que não foi registrado pela pesquisa realizada. Trata-se apenas de uma disposição legal.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barra Bonita/SP sintetizou o calendário agrícola, que norteia e traduz as atividades desenvolvidas pelos trabalhadores rurais nos canaviais da região. A respeito deste calendário, informou que não há rigidez com relação ao início e término das atividades de safra, pois existem os condicionantes climáticos, que interferem diretamente na lavoura. Por este motivo, esporadicamente mudanças podem ocorrer, decorrentes de alterações climáticas imprevistas mas, no entanto, esperadas.

Este calendário explica a dinâmica do município de Barra Bonita e região. No final de março e início de abril, os trabalhadores temporários começam a chegar no município para o início da safra, período em que 90% da mão-de-obra é utilizada para o corte da cana-de-açúcar (foto 7). Seu início traz implícito o signo da esperança, que se encontra imbuída no “mar de canas dos canaviais paulistas”. As atividades agrícolas que os aguardam nos canaviais constitui um ciclo, onde os trabalhadores assalariados rurais “continuam a continuar”, incansavelmente, na tentativa de garantir a manutenção das poucas expectativas que possuem com relação à natureza do ato de existir.

O quadro 7 sintetiza as atividades que configuram o palco da vida deste conjunto de trabalhadores rurais: partem de vários estados do Nordeste brasileiro, de Minas Gerais e de alguns municípios do Paraná para trabalhar no corte de cana, cuja safra tem início geralmente em abril. O auge das atividades na safra ocorre entre julho e agosto, meses menos chuvosos em que a cana atinge seu teor máximo de sacarose.

<b>PERÍODO</b>	<b>ATIVIDADES DESENVOLVIDAS</b>
Janeiro a Março	Utilização, na lavoura, de 20% da mão-de-obra. Plantio, tratos culturais, corte de cana-muda.
Março a Dezembro	Abril: Início da Safra 90% da mão de obra é utilizada no corte de cana 10% atuam no plantio, tratos culturais, corte de cana-muda
Julho a Agosto	“Pico” de atividade.
Setembro a Novembro	A cana está madura, teor máximo de açúcar. A estação seca, pouca umidade, favorece esta situação. Novembro: Término da Safra

**Quadro 7** – Calendário Agrícola, COSAN – Unidade Barra

**Fonte:** Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barra Bonita/SP, 2008.



**Foto 7** – Eito da cana, obtido por meio do corte manual

**Autor:** Armstrong Machado    **Data:** 11/11/2008



**Foto 8** – Trabalhadores no eito da cana

**Autor:** Armstrong Machado    **Data:** 11/11/2008

Neste período, é comum aos trabalhadores “esticarem” sua jornada de trabalho a pedido da própria empresa, para que esta possa atingir elevadas médias de produtividade (foto 8). É necessário produzir o máximo. No auge das atividades, os trabalhadores rurais chegam a cortar até 18 toneladas por dia, média considerada bastante elevada no setor.

### **3.2.3 Assistência Médica e o Papel do Sindicato**

Relato de trabalhadores mais antigos apontam para o fato de que, em outras épocas, havia assistência médica no local. Hodiernamente, contam apenas com a existência de uma U.M.S. (Unidade Móvel de Saúde) que conduz os trabalhadores acidentados ou enfermos aos hospitais mais próximos. Não se deve deixar de citar que, como lembram Satolo, Oliveira e Kassouf (2007, p. 2), “o estado de saúde pode se constituir como um componente importante do capital humano individual e social, [...] e com isso pode contribuir para aprofundar o quadro de desigualdade e pobreza que marcam o processo de desenvolvimento econômico brasileiro”. Durante a pesquisa na lavoura, os fiscais foram questionados a respeito de ocorrências envolvendo a saúde do trabalhador rural. Afirmaram que há casos “esporádicos” de mal-estar, mas não muito, haja vista que hoje a situação no campo é diferente. No entanto, foi registrado caso de trabalhadores que não estavam no exercício de suas funções, alegando problemas de luxação muscular. Satolo, Oliveira e Kassouf (2007, p. 10), afirmam que há doenças que podem provocar impacto direto no nível de rendimento do trabalhador. Dentre estas, destacaram problemas relacionados à coluna e Tendinite, tendo em vista o trabalho extensivo em que a maior parte dos trabalhadores nesse setor de atividade estão expostos. Lembraram que tais afecções influenciam o nível de produtividade dos mesmos.

Ao se considerar o papel do sindicato, verificou-se que 69% dos entrevistados afirmaram que a entidade auxilia na reivindicação de seus direitos; 21% mostraram-se indiferentes e 10% acreditam que o sindicato somente atrapalha suas vidas, por defender os interesses do patrão.

Ficou evidente que o maior interesse dos associados que pagam R\$ 11,00 mensais, é pelos serviços oferecidos (corte de cabelo, médico, dentista,

assistência social) e que, pelas condições socioeconômicas que possuem, não poderiam usufruir de outra forma.

O movimento sindical, ao considerar as relações entre trabalhadores e sindicato, considera que:

O trabalho sindical com os migrantes é mais complicado. Eles não querem saber do sindicato, só querem saber de trabalhar. Quando eles procuram o sindicato para reclamar não temos condições de entrar na justiça porque eles não esperam o julgamento da ação trabalhista. Eles vão embora da região quando termina a safra (OS PATRÕES..., 2003).

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barra Bonita, também se manifestou a respeito do papel do mesmo para os trabalhadores associados, na região de Barra Bonita. Informou que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barra Bonita conta com, aproximadamente, mil associados no período de safra. Na entressafra, por volta de quinhentos associados. Apresentou dados que mostraram que o município possui, em média, 1200 trabalhadores assalariados rurais. Igarçu do Tietê, o município vizinho, 4500 trabalhadores. Estes números de trabalhadores rurais referem-se à população migrante, que chega ao município no início da safra, todos os anos. A diferença se explica pelo maior número de indústrias presentes em Barra Bonita, oferecendo melhores possibilidades de emprego.

As relações entre o sindicato e os usineiros também foi abordada. Disse que há um diálogo bom, mas não gostam da proximidade que existe entre Sindicato e Ministério Público. Afirmou que “a COSAN – Unidade Barra controla o mercado. Quando há denúncias, atrapalha a venda lá fora”.

### **3.2.4 O Trabalhador da Cana e as Condições de Moradia**

Os trabalhadores safristas possuem situação bastante específica, em relação aos trabalhadores fixos, contratados por tempo indeterminado. Esta última categoria reside em casas de aluguel (pagam, em média, R\$ 300,00 por mês)

ou com parentes – a maioria dos fixos já possui mais de 30 anos –, com faixa etária entre 40 e 50 anos, senhores casados e com filhos. Os safristas possuem traços e perfis específicos: população jovem, a maioria solteiros, sem filhos, que migram de suas regiões de origem em busca da conquista do sonho de melhores condições de vida. Muitos deixam suas famílias no local de origem (60%). Dos trabalhadores safristas entrevistados, 21% vieram com a família e 19% já residem no local.

A situação de moradia dos safristas é *sui generis*. Residem em alojamentos que possuem, em média, 35 pessoas cada. São casas nas quais o estado de pauperização é evidente. A estrutura física é pouco convidativa, com paredes em estado lastimável; o sanitário é de uso comum, fétido e malcheiroso; há um salão que possui a função de quarto coletivo, cujas camas (beliches) são equipadas com espuma fina, “denominada colchão”. Chamou a atenção o fato de que a dona do alojamento onde fica parte dos safristas, no município de Mineiros do Tietê, é justamente a mãe de um dos fiscais de turma da COSAN – Unidade Barra. A pesquisa demonstrou que o fiscal – filho da proprietária do alojamento – contrata os trabalhadores safristas e os encaminha para o alojamento em questão. Lá, ficam durante o período de safra, onde pagam o aluguel (R\$ 150,00 por pessoa), retornando para a cidade de origem no final da safra. Antes da partida, o fiscal e a proprietária já acertam, previamente, o contrato para o ano vindouro. Trata-se de um fato singular, haja vista que se torna evidente a constituição de redes neste “universo” dos trabalhadores rurais. No caso particular da Microrregião Geográfica de Jaú e mais especificamente com relação ao município de Barra Bonita, a presença da COSAN – Unidade Barra e do próprio Estado por meio das políticas econômicas possuem papel de relevante importância para o entendimento da constituição das redes. Nas palavras de Corrêa,

A continuidade do processo de industrialização que se difundiu parcialmente pelo interior, a modernização do campo [...], as transformações na estrutura comercial, as novas vias de circulação de mercadorias e os novos meios de telecomunicações constituem um conjunto articulado de fatores vinculados ao grande capital e à ação do Estado, que afetaram os tipos e a intensidade da integração da rede urbana brasileira (CORRÊA, 2001, p.102-103).

O autor segue explicando a desigual integração da rede urbana brasileira, resultado do processo de desenvolvimento capitalista que, longe de gerar uma tendência à homogeneização social e da organização espacial, acentua as diferenças entre os diversos segmentos da rede urbana brasileira (CORRÊA, 2001, p.104).

Os utensílios e eletrodomésticos são de uso comum e a alimentação é de péssima qualidade (cardápio básico, composto por arroz, feijão, ovo frito, farinha de mandioca, às vezes uma carne) não suprimindo as necessidades energéticas dos trabalhadores, para as funções respectivas. Poder-se-ia afirmar que o endereço dos safristas é a “contramão da esperança”.

É notória a despreocupação dos empregadores com os menores indicadores de dignidade, fatores essenciais que caracterizam o ser humano em seu próprio estado de humanidade.

Argemiro Procópio reflete a respeito das condições de humanidade, tecendo apontamentos de importância nuclear sobre o tema. Afirma que “no calendário dos infortúnios da comunidade das nações, destacam-se as brutais desigualdades sociais, a falta de educação libertadora, o generalizado desrespeito aos direitos humanos, a degradação ambiental global e o narcotráfico [...]. (PROCÓPIO, 2001, p. 117). A este respeito segue Leonardo Boff, lembrando da urgência de um *ethos mundial* que possa reverter, senão minorar tamanhas disfunções.

Boff (2003, p. 21-22) lembra que;

A demanda agora é por um *ethos* que seja adequado ao novo patamar da história, que é global e planetário. Esse *ethos* globalitário não pode ser a implantação de uma moral regional, embora dominante. Importa planejarmos um *ethos* que seja, realmente, expressão da globalização e da planetização da experiência humana, assentado sobre uma nova sensibilidade, o *phatos*, estruturador de uma nova plataforma civilizatória.

Durante a pesquisa, os trabalhadores rurais temporários – safristas – foram questionados a respeito das condições de vida que possuem, em função das atividades que exercem. Foram unânimes ao responderem que “esta vida não traz

esperança de que um dia a ‘coisa’ possa melhorar”... trata-se de um caminho de desesperança!

Os trabalhadores reconhecem, apesar de tamanhas aberrações conjunturais e estruturais, que estão aquém das condições mínimas de humanidade. No entanto, não vislumbram outras possibilidades, devido às condições mínimas de instrução e qualificação que possuem.

### 3.3 [AUSÊNCIA DE] PERSPECTIVAS?

É notório o grau de desesperança que aflige os trabalhadores assalariados rurais. As entrevistas realizadas apontaram para o fato de que as perspectivas com relação às possibilidades de mudanças são praticamente nulas. Os trabalhadores rurais entrevistados foram incisivos, quando questionados a respeito de horizontes mais promissores:

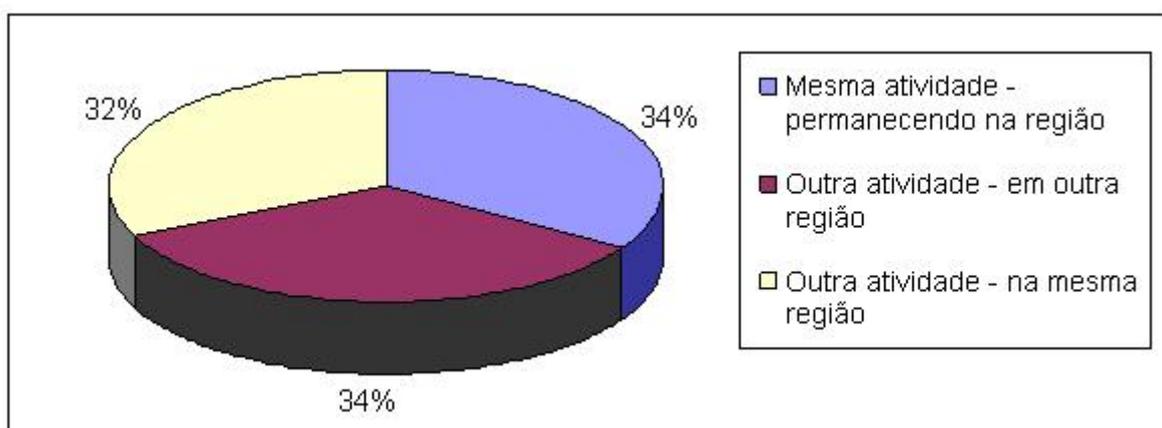
- ✓ *“Se pudesse, mudaria, mas não tem como mudar”*
- ✓ *“O futuro de quem não sabe ler é este mesmo. Só sobra serviço braçal. Não haverá serviço braçal no futuro”*
- ✓ *“Não tenho perspectivas. Isto é o que sobra para o analfabeto”*
- ✓ *“Isso não é serviço. Cana não serve para nada. Ela dá dinheiro somente para o dono da Usina. Os cortadores que deveriam ganhar mais, não ganham quase nada. Temos que tentar um serviço melhor. E nesse sentido, nossa região é péssima. Só existe cana”*

Nas palavras de Silva, “a preocupação é entender os fatores sociais e os culturais que criam tais sentimentos, e não propriamente os psicológicos”. (SILVA, 2007b, p.72). Marcelo Pelizzoli contribui com suas reflexões, discutindo a necessidade da reconstrução dos valores, capazes de resgatar a auto-estima que haveria de refletir e redesenhar o próprio tecido social. Trata-se de uma questão ética, onde se deveria, por meio de suas palavras, reputar “[...] como central a

análise reconstrutiva e crítica dos valores e práticas que vão permeando o corpo social diante do contexto de ingerência das desiguais relações econômicas e de poder no mundo” (PELIZZOLI, 2002, p. 38).

Os trabalhadores rurais temporários, quando questionados a respeito da permanência ou não na região, demonstraram as seguintes pretensões:

- 34% dos entrevistados afirmam que pretendem permanecer na região, exercendo a mesma atividade;
- 32% preferem mudar de atividade, permanecendo na região;
- Outros 34% pretendem mudar de região, migrando para outra atividade.



**Gráfico 3** – Perspectivas dos trabalhadores rurais

**Fonte:** Dados da pesquisa (2008)

Deve-se observar que as perspectivas ilustradas no Gráfico 3 se fizeram em meio a dúvidas e incertezas com relação ao futuro, postura que se pode justificar pelo advento da mecanização no campo.

O processo de mecanização da lavoura vem se traduzindo como verdadeiro fantasma, assombrando a figura do trabalhador assalariado rural, em especial do trabalhador volante, o “não-fixo”, cujo bem único e legítimo são os braços que possui, penhorados em troca do “pão de cada dia”.

As máquinas já estão presentes (fotos 9 e 10), é um caminho sem volta. O índice de mecanização da lavoura tende a aumentar cada vez mais. O que

era antes sinônimo de esperança, se traduz em dúvidas e incertezas. É uma profissão fadada à extinção.

Os investimentos em colheitadeiras são altos: a COSAN – Unidade Barra possui vinte e uma máquinas em operação. Cada máquina custa R\$ 1 milhão. É interessante observar que no corte manual, a cana chega a produzir doze safras. Já, no corte mecanizado, quatro safras no máximo.

A segunda maior produtora de açúcar e etanol do Brasil, a Usina São Martinho, já possui 95% do corte mecanizado. A Unidade Barra, 30%.



**Foto 9** – Colheitadeira trabalhando nas lavouras de cana em Barra Bonita. 80 postos de trabalho são eliminados em virtude da mesma.

**Autor:** Armstrong Machado    **Data:** 11/11/2008



**Foto 10** – Colheitadeira exercendo o corte mecanizado, nas lavouras de Barra Bonita – em destaque, a área onde a colheitadeira já realizou o corte.

**Autor:** Armstrong Machado    **Data:** 11/11/2008

A este respeito, os trabalhadores se manifestaram da seguinte forma:

- ✓ *“É bom para o patrão, menos mão-de-obra”;*
- ✓ *“A máquina está tomando o que é nosso”;*
- ✓ *“É ruim. A previsão para 2020 é não haver mais cortador de cana”;*
- ✓ *“Vamos perder o emprego”;*
- ✓ *“Já acontece. Quem não tiver estudo, não vai mais trabalhar. Viveremos do que?”*

Em matéria publicada no jornal O Estado de São Paulo, Roberto Godoy – jornalista, abordou o tema “mecanização das lavouras da agroindústria açucareira”. Suas observações permitiram alguns apontamentos:

As máquinas que estão mudando a face do campo faziam tremer o chão, perto das 4 horas da madrugada, em meio ao imenso canavial da Usina do Rosário, em Morro Agudo, norte do estado de São

Paulo. Luzes fortes, motores de 400 cavalos roncando alto, cinco delas completavam, na noite de lua cheia, o ciclo diário da colheita mecanizada: 1,5 mil toneladas de cana cortada e processada – para o mesmo trabalho seriam necessários de 500 a 600 trabalhadores, os bóias-frias, homens e mulheres, migrantes, quase todos. [...] um bom cortador não passa de 7,5 toneladas por dia. E só de dia. Cortadores manuais não trabalham a noite. O ambiente hostil nas horas de sol torna-se perigoso no escuro, ainda que com ajuda de iluminação artificial, povoado por cobras, ratos e insetos venenosos [...]. (GODOY, 2008)

Esta perspectiva se agrava, quando lembrados do Decreto Estadual 47.700 (SÃO PAULO, 2002) e da Lei Estadual 11.241(SÃO PAULO, 2003), que deliberaram a respeito da queima da palha da cana-de-açúcar. Foram unânimes, alegando que a aplicabilidade destes dispositivos legais fará minorar ainda mais a mão-de-obra. Reconhecem a importância do mesmo para o meio-ambiente, mas enfatizam a complexa situação na qual se encontram. Argumentam que o rendimento, o ganho já exíguo, diminuirá ainda mais.

Maria Valéria Rezende discute o assunto, expondo as reflexões que seguem:

Terá o trabalho manual desaparecido, inteiramente superado pelas máquinas? Nesse caso, para onde foi toda aquela gente? Para os acampamentos de sem-terras? Para as filas do Fome Zero em favelas urbanas? Ou eles todos também “deram certo” e se tornaram empresários rurais de sucesso? Não. Eles continuam lá, ou melhor, aqui, ali, acolá, zanzando por este país, aparentemente derrotados, mas não inteiramente substituídos pela máquina, integrados alguns poucos, desenraizados a maioria, perdidas muitas das conquistas de suas lutas do passado, continuando a ver seu trabalho explorado, superexplorado, muitas vezes degradado ou degradando-se em trabalho escravo (REZENDE, 2003, p. 8).

São apontamentos que foram realizados. Intuitivamente, percebem o que a ciência, com tamanho rigor e academicismo, titubeia em apontar. O “estado da arte” vai ao encontro da percepção dos menos favorecidos, ilustrando o “palco da vida de um bóia-fria pobre”.

Em matéria publicada no dia 14 de Setembro de 2008, no jornal o Estado de São Paulo, o tema é abordado. A matéria afirma que “como a colheita da cana será totalmente mecanizada [previsão feita para os próximos anos], eles [os

trabalhadores rurais] deverão ser aproveitados, no futuro, em outra função: serão ‘olheiros’ de possíveis doenças da cana.” (DOMINGOS, 2008).

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barra Bonita expôs suas reflexões a respeito. Seus apontamentos não foram tão animadores para os trabalhadores rurais, pois afirmou que a sobrevida deste segmento profissional não alcançará mais que dez anos.

*“Num período de dez anos, não teremos mais trabalhadores rurais, mas ainda a COSAN – Unidade Barra não está preparada para mecanizar toda a colheita; no entanto, há falta de colheitadeiras no mercado”, afirmou.*

Neste momento de sua reflexão, fez menção ao gigantismo da empresa. Disse que o Grupo COSAN é composto por 18 usinas de grande porte, sendo a Unidade Barra e mais 17. Por este fato, considerou as dificuldades de se “trabalhar junto aos grandes”, e a importância da união entre sindicato e Ministério Público, pois “se não estivermos unidos ao Ministério Público, nos reduzem a pequenas iscas... a COSAN é muito grande e extremamente poderosa.”

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão agrária no Brasil é um tema que exige profunda reflexão. O país, até a década de 1950, possuía cenário preponderantemente agrícola. Repentinamente, fruto de mudanças no âmbito da política e da economia no contexto internacional, passou por grandes transformações, o que redundou em modificações não somente no urbano, mas também no rural por meio da inserção de tecnologia e conhecimento científico no campo.

Neste contexto de mudanças e transformações ocorridas na segunda metade do século XX, a região Sudeste passou a ter peso no palco das discussões sobre política agrária. Este reconhecimento foi fruto das mudanças de rumo que a região Nordeste, antes grande provedora do açúcar produzido no país, passaria a ter. Ganhava destaque o estado de São Paulo, agora a “pupila dos olhos” do grande capital.

O cenário agrário começava a se transformar. A região Sudeste, antes detentora dos grandes cafezais, adquiria novas nuances, permitindo a entrada de diferentes espectros de cor no campo: agora era a vez do “verde” dominar o cenário, trazendo consigo personagens de outras regiões do país, para movimentar a lógica do sistema capitalista de produção no espaço que começava a se transformar num “mar de canas”. O trabalhador assalariado rural, fixo ou safrista, passa a ser o personagem central num cenário onde até os excluídos são incluídos pela lógica contraditória do capitalismo hegemônico. Conhecidos como “bóias-frias” nos vários recantos do país, constituem pessoas desprovidas de todos os bens, no entanto libertos pelo mesmo sistema capitalista que os aprisiona, pois devem ter liberdade para poder vender o único bem que possuem: a mão-de-obra.

Barra Bonita, no interior do estado de São Paulo, foi fruto direto e reflexo da evolução desta lógica contraditória – e não menos objetiva – do modo capitalista de produção. A Usina da Barra (hoje COSAN – Unidade Barra, uma das dezoito unidades que compõem o antigo grupo Ometto) teve a propriedade de estender seus tentáculos ao longo das terras que compõem a Microrregião Geográfica de Jaú, caracterizando o processo de territorialização do capital e, concomitantemente, monopolização do território, haja vista as relações capitalistas

que ficaram caracterizadas junto aos inúmeros fornecedores de cana e arrendatários de terras ao grupo, para o cultivo da cana-de-açúcar.

As formas como este processo de expansão das lavouras canavieiras ocorrem, tendo como fio norteador o calendário agrícola estabelecido pelas necessidades da própria usina, as relações sociais capitalistas que se estabelecem e a maneira como a vida destes personagens é atingida, torna claro e explícito a preponderância e o tom de dominância imposto pelo capital hegemônico.

Trata-se de uma classe dominada cruelmente, pois o domínio e a submissão não ocorrem tão somente na esfera do visível e do aparente. A alienação caracterizada pelo elevado grau de exploração se fez arraigar na “alma” destas pessoas, pois acreditam piamente que as condições de trabalho oferecidas pelo patronato estão boas e as condições de vida são satisfatórias. Contraditoriamente, alegam e possuem lucidez de que o trabalho na lavoura canavieira não é um caminho de esperança, mas não há mais nada a fazer, porque não há outra habilidade que lhes resta.

Perspectivas de mudança no campo existem. Esta é uma fase de transição. Urge estabelecer parcerias entre o público e o privado, de maneira a se engendrar políticas de inclusão social e de requalificação do “novo urbano”<sup>20</sup>. É apenas questão de tempo, para que o campo esteja completamente mecanizado. Esta clareza é notória junto aos trabalhadores assalariados rurais. O sinal de alerta foi dado pelos detentores do grande capital e já foi ouvido por aqueles a quem nem o bagaço mais resta. Voltar os olhares para esta classe de trabalhadores significa visualizar um sem número de pessoas caminhando rumo à contramão da esperança.

---

<sup>20</sup> O autor classifica como “novo urbano” a massa de trabalhadores assalariados rurais que se encontra na iminência de ser excluída desta função, em virtude do elevado nível de mecanização do campo e consequente expulsão para a cidade.

## BIBLIOGRAFIA

ALESSI, Neiry Primo; NAVARRO, Vera Lucia. Saúde e trabalho rural: o caso dos trabalhadores da cultura canvieira na região de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. **Caderno Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 13, supl. 2, p. 111-121, 1997.

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. O governo Lula, o Fórum Nacional do Trabalho e a reforma sindical. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 54-64, 2007.

ALVES, Francisco. Por que morrem os cortadores de cana. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 90-98, set-dez 2006.

ANDRADE, Manoel Correia. **Globalização e geografia**. Recife: Ed. Universitária, 1996.

BARROS, Reynaldo. Tudo começou com o álcool. In: \_\_\_\_\_. **Energia para um novo mundo**. Rio de Janeiro: CREA, 2007. p. 48-59. Disponível em: <<http://app.crea-rj.org.br/portalcreeav2midia/documentos/capitulo03.pdf>>. Acesso em: 12 Abr 2008.

BASTOS, Valéria Delgado. Etanol, álcoolquímica e biorrefinarias. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 25, p. 5-38, mar. 2007.

BOFF, Leonardo. **Ethos mundial**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

BRAGION, Luiza. O PROÁLCOOL renasce. **Com Ciência: Revista eletrônica de jornalismo científico**. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=23&id=254>>. Acesso em: 6 maio 2008.

BRANCO, Samuel Murgel. **O meio ambiente em debate**. São Paulo: Moderna, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 83.700, de 5 julho de 1979**. Dispõe sobre a execução do Programa Nacional do Alcool, cria o Conselho Nacional do Alcool - CNAL-, a Comissão Executiva Nacional do Alcool - CENAL, e dá outras providências. Brasília, 1979. Disponível em: <<http://nxt.anp.gov.br/nxt/gateway.dll/leg/decretos/1979/dec%2083.700%20-%201979.xml#art14>>. Acesso em: 14 Fev 2008.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério de Minas e Energia, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Diretrizes de política de agroenergia: 2006 – 2011.** 2005. Disponível em: <[www.biodiesel.gov.br/docs/diretrizes03.pdf](http://www.biodiesel.gov.br/docs/diretrizes03.pdf)>. Acesso em: 25 Maio 2008.

BRASIL. **NR-31. Port. MTE 86/05** - Portaria Ministro de Estado do Trabalho e Emprego nº 86 de 3 mar. 2005. Aprova a Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura. Disponível em: <<http://www.areaseg.com/nr31.html>>. Acesso em: 8 fev. 2008.

BRASIL. Plano de Aceleração e Crescimento – PAC. Disponível em: <[http://www.brasil.gov.br/pac/conheca/infra\\_estrutura/energia/pac\\_no16](http://www.brasil.gov.br/pac/conheca/infra_estrutura/energia/pac_no16)>. Acesso em: 13 mar 2008.

BROIETTI, Marcos Henrique. **O Bóia-fria e a (de)formação do espaço agrário de Florestópolis (PR).** 1999. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Departamento de Geociências – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

BUARQUE, Sergio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento.** 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

CORDEIRO, João Sérgio. **Diagnóstico dos problemas críticos de drenagem urbana na estância turística de Barra Bonita.** São Carlos: UFSCAR, 1999.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas.** 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CORREA, Vera. **Globalização e Neoliberalismo: o que isso tem a ver com você, professor?** Rio de Janeiro: Quartet, 2001.

D'INCAO, Maria Conceição. **O Bóia-fria: acumulação e miséria.** 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo.** Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

DOMINGOS, João. Com mecanização da colheita, bóias-frias vão virar “olheiros”. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 14 set. 2008. Economia, B7.

FAVARETO, Arilson. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 21, n. 62, p. 27-44, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de reforma agrária. **Revista NERA /UNESP**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 1-32, 1998.

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. **Mundo rural e geografia. Geografia Agrária no Brasil: 1930 – 1990**. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da terra**. 2. ed. São Paulo: Peirópolis, 2000.

GARCIA, Afrânio. A sociologia rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 10, p. 154-189, jul./dez. 2003.

GARDENAL, Isabel. **Unicamp recorda 30 anos do maior programa mundial**.

2005. disponível em:

<<http://www.unicamp.br/unicamp/divulgacao/2005/11/16/unicamp-recorda-30-anos-do-maior-programa-mundial>>. Acesso em: 12 out. 2008.

GEBARA, José Jorge; BACCARIN, José Giacomo. Alteração no sistema de corte de cana, de 5 para 7 ruas: implicações para produtores e trabalhadores. **Boletim Paulista de Geografia – AGB**, São Paulo, n. 60, p. 47-55, 1982.

GODOY, Roberto. Mecanização muda a face do campo paulista. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 20 jul. 2008, p. B10. Tecnologia.

GORDINHO, Margarida Cintra. **Álbun de lembranças de Pedro Ometto**. São Paulo, Marca D'Água, 1993.

GRAZIANO DA SILVA, José. **De bóias-frias a empregados rurais**. Maceió: EDUFAL, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, José. O “bóia-fria”: entre aspas e com pingos nos is. In: Reunião Nacional, 3., 1977, Botucatu. **Mão de obra volante na agricultura**. Botucatu: Faculdade de Ciências Agrônômicas, Unesp, 1977.

GRÜN, Mauro. **Ética e educação ambiental**: a conexão necessária. São Paulo: Papyrus, 1996.

GRUPO brasileiro lidera na produção de álcool e açúcar. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2504200808.htm>>. Acesso em: 25 abr. 2008.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Trabalho e indivíduo social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

IANNI, Octavio. **A classe operária vai ao campo**. São Paulo: Brasiliense, 1976. Caderno CEBRAP, n. 24.

IBGE. **Censo agropecuário São Paulo**. IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980. Rio de Janeiro, 1984. v. 2, tomo 3, n. 19.

IBGE. **Censo agropecuário São Paulo**. VIII Recenseamento Geral 1970. Rio de Janeiro, 1975. v. 3, tomo 18.

IBGE. **Censos econômicos de 1985**. Censo Agropecuário São Paulo, n. 21. Rio de Janeiro, 1991.

IBGE. **Enciclopédia dos municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro, 1957. p. 116-119.

IBGE. **Lavouras permanentes e temporárias de Barra Bonita/SP**. Censos agropecuários de 1970, 1980, 1985, 1995/1996. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 25 abr. 2008.

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA - IEA. **Desenvolvimento da agricultura Paulista**. São Paulo: IEA: 1972.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. 3. ed. São Paulo: Proposta, 1980.

MARTINS, Carlos Eduardo. O Brasil e a dimensão econômico-social do governo Lula: resultados e perspectivas. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p.35-43,2007.

MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar neste verão**. O cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes. 1988.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis/RJ: Vozes. 1981.

MICHELLON, Ednaldo; SANTOS, Ana Aracelly Lima; RODRIGUES, Juliano Ricardo Alves. **Breve descrição do PROÁLCOOL e perspectivas futuras para o etanol produzido no Brasil**. 2008. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/574.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2008.

MOREIRA, Roberto José. **Terra, poder e território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

NOVAES, José Roberto Pereira. Campeões de produtividade: dores e febres nos canaviais paulistas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 59, p. 167-177, 2007a.

NOVAES, José Roberto Pereira. Idas e vindas: disparidades e conexões regionais – um estudo sobre o trabalho temporário de nordestinos na safra da cana paulista. In: NOVAES, José Roberto; ALVES, Francisco (Org.). **Migrantes**: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro). São Carlos: Ed. UFSCAR, 2007b. p. 87-117.

NOVAES, José Roberto; ALVES, Francisco (Org.). **Migrantes**: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro). São Carlos: Ed.UFSCAR, 2007c.

NOVAES, José Roberto; ALVES, Francisco. **No eito da cana**: exploração do trabalho e luta por direitos na região de Ribeirão Preto – SP. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

**O BRASIL e as fontes renováveis de energia**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1105200809.htm>>. Acesso em: 11 maio 2008.

OLIVEIRA, Ana Maria Soares de; THOMAZ JUNIOR, Antonio. **O processo de expansão da monocultura da cana-de-açúcar no Brasil**: um novo desenho do campo. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 3., SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 4., 2007, Londrina. **Jornada Orlando Valverde**. Londrina/PR, 2007. CD ROM.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. “Aos trabalhadores nem o bagaço” ou a revolta dos trabalhadores dos canaviais e dos laranjais. **Boletim Paulista de Geografia – AGB**, São Paulo, n. 60, p.153-226, 1984.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. 4. ed. São Paulo: Ática. 1995.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A geografia das lutas no campo**. 11 ed. São Paulo: Contexto, 2002.

OLIVER, Graciela de Souza; SZMRECSANY, Tamás. A Estação Experimental de Piracicaba e a modernização tecnológica da agroindústria canavieira (1920 a 1940). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 46, p. 37-60, 2003.

OS PATRÕES jogam os trabalhadores contra a diretoria do sindicato. In: NOVAES, José Roberto; ALVES, Francisco. **No eito da cana**: exploração do trabalho e luta por direitos na região de Ribeirão Preto-SP. Rio de Janeiro: UFRJ/UFSCAR, 2003.

PAIVA, Ruy Miller; SCHATTAN, Salomão; FREITAS, Claus F. Trench de. Setor agrícola do Brasil: comportamento econômico, problemas e possibilidades. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ECONOMISTAS AGRÍCOLAS, 15., 1973, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Secretaria de Agricultura, 1973.

PELLIZZOLI, Marcelo L. **Correntes da ética ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

PEREIRA, Valéria Rodrigues; AVELINO JUNIOR, Francisco José. Migração de trabalhadores rurais para os canaviais paulistas: uma rota para sobrevivência. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 3., SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 4., 2007, Londrina. **Jornada Orlando Valverde**. Londrina/PR, 2007. CD ROM.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 42. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PRÓALCOOL - Programa Brasileiro de Álcool. Disponível em:  
<<http://www.biodieselbr.com/proalcool/pro-alcool.htm>>. Acesso em 6 aio 2008.

PROCÓPIO, Argemiro. Segurança humana, educação e sustentabilidade. In: BURSZTYN, Marcel. (Org.). **Ciência, ética e sustentabilidade**: desafios ao novo século. São Paulo: Cortez, 2001. p.117.

RAMOS, Pedro; BELIK, Walter. A intervenção estatal e a agroindústria canavieira no Brasil. In: ENCONTRO DOS GRUPOS TEMÁTICOS DO PROJETO DE INTERCÂMBIO DE PESQUISA SOCIAL EM AGRICULTURA – PIPSA, 12.,1987, Campinas. **Anais...** Botucatu: Unesp, 1987. p.1-18.

REHDER, Marcelo. Cana ocupa 70% da área plantada de SP e governo barra expansão. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 7 set. 2008. Economia, B8.

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

REZENDE, Maria Valéria. Afiar a foice do olhar. In: NOVAES, José Roberto; ALVES, Francisco. **No eito da cana**: exploração do trabalho e luta por direitos na região de Ribeirão Preto-SP. Rio de Janeiro, UFRJ, UFSCAR, 2003.

RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurelio. **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. 3. ed. Francisco Beltrão/PR: UNIOESTE, 2004.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo, Hucitec, 1994.

SÃO PAULO. Decreto Estadual n.º 47.700, de 11 de março de 2003. Regulamenta a Lei nº 11.241, de 19 de setembro de 2002, que dispõe sobre a eliminação gradativa da queima da palha da cana-de-açúcar e dá providências correlatas. **Diário Oficial do estado de São Paulo, São Paulo**, 12 mar 2003, p. 3-5, seção 1.

SÃO PAULO. Lei Estadual n.º 11.241, de 19 de Setembro de 2002. Dispõe sobre a eliminação gradativa da queima da palha da cana-de-açúcar e dá providências correlatas. **Diário Oficial do estado de São Paulo, São Paulo**, 20 set. 2002, p. 2, seção 1.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SATOLO, Luiz Fernando; OLIVEIRA, Fabiola Cristina; KASSOUF, Ana Lúcia. Condições de saúde e nível de rendimento dos trabalhadores da cana-de-açúcar. In: CONGRESSO DA SOBER – “CONHECIMENTOS PARA AGRICULTURA DO FUTURO”, 45., 2007, Londrina/PR, **Anais...** Londrina/PR, UEL, 2007. p.1-17.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

**SETOR DE AÇÚCAR E ÁLCOOL CRIOU 80% DOS EMPREGOS INDUSTRIAIS DE SP**. FOLHA de São Paulo, Dinheiro, 16 Maio 2008. Disponível em: <[www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1605200810.htm](http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1605200810.htm)>. Acesso em: 16 maio 08.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Atrás das cortinas no teatro do etanol. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2 out. 2007a. Caderno Opinião. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0210200709.htm>>. Acesso em: 25 abr. 2008.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Trabalho e trabalhadores na região do “mar de cana e do rio de álcool. In: NOVAES, José Roberto; ALVES, Francisco (Org.). **Migrantes: Trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro** (os heróis do agronegócio brasileiro). São Carlos: EdUFSCAR, 2007b. p. 55-86.

SZMRECSÁNYI, Tamás. **O Planejamento da agroindústria canavieira do Brasil (1930-1975)**. São Paulo: Hucitec, 1979.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. **Por trás dos canaviais, os “nós” da cana**: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.

## SITES CONSULTADOS

CONFIRA a íntegra do discurso de Lula na inauguração de usina na Bahia. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u89460.shtml>>. Acesso em: 10 out. 2007.

GARDINI, André. Novas fronteiras agrícolas da cana. **Com Ciência: Revista Eletrônica de Jornalismo Científico**. Disponível em: <<http://comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=23&id=253>>. Acesso em: 13 out. 2007.

IBGE. **Censo agropecuário 1995-1996**. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Agropecuario\\_1995\\_96/Sao\\_Paulo](ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Agropecuario_1995_96/Sao_Paulo)>. Acesso em: 10 out. 2008.

UNICAMP recorda 30 anos do maior programa mundial. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/unicamp/divulgacao/2005/11/16/unicamp-recorda-30-anos-do-maior-programa-mundial>>. Acesso em: 12 out. 2008.

VEJA a íntegra do discurso de Lula na ONU. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL109864-5602,00.html>>. Acesso em 10 out. 2007.

## **APÊNDICES**



**C - HISTÓRICO DE VIDA NA ATIVIDADE CANAVIEIRA**

3) Há quanto tempo trabalha nesta atividade, na região de Barra Bonita?

4) Você já tinha experiência nesta atividade?

( ) Sim ( ) Não

5) Onde aprendeu?

---

6) Família

( ) veio com a família – Obs.

( ) a família ficou no local de origem

( ) a família é da região: de onde?

---

7) Como ficou sabendo do trabalho?

( ) propaganda

( ) por um amigo ou conhecido

( ) outros meios:

---

**D – RELAÇÕES DE TRABALHO**

8) Qual é a forma de contrato feito pela usina?

---

9) É registrado?

( ) sim - ( ) não

10) Tem seguro-desemprego?

( ) sim ( ) não

11) Já utilizou o seguro desemprego?

( ) não ( ) sim

Para que?

---

---

12) Como foi contratado?

( ) foi procurado por um representante da empresa

( ) foi levado por um amigo ou conhecido para ser contratado

( ) procurou o serviço por si próprio

13) Qual sua jornada de trabalho?

( ) 6 horas - ( ) 8 horas - ( ) acima de 8 horas

14) Qual a forma de pagamento?

( ) diária - ( ) semanal - ( ) quinzenal - ( ) mensal

Valor: \_\_\_\_\_

15) O pagamento é pela quantidade cortada?

( ) sim - ( ) não

Explicar:

---

---

---

16) Qual é a média da sua produção diária?

( ) 1 ton. - ( ) duas a três ton. - ( ) quatro a cinco ton. - ( ) mais de cinco ton.

17) Há premiação para quem corta maior quantidade de cana?

( ) sim ( ) não

Explicar:

---

---

18) Usa Equipamentos de Proteção Individual - EPI?

( ) sim - ( ) não

Porque?

---

---

19) Quais são os tipos de punições ou advertências mais comuns no trabalho?

Quais são os motivos? Tem consciência de seus direitos e deveres?

20) Possui assistência médica no local? ( ) sim - ( ) não

Explicar

---

---

---

21) É sindicalizado?

( ) sim, sou filiado - ( ) não

Por que?

22) A que sindicato pertence?

---

---

Quanto paga por

mês? \_\_\_\_\_

23) Qual é o papel do sindicato na vida do trabalhador assalariado rural

( ) auxilia na reivindicação dos direitos

( ) é indiferente

( ) outros Especificar:

---

---

---

---

---

---

---





29) O que o senhor acha da colheita mecanizada no campo?

bom

ruim

Por que?

---

---

30) Como o senhor está percebendo estes problemas em Barra Bonita?

---

---

---

31) O senhor está satisfeito com essa atividade?

sim  não

Por que?

---

---

32) Em sua opinião, o que precisa melhorar na atividade canavieira?

33) Quais são suas perspectivas para o futuro?

permanecer nesta atividade, na região

mudar de atividade, permanecendo na região

procurar outra região, outra atividade

Outros

---

---

---

---

---

---

---

---

## **ANEXOS**

## Anexo 1 –

## Ranking de Produção das Unidades do Centro-Sul, Safra 2004/2005

			PRODUÇÃO			
	UF	UNIDADES	CANA-DE-AÇÚCAR (t)	AÇÚCAR (t)	ANIDRO	HIDRATADO
1º	SP	DA BARRA	6.898.571	570.790	173.241	88.907
2º	SP	SÃO MARTINHO	6.779.276	462.943	198.250	87.330
3º	MT	ITAMARATI	6.574.350	320.471	230.194	92.157
4º	SP	VALE DO ROSÁRIO	5.100.393	353.025	93.138	92.724
5º	SP	SANTA ELISA	4.687.741	306.412	109.241	117.647
6º	SP	BONFIM	4.466.073	385.001	61.539	104.632
7º	SP	COLOMBO	4.131.993	375.174	8.450	122.459
8º	SP	MOEMA	3.909.535	312.878	69.463	67.226
9º	SP	BARRA GRANDE	3.901.453	249.219	104.815	85.688
10º	SP	SÃO JOSÉ - MACATUBA	3.853.613	267.514	93.510	90.878
11º	SP	DA PEDRA	3.792.727	207.000	98.381	89.843
12º	SP	COLORADO	3.755.972	282.544	150.259	1.399
13º	GO	VALE DO VERDÃO	3.704.025	183.518	100.494	86.707
14º	SP	COSTA PINTO	3.609.241	304.325	35.607	95.010
15º	SP	CATANDUVA	3.584.729	224.820	109.353	69.635
16º	SP	NOVA AMÉRICA	3.391.549	256.189	86.028	40.270
17º	MG	DELTA	3.262.582	358.331	27.327	32.084
18º	SP	EQUIPAV	3.105.776	175.000	128.640	17.882
19º	SP	SÃO JOÃO - ARARAS	3.074.704	293.350	101.789	7.234
20º	SP	BAZAN	3.054.389	274.453	100.325	921
21º	SP	SANTA CRUZ - AB	2.903.399	177.884	90.095	48.802
22º	PR	ALTO ALEGRE	2.843.286	267.025	45.339	25.654
23º	SP	ANDRADE	2.837.907	163.228	53.954	96.495
24º	SP	CERRADINHO	2.736.436	236.437	53.883	21.942
25º	SP	BATATAIS	2.732.357	217.453	96.310	840
26º	SP	IRACEMA	2.711.946	173.293	83.447	25.902
27º	SP	COCAL	2.635.838	231.538	13.265	64.767
28º	SP	CRUZ ALTA	2.626.587	300.851	8.747	12.259
29º	SP	ALTA MOGIANA	2.617.463	246.416	49.139	15.349
30º	SP	SANTA CÂNDIDA	2.606.236	188.529	71.889	31.684
31º	SP	MB	2.562.245	142.500	62.000	67.200
32º	SP	MORENO	2.443.952	230.505	68.357	3
33º	SP	DESTILARIA MORENO	2.425.321	122.510	136.777	
34º	MG	ITURAMA	2.379.671	237.103	50.672	17.177
35º	SP	RAFARD	2.298.551	208.482	49.909	19.058
36º	MG	VOLTA GRANDE	2.276.290	232.170	47.598	7.883
37º	SP	JUNQUEIRA	2.203.002	187.906	43.940	31.149
38º	SP	MARACÁI	2.202.490	172.986	68.504	16.302
39º	SP	SANTA ADÉLIA	2.165.869	145.800	103.700	80
40º	SP	N. APARECIDA	2.158.722	211.135	42.361	7.348
41º	SP	GUAÍRA	2.156.522	167.888	54.229	24.388
42º	MT	BARRÁLCOOL	2.154.871	37.571	78.279	73.443
43º	SP	CLEALCO	2.137.487	197.538	23.600	35.634

Fonte - União da Indústria de Cana-de-Açúcar-ÚNICA

## Anexo 2 –

## Ranking de Produção das Unidades do Centro-Sul, Safra 2005/2006

			PRODUÇÃO			
	UF	UNIDADES	CANA-DE-AÇÚCAR (t)	AÇÚCAR (t)	ANIDRO	HIDRATADO
1º	SP	SÃO MARTINHO	7.133.312	443.218	141.657	183.014
2º	SP	DA BARRA	6.770.042	546.309	163.742	90.919
3º	SP	VALE DO ROSÁRIO	5.359.541	375.090	99.665	100.166
4º	SP	SANTA ELISA	5.337.279	372.263	102.480	121.576
5º	MT	ITAMARATI	4.926.978	286.194	118.232	142.779
6º	SP	COLORADO	4.540.982	338.463	191.019	1.437
7º	SP	BONFIM	4.187.726	356.101	63.297	86.420
8º	SP	MOEMA	4.140.353	281.750	83.877	98.307
9º	SP	COLOMBO	4.127.661	341.649		148.187
10º	SP	DA PEDRA	3.910.206	194.846	76.379	128.573
11º	GO	VALE DO VERDÃO	3.702.953	162.090	104.307	72.606
12º	SP	CATANDUVA	3.671.481	188.686	81.554	122.355
13º	SP	SÃO JOSÉ - MACATUBA	3.555.351	228.631	67.546	111.888
14º	MG	DELTA	3.422.752	364.294	30.438	37.859
15º	SP	COSTA PINTO	3.419.534	285.950	33.481	88.152
16º	SP	BAZAN	3.416.614	264.246	120.937	4.907
17º	SP	CERRADINHO	3.404.030	246.177	29.144	99.631
18º	SP	ALTA MOGIANA	3.363.697	315.441	52.988	24.409
19º	SP	CRUZ ALTA	3.307.580	355.669	715	37.565
20º	SP	EQUIPAV	3.307.472	194.112	122.078	34.132
21º	SP	SÃO JOÃO - ARARAS	3.208.094	337.032	100.359	1.046
22º	SP	ANDRADE	3.201.026	194.628	44.745	111.725
23º	SP	BARRA GRANDE	3.165.678	203.727	71.437	80.052
24º	SP	BATATAIS	3.134.416	233.650	87.210	33.187
25º	SP	SANTA CRUZ - AB	2.952.890	195.964	89.176	44.450
26º	SP	MB	2.912.975	160.363	73.000	76.100
27º	SP	NOVA AMÉRICA	2.882.341	212.870	72.537	43.798
28º	SP	MORENO	2.786.252	224.459	89.892	12.327
29º	SP	SANTA CÂNDIDA	2.707.095	186.795	84.339	39.286
30º	PR	ALTO ALEGRE	2.662.170	250.928	43.733	23.482
31º	SP	JUNQUEIRA	2.656.586	215.153	69.385	26.838
32º	SP	IRACEMA	2.605.917	154.077	63.550	56.190
33º	SP	GUAÍRA	2.581.626	199.610	40.317	55.466
34º	SP	BELA VISTA - PONTAL	2.542.549	172.012	106.455	6.527
35º	SP	CLEALCO	2.518.724	233.362	27.583	39.945
36º	SP	DESTILARIA MORENO	2.512.331	95.288	156.245	
37º	MG	ITURAMA	2.497.562	243.266	39.227	23.551
38º	SP	COCAL	2.408.071	212.181	13.721	56.739
39º	MG	VOLTA GRANDE	2.359.712	229.262	50.149	11.927
40º	SP	ZANIN	2.286.493	135.343	62.865	36.328
41º	SP	RAFARD	2.252.750	198.086	58.302	7.735
42º	SP	VIRÁLCOOL	2.231.487	160.030	47.190	42.825
43º	SP	N. APARECIDA	2.222.962	223.775	43.596	5.441

Fonte - União da Indústria de Cana-de-Açúcar-UNICA

**Anexo 3 –****- Ranking de Produção das Unidades do Centro-Sul, Safra 2006/2007**

	UF	UNIDADES	PRODUÇÃO			
			CANA-DE-AÇÚCAR (t)	AÇÚCAR (t)	ANIDRO	HIDRATADO
1º	SP	DA BARRA	7.018.366	528.674	195.599	93.669
2º	SP	SÃO MARTINHO	6.735.073	499.729	148.630	137.710
3º	SP	SANTA ELISA	5.960.328	370.244	108.448	161.501
4º	SP	VALE DO ROSÁRIO	5.493.267	373.790	104.557	123.213
5º	MT	ITAMARATI	5.076.429	282.821	110.557	119.444
6º	SP	COLORADO	4.482.502	356.552	90.490	90.764
7º	SP	EQUIPAV	4.434.660	278.807	154.590	59.371
8º	SP	COLOMBO	4.412.312	383.292		158.165
9º	SP	MOEMA	4.408.051	299.829	88.479	110.045
10º	SP	DA PEDRA	4.101.266	218.117	130.967	85.804
11º	SP	CRUZ ALTA	4.052.989	451.326		64.162
12º	SP	CATANDUVA	3.912.799	211.837	97.863	114.552
13º	SP	BONFIM	3.814.035	347.170	88.875	60.731
14º	SP	COSTA PINTO	3.682.640	320.700	33.192	103.063
15º	GO	VALE DO VERDÃO	3.547.250	149.419	93.494	66.791
16º	SP	CERRADINHO	3.526.695	262.058	43.036	113.182
17º	SP	BAZAN	3.517.206	294.855	93.014	28.643
18º	SP	SÃO JOSÉ - MACATUBA	3.466.913	256.269	115.212	52.288
19º	SP	BARRA GRANDE	3.349.883	244.745	82.350	80.150
20º	MG	DELTA	3.334.697	368.203	34.257	36.413
21º	SP	SANTA CRUZ - AB	3.277.092	229.496	78.206	79.893
22º	SP	ALTA MOGIANA	3.268.842	315.798	67.510	15.462
23º	MG	VOLTA GRANDE	3.211.026	245.981	107.638	18.983
24º	SP	DESTILARIA MORENO	3.208.175	215.683	149.829	330
25º	SP	SÃO JOÃO - ARARAS	3.200.443	297.448	101.605	5.675
26º	PR	ALTO ALEGRE	3.178.721	314.254	61.707	18.486
27º	SP	SÃO JOÃO - SJBV	3.172.390	303.895		60.107
28º	MG	ITURAMA	3.155.581	289.342	89.921	11.119
29º	SP	BATATAIS	3.145.525	247.400	103.600	20.550
30º	SP	CLEALCO	3.109.100	302.664		81.962
31º	SP	MORENO	3.054.152	269.165	92.726	12.486
32º	SP	ANDRADE	2.954.189	215.064	81.322	63.059
33º	SP	NOVA AMÉRICA	2.921.980	203.015	102.143	34.924
34º	SP	SANTA CÂNDIDA	2.917.718	207.128	85.803	48.122
35º	SP	JUNQUEIRA	2.687.549	223.601	72.182	32.843
36º	SP	BELA VISTA - PONTAL	2.658.473	200.995	77.707	31.445
37º	SP	MB	2.606.973	139.525	73.000	65.400
38º	SP	MARACÁI	2.606.460	206.505	54.450	45.486
39º	SP	IRACEMA	2.541.251	178.219	63.238	43.952
40º	MG	CAMPO FLORIDO	2.373.017	210.973	78.039	3.897
41º	SP	GUAÍRA	2.370.806	180.189	53.055	38.888
42º	SP	RAFARD	2.345.753	217.473	66.793	4.864
43º	SP	NARDINI	2.308.954	153.796	60.650	56.370

**Fonte -** União da Indústria de Cana-de-Açúcar-UNICA

**Anexo 4 –****- Ranking de Produção das Unidades o Centro-Sul, Safra 2007/2008**

	UF	UNIDADES	PRODUÇÃO			
			CANA-DE-AÇÚCAR (t)	AÇÚCAR (t)	ANIDRO	HIDRATADO
1º	SP	DA BARRA	6.815.821	489.723	193.903	96.223
2º	SP	SÃO MARTINHO	6.762.247	361.580	155.910	180.580
3º	MT	ITAMARATI	5.775.081	266.242	143.305	153.702
4º	SP	VALE DO ROSÁRIO	5.717.163	386.460	93.089	140.764
5º	SP	EQUIPAV	5.383.570	285.201	150.165	110.521
6º	SP	SANTA ELISA	5.166.420	317.636	120.045	102.428
7º	SP	COLOMBO	5.003.431	390.627	0	192.958
8º	SP	CLEALCO	4.683.488	389.245	0	129.275
9º	SP	COLORADO	4.551.827	345.336	27.820	169.931
10º	SP	MOEMA	4.538.707	300.942	85.005	120.484
11º	MG	VOLTA GRANDE	4.204.327	264.935	120.749	76.512
12º	SP	CRUZ ALTA	4.168.067	475.664	13.414	55.861
13º	SP	BONFIM	4.132.634	345.775	54.144	113.547
14º	SP	CATANDUVA	4.005.476	227.396	60.429	146.526
15º	SP	COSTA PINTO	3.989.362	312.902	63.590	96.328
16º	SP	DA PEDRA	3.878.452	187.795	86.597	122.507
17º	SP	NOVA AMÉRICA	3.790.257	309.819	117.159	53.640
18º	MG	DELTA	3.762.517	365.071	9.694	91.949
19º	SP	BARRA GRANDE	3.707.544	261.627	94.524	86.016
20º	SP	ALTA MOGIANA	3.681.114	320.666	66.626	36.635
21º	SP	SÃO JOSÉ - MACATUBA	3.628.898	232.467	98.952	91.860
22º	SP	SÃO JOÃO - ARARAS	3.564.437	235.850	138.151	10.294
23º	GO	VALE DO VERDÃO	3.515.470	158.368	80.688	104.980
24º	SP	CERRADINHO	3.464.590	217.374	0	162.290
25º	PR	ALTO ALEGRE	3.418.424	319.194	55.271	47.398
26º	SP	DESTILARIA MORENO	3.377.367	105.148	227.703	0
27º	SP	SANTA CRUZ - AB	3.376.220	207.445	70.250	86.320
28º	SP	MORENO	3.284.953	260.694	103.053	16.794
29º	MG	ITURAMA	3.258.064	282.883	109.130	645
30º	SP	BAZAN	3.257.513	254.237	82.472	50.301
31º	MG	CAMPO FLORIDO	3.252.693	225.052	0	159.590
32º	SP	BATATAIS	3.230.129	242.015	81.810	43.840
33º	SP	MARACÁI	3.039.682	265.578	80.638	21.333
34º	SP	ANDRADE	3.018.926	195.644	19.860	138.457
35º	SP	DEDINE	2.996.198	244.669	13.301	45.232
36º	SP	COCAL	2.862.523	241.854	20.680	71.332
37º	PR	SANTA TEREZINHA	2.842.252	315.841	0	60.139
38º	SP	SANTA CÂNDIDA	2.804.486	195.983	86.006	39.815
39º	PR	.SÃO CARLOS	2.775.342	111.116	73.193	81.754
40º	SP	IRACEMA	2.721.795	127.345	87.737	59.161
41º	SP	CAMPESTRE	2.720.483	106.911	0	152.546
42º	SP	SÃO JOÃO - SJBV	2.672.918	207.058	0	85.758
43º	MT	BARRÁLCOOL	2.658.093	51.324	73.988	103.447

**Fonte -** União da Indústria de Cana-de-Açúcar-UNICA